Pedro Carvalho de Mello
MACROECONOMIA DE
LONGO PRAZO
PARA
ESTRATÉGIA DE
NEGÓCIOS
teamwork
plan
SUCCES
motivation
idea
Strong
Business School

Copyright© 2024 by CENTRO DE ENSINO SUPERIOR STRONG

Revisão

Centro de Ensino Superior Strong

Projeto Gráfico

Studio Vibrare

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Mello, Pedro Carvalho de
Macroeconomia de longo prazo para estratégia de negócios
[livro eletrônico] / Pedro Carvalho de Mello. –
Santo André, SP : Centro de Ensino Superior STRONG, 2024.
PDF

ISBN 978-65-87242-07-1

1. Macroeconomia 2. Econômia 3. Sistema financeiro I. Título

CDU 821(430)

Elaborado pela Bibliotecária Mônica Monteiro – CRB- 8/7400

Todos os direitos reservados à Centro de Ensino Superior STRONG.
Nenhuma parte deste livro pode ser reproduzida ou usada de qualquer forma ou por qualquer meio, eletrônico ou mecânico, inclusive fotocópias, gravações ou sistema de armazenamento em banco de dados, sem permissão ou autorização por escrito da Editora.

2024

CENTRO DE ENSINO SUPERIOR STRONG
Av. Industrial, 1.455
09080-510 | Santo André | SP | Brasil
Fone: 11 4433-6166
www.strong.com.br
www.esags.edu.br

PREFÁCIO

Macroeconomia de Longo Prazo para Estratégia de Negócios tem por objeto apresentar uma visão geral dos principais problemas macroeconômicos de longo prazo. Esse tema é importante para os administradores de empresa, principalmente para o estabelecimento de estratégias para o futuro.

O livro analisa a economia como um todo, distingue os problemas de crescimento econômico dos de desenvolvimento, discute políticas econômicas, e desenvolve modelos de análise. Os administradores de empresa têm que gerenciar o dia a dia da empresa, mas sem perder o foco nos rumos e expansão dos seus negócios. Ao decidir os investimentos e posicionamentos de mercado, os elementos apresentados nesse curso serão de extrema valia.

O administrador moderno – em seus problemas de decisão, e formulação de cenários e estratégias – depara-se, naturalmente, com questões relativas a três áreas de conhecimento: Economia Brasileira, Crescimento e Desenvolvimento Econômico, e Macroeconomia.

O **Macroeconomia de Longo Prazo para Estratégia de Negócios** articula essas três disciplinas e busca o equilíbrio entre teoria e políticas macroeconômicas, a discussão das políticas de crescimento e desenvolvimento, e exemplos da realidade socioeconômica, institucional, histórica e política do Brasil. O esforço de reunir essas disciplinas vai se revelar de muita utilidade para a aprendizagem das questões principais de macroeconomia e políticas de desenvolvimento, que são instrumentais para a agenda dos administradores.

Um segundo livro do mesmo autor, **Macroeconomia e Conjuntura Econômica para Administradores de Empresas**, tem por objetivo ampliar o nosso conhecimento analítico sobre o papel e os mecanismos de atuação das forças macroeconômicas. Esse livro focaliza os aspectos de cunho conjuntural, numa óptica de curto prazo e ajustes macroeconômicos.

Pode ser usado em conjunto com o livro **Macroeconomia de Longo Prazo para Estratégia de Negócios**, em que se focalizam as forças macroeconômicas mais relacionadas com o processo de crescimento e de desenvolvimento, as crises financeiras, e com as tendências e políticas voltadas para problemas de pobreza e desigualdade na distribuição de renda.

Agradeço ao meu filho Gui, e a Lakshmi e meus netos, Avi e Maya, em cuja casa na Georgia, EUA, pude ter a tranquilidade e concentração necessários para escrever esse livro. Agradeço também ao meu filho, André e minha nora Denise, e

aos meus netos Andrea, Fernando e Luiza pelo amor e apoio. Dedico esse livro para minha esposa, Dorothy Nebel de Mello.

Finalmente, queria agradecer a Strong Business School, sobretudo aos diretores Sergio Tadeu e Eduardo Becker, onde sou professor de economia, pelo apoio às minhas atividades de ensino e pesquisa. Em especial, muito me honra a publicação do presente livro, e queria agradecer o grande auxílio do Prof. Alexandre Almeida na sua edição.

PARTES E CAPÍTULOS

PARTE 1 - QUADRO MACROECONÔMICO DE LONGO PRAZO 9
capítulo 1 - macroeconomia e estratégia de negócios 10
capítulo 2 - conceitos básicos: escassez, escolha e preços 13
capítulo 3 - visão de conjunto do sistema econômico 15
capítulo 4 - mensuração da atividade econômica 19

PARTE 2 - ELEMENTOS CONCEITUAIS BÁSICOS PARA UMA VISÃO ESTRATÉGICA 25
capítulo 5 - determinantes e papel do consumo e da poupança 26
capítulo 6 - produção e tecnologia 30
capítulo 7 - fronteira de possibilidades de produção (FPP) e tecnologia 33

PARTE 3 - ELEMENTOS ESTRATÉGICOS DO CRESCIMENTO ECONÔMICO 38
capítulo 8 - características do crescimento econômico e impacto nas empresas 39
capítulo 9 - papel das instituições e crescimento econômico 47
capítulo 10 - teorias e modelos de crescimento econômico 50
capítulo 11 - modelo neoclássico estilizado de crescimento 56

PARTE 4 - DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E ESTRATÉGIAS PARA EMPRESAS 59
capítulo 12 - teorias e modelos de desenvolvimento econômico 60
capítulo 13 - como os países enriquecem 62
capítulo 14 - evolução das estratégias de crescimento e desenvolvimento econômico do brasil 65

PARTE 5 - FATORES ESTRATÉGICOS PARA O DESENVOLVIMENTO 72
capítulo 15 - comércio exterior e desenvolvimento econômico 74
capítulo 16 - condicionante da tecnologia, inovação e empreendedorismo 76
capítulo 17 - condicionante do meio ambiente 79
capítulo 18 - condicionante dos recursos naturais 83
capítulo 19 - finanças internacionais e crises financeiras 86

PARTE 6 - POLÍTICAS PARA O CRESCIMENTO E DESENVOLVIMENTO 91
capítulo 20 - atributos econômicos de uma política de desenvolvimento 92
capítulo 21 - falhas de coordenação estratégica dos investimentos 94
capítulo 22 - protecionismo e argumento da indústria infantil 97
capítulo 23 - política de substituição de importações 99
capítulo 24 - pobreza, desigualdades e desenvolvimento econômico 101
capítulo 25 - desafios do desenvolvimento: desigualdade e pobreza 104
capítulo 26 - políticas de desenvolvimento de combate à pobreza 112

PARTE 7 - USO DE PREVISÕES MACROECONÔMICAS DE CRESCIMENTO NO LONGO PRAZO 115
capítulo 27 - previsão de negócios e impacto de ciclos econômicos 116
capítulo 28 - modelos e teorias da população 121
capítulo 29 - renda per *capita* e fontes do crescimento econômico 127
capítulo 30 - BRICS, Brasil e crescimento de longo prazo 135

REFERÊNCIAS 139

OBJETIVOS E CONTEÚDO

OBJETIVOS E CONTEÚDO

O objetivo principal do livro **Macroeconomia de Longo Prazo para Estratégia de Negócios** é apresentar uma visão geral dos problemas macroeconômicos do crescimento e desenvolvimento econômico, que possam influenciar a formulação e execução de posicionamento de negócios e avaliação dos aspectos macro de projetos de investimento.

Para tanto, Macroeconomia de Longo Prazo para Estratégia de Negócios foi estruturado em seis partes, em que foi inserido o seguinte conteúdo:

Parte 1 – Quadro Macroeconômico de Longo Prazo

Nessa Parte, analisaremos os elementos que compõem a base de estudos para a análise da macroeconomia de longo prazo. Examinaremos os conceitos básicos da análise econômica que sejam relevantes para esse estudo. Dessa maneira, veremos os temas de macroeconomia e estratégia de negócios e os conceitos básicos de economia (escassez, escolha e preços). Apresentaremos também uma visão de conjunto do sistema econômico, e uma discussão sobre a mensuração da atividade econômica.

Parte 2 – Elementos Conceituais Básicos para uma Visão Estratégica

Na sequência, abordaremos os determinantes e o papel do consumo e da poupança, elementos vitais para o crescimento econômico. Em seguida, examinaremos a importância e os principais fatores da produção e tecnologia. Numa visão mais geral, serão vistos os temas de fronteira de possibilidades de produção (FPP) e crescimento econômico. Finalmente, encerramos com uma discussão sobre como os países enriquecem...

Parte 3 – Elementos Estratégicos do Crescimento Econômico

O crescimento econômico representa tanto a expansão do PIB potencial de um país em um período longo do tempo quanto o crescimento da renda per capita ao longo do tempo. Neste módulo, analisaremos os determinantes do crescimento econômico. Para tal, iremos rever alguns conceitos – produção, produtividade, crescimento, desenvolvimento e progresso, assim como examinar as características e os problemas do desenvolvimento econômico, avaliando de que maneira interferem nas estratégias de negócios das empresas.

Parte 4 – Desenvolvimento Econômico e Estratégias para Empresas

Países em desenvolvimento, tais como o Brasil, enfrentam problemas mais complexos do que os problemas de crescimento econômico dos países ricos. A literatura sobre desenvolvimento econômico, principalmente as teorias e modelos, podem ser aplicados de maneira frutífera para a formulação de estratégias, inclusive ao nível das empresas.

Parte 5 – Fatores Estratégicos do Crescimento Econômico

Nesta Parte, analisaremos os problemas do crescimento econômico, que representa tanto a expansão do PIB potencial de um país em um período longo do tempo quanto o crescimento da renda per capita ao longo do tempo. Para tal, iremos rever alguns conceitos – produção, produtividade, crescimento, desenvolvimento e progresso. Vamos examinar também as características e os problemas do desenvolvimento econômico, avaliando de que maneira interferem nas estratégias de negócios das empresas.

Parte 6 – Políticas para o Crescimento e o Desenvolvimento

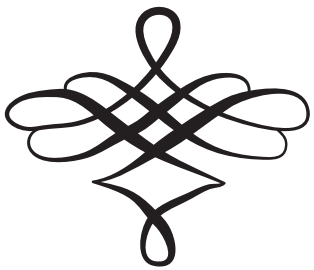
Neste módulo, vamos nos direcionar para os problemas do desenvolvimento, mais típicos de países pobres, e complementar a parte anterior, direcionada para os problemas do crescimento, mais típicos dos países ricos. Discutiremos os principais desafios (pobreza e desigualdade) do desenvolvimento, com base num exame dos modelos, estratégias e políticas de desenvolvimento.

Parte 7 – Uso de Previsões Macroeconômicas de Crescimento no Longo Prazo

Os executivos, *traders* e administradores necessitam tomar decisões de negócios, assumir riscos, e buscar oportunidades de ganhos. Os cenários e projeções de longo prazo, a despeito de sua precariedade, podem ajudar na formulação de estratégias. As empresas necessitam se posicionar frente às grandes mudanças de longo prazo no mercado internacional, para que possam agregar valor às informações para a necessária elaboração das suas estratégias de negócios de curto prazo.

PARTE 1

QUADRO MACROECONÔMICO DE LONGO PRAZO



Nessa Parte, analisaremos os elementos que compõem a base de estudos para a análise da macroeconomia de longo prazo. Examinaremos os conceitos básicos da análise econômica que sejam relevantes para esse estudo. Dessa maneira, veremos os temas de macroeconomia e estratégia de negócios e os conceitos básicos de economia (escassez, escolha e preços). Apresentaremos também uma visão de conjunto do sistema econômico, e uma discussão sobre a mensuração da atividade econômica

CAPÍTULO 1:

MACROECONOMIA E ESTRATÉGIA DE NEGÓCIO

1.1 MICROECONOMIA, CONJUNTURA ECONÔMICA E MACROECONOMIA DE LONGO PRAZO

Existe uma grande diversidade na maneira pela qual os economistas definem seu campo de atuação. De um modo geral, a análise econômica utilizada no mundo dos negócios e do governo mistura arte e ciência.

É uma arte, porque exige apoio na intuição e experiência, assim como uso de julgamentos qualitativos para organizar e interpretar fatos e evidências.

É também uma arte na hora de decidir e atuar na economia, pois a política econômica requer flexibilidade, intuição, agilidade e "bons instintos" dos seus responsáveis.

É também uma ciência, pois requer que se organize de maneira sistemática, e se dê consistência a um conjunto de ideias e fenômenos.

Requer também que se testem proposições que possam ser sujeitas à verificação empírica, ao invés de serem simplesmente aceitas por razões doutrinárias.

1.1.1 Objeto da Economia

O objeto da ciência econômica é o ser humano.

O comportamento dos seres humanos mostra uma grande transformação ao longo da história, e é muito influenciada pela geografia, instituições e organizações sociais.

Não se pode, portanto, estabelecer leis imutáveis para explicar esse comportamento.

A análise econômica, a despeito disso, conseguiu acumular, nos dois últimos séculos, um grande conhecimento analítico.

Ela usa esse conhecimento para analisar a dimensão econômica do comportamento dos seres humanos, com a ressalva que os economistas com melhor formação humanística têm consciência de que existem diversas outras dimensões ditando esse comportamento.

A economia é considerada, dentre as ciências humanas, aquela mais avançada no uso da matemática, estatística e métodos quantitativos.

Na mistura de arte e ciência feita pela análise econômica, juntam-se ideias vindas da filosofia, ciência política, direito, história econômica e mesmo ciências físicas.

O resultado dessa mistura é um método e uma técnica de raciocínio que permite a análise dos fenômenos econômicos.

1.1.2 Fundamentos Básicos

Os fundamentos básicos da análise econômica são aceitos pela quase totalidade dos economistas.

Existe uma percepção popular, no entanto, de que cada economista pensa diferente dos demais colegas. Por exemplo, comentários tais como, "os economistas passam metade do tempo prevendo os acontecimentos futuros e a outra metade justificando por que nada do que previram aconteceu"; ou "Quando o economista é oposição, ele tem solução para tudo. Quando chega ao governo, ele não tem solução para nada".

A razão disso é que, embora possam concordar com as relações teóricas entre duas variáveis – por exemplo, aumento da oferta de moeda e aumento dos preços – o grau de acordo diminui quando se fala em causalidade – moeda causa inflação? – e o desacordo aumenta ainda mais quando se prescreve a política econômica julgada mais conveniente.

No exemplo acima, seria aconselhável a política monetária? Qual instrumento de política monetária, nesse caso, deveria ser utilizado? Seria um aumento da taxa de juros? Por quanto tempo se manteria esse aumento?... E assim por diante...

1.1.3 Economia Positiva e Economia Normativa

Devido à sua natureza de ciência humana e social, a economia está sujeita a dois tipos de enfoque: o "positivo" e o "normativo".

A **economia positiva** se direciona para questões do tipo "o que é" e examina relações econômicas por meio de hipóteses testáveis, utilizando-se de observações empíricas.

A **economia normativa** utiliza julgamentos de valor, e se direciona para questões do tipo "o que é mais justo".

De maneira simplificada, a economia positiva se concentra em questões de eficiência e de alocação de recursos, enquanto a economia normativa se preocupa com questões de justiça social, equidade e distribuição de renda.

1.2 CAMPO DE ESTUDOS DA ECONOMIA

O campo de estudos da economia pode ser dividido em Microeconomia e Macroeconomia.

A microeconomia estuda o comportamento econômico das pessoas, famílias, empresas, entidades governamentais, mercados e outras. É como se fosse uma visão feita por um microscópio.

A macroeconomia estuda a sociedade como um todo, e examina variáveis agregadas, tais como os indicadores da atividade econômica total. A macroeconomia

procura medir e orientar o desempenho da economia como um todo. É como se fosse uma visão obtida por um telescópio.

1.2.1 Macroeconomia

A macroeconomia, por seu turno, pode ser vista como:

- Análise da conjuntura econômica e dos ciclos de negócios, numa visão de curto prazo;
- Análise do crescimento e desenvolvimento econômicos, numa visão de longo prazo; essa última visão é que norteia o presente livro.

1.3 Complexidade Do Crescimento Econômico

O crescimento econômico é medido pela variação percentual do PIB Real por hora de trabalho.

Ou seja, é medido pela quantidade de produto, que um país produz a cada hora de trabalho usada como um insumo no seu processo de produção.

Pode ser expresso como:

$$\text{Crescimento econômico} = \% \Delta \left[\text{PIB Real} \div \text{Horas de trabalho}\right]$$

Em outras palavras, o crescimento econômico é causado pelo crescimento da produtividade do trabalho.

A teoria do crescimento econômico é um amplo e complexo campo de estudos, pois o crescimento econômico está associado a diversos fatores, dentre os quais:

- à dotação dos fatores de produção do país;
- ao crescimento da oferta dos fatores de produção;
- ao desenvolvimento educacional;
- ao espírito empreendedor;
- ao financiamento do investimento;
- à geração, difusão e absorção do progresso tecnológico;
- ao desenvolvimento das instituições legais e governamentais;
- aos incentivos econômicos para o aumento da produtividade dos fatores de produção;
- à estabilidade política;
- às relações com países fronteiriços;
- a questões religiosas, étnicas e regionais internas;
- a fatores culturais.

CAPÍTULO 2:

CONCEITOS BÁSICOS: ESCASSEZ, ESCOLHA E PREÇOS

2.1 ESCASSEZ E ESCOLHA

As pessoas estão sempre fazendo escolhas.

Algumas dessas escolhas podem ser traduzidas em dinheiro, outras não.

A lógica por trás das escolhas, mesmo aquelas não referenciadas em dinheiro, pode ser analisada por intermédio do instrumental econômico.

O problema básico da economia é a **escassez**.

Se houvesse abundância de tudo, não haveria problema econômico.

A escassez se manifesta em razão de o conjunto dos "desejos" humanos exceder em muito a capacidade dos recursos existentes (incluindo o tempo) para satisfazê-las.

Como existe escassez, temos que fazer **escolha**.

A escolha sempre envolve desistir de algo para ganhar algo mais em troca.

Em linguagem popular, não se "pode assoviar e chupar cana ao mesmo tempo"!

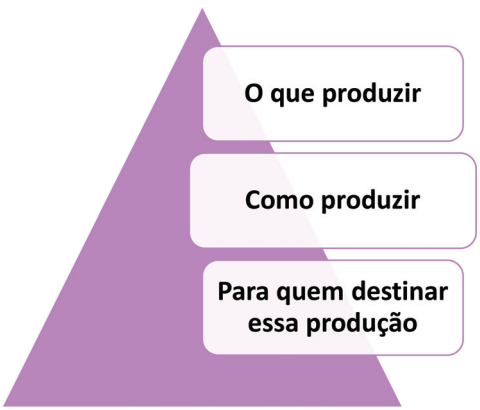
2.2 QUESTÕES BÁSICAS DA MACROECONOMIA

A economia é o estudo de como as pessoas e sociedades alocam seus limitados recursos de modo a satisfazer seus desejos ilimitados.

Evidentemente, esta visão levanta objeções, manifestada em muitos movimentos religiosos e filosóficos ao longo do tempo, de que a maneira de resolver esse conflito é reduzir esses desejos.

A história, no entanto, mostra que esses movimentos não se consolidam, e segue sendo verdadeiro que os desejos continuam aumentando – e permanecendo ilimitados – a despeito de todo o progresso econômico ocorrido nos últimos séculos.

Na sociedade em seu todo, as questões econômicas básicas são:



- O que produzir, de modo a responder aos “desejos” da sociedade;
- Como produzir, selecionando a melhor maneira para arranjar e combinar os recursos produtivos;
- Para quem destinar essa produção, criando mecanismos e selecionando políticas para efetivar essa distribuição.

2.3 CUSTO DE OPORTUNIDADE

Quando se faz uma escolha, deixa-se de lado outra maneira de satisfazer o “desejo”.

O **custo de oportunidade** é o valor da melhor alternativa que se abriu mão ao efetuar a escolha selecionada.

No nosso dia a dia, associamos preços com valores expressos em dinheiro. Esses são os “preços absolutos”.

Para o processo de decisão, precisamos pensar em outro tipo de preços – os “preços relativos”.

Os custos de oportunidade é que determinam os preços relativos.

2.3.1 Preços Relativos

Definem-se esses preços como sendo os preços de bens (produtos e serviços) e recursos em termos uns dos outros. São calculados pela divisão de um preço por outro, mesmo que seja apenas um cálculo mental.

A escolha econômica racional se baseia em preços relativos.

O papel desses preços é guiar a tomada de decisões, ao prover informações aptas para dar incentivos e administrar racionamentos.

O **mercado** é a instituição que, ao juntar as forças de oferta e demanda, cria mecanismos de formação de preços.

2.4 Eficiência

Alcança-se a **eficiência econômica** para o conjunto da sociedade quando se produz a combinação de produtos e serviços que atinjam o maior valor possível, levando-se em conta os limitados recursos de que ela dispõe.

A eficiência pode ser vista de três prismas:

1. **eficiência na alocação**, que lida com a questão de “o que produzir”;
2. **eficiência produtiva ou eficiência técnica**, que se direciona para a questão de “como melhor produzir”;
3. **eficiência distributiva**, direcionada para o assunto de “para quem produzir”.

CAPÍTULO 3:

VISÃO DE CONJUNTO DO SISTEMA ECONÔMICO

3.1 PRINCIPAIS SISTEMAS ECONÔMICOS

Os tempos modernos assistiram ao funcionamento de três tipos de sistema econômico:

1. a economia de comando, por meio de planejamento estatal e tendo o governo como responsável pela economia do país;
2. a economia de mercado, descentralizada e operando por meio de um conjunto de mercados e livre-formação de preços;
3. as economias mistas, em que mercados e governo conduzem a economia.

Com o tempo, a economia de mercado, com alguns elementos de economia mista, acabou prevalecendo, sendo o sistema econômico adotado hoje em dia pela grande maioria de países.

3.2 OFERTA, DEMANDA E OPERAÇÃO DO MERCADO

O mercado é estruturado por forças de oferta e de demanda, que determinam o preço de equilíbrio.

Na microeconomia, faz-se uma distinção entre:

- a quantidade ofertada ou demandada (que varia em função do preço específico àquele mercado) e/ou
- os deslocamentos da oferta (causados por mudanças de preços de insumos, avanços tecnológicos, restrições ambientais, entre outros) ou de demanda (causados por mudanças na renda, na riqueza, em expectativas de preços futuros, nos preços dos bens complementares ou substitutos, e outros).

Na macroeconomia, utiliza-se um conceito similar, chamado de “oferta agregada” (AS) e de “demanda agregada” (AD).

O comportamento de AS e AD será visto adiante neste livro.

3.3 FLUXO CIRCULAR

O Modelo de Fluxo Circular mostra a interrelação entre:

- fluxos de renda (lucros, salários, aluguéis, juros, dividendos e outros);
- recursos (capital, mão de obra, recursos naturais e empreendedorismo);
- e bens (produtos e serviços), entre famílias, empresas e governos.

As famílias ofertam os recursos para as empresas e governos.

Elas recebem, em troca, renda monetária, que, por sua vez, utilizam para compra de bens (incluindo poupança) e pagamento de impostos.

As empresas ofertam os bens às famílias e governos, recebendo renda em troca (deduzidos os impostos).

Os governos utilizam a renda recebida sob a forma de impostos para comprar bens e recursos, e para transferir renda para famílias (aposentadorias e benefícios) e empresas (subsídios).

A circulação dos fluxos físicos e monetários apresentados acima é mostrada na representação gráfica do Fluxo Circular da Economia:

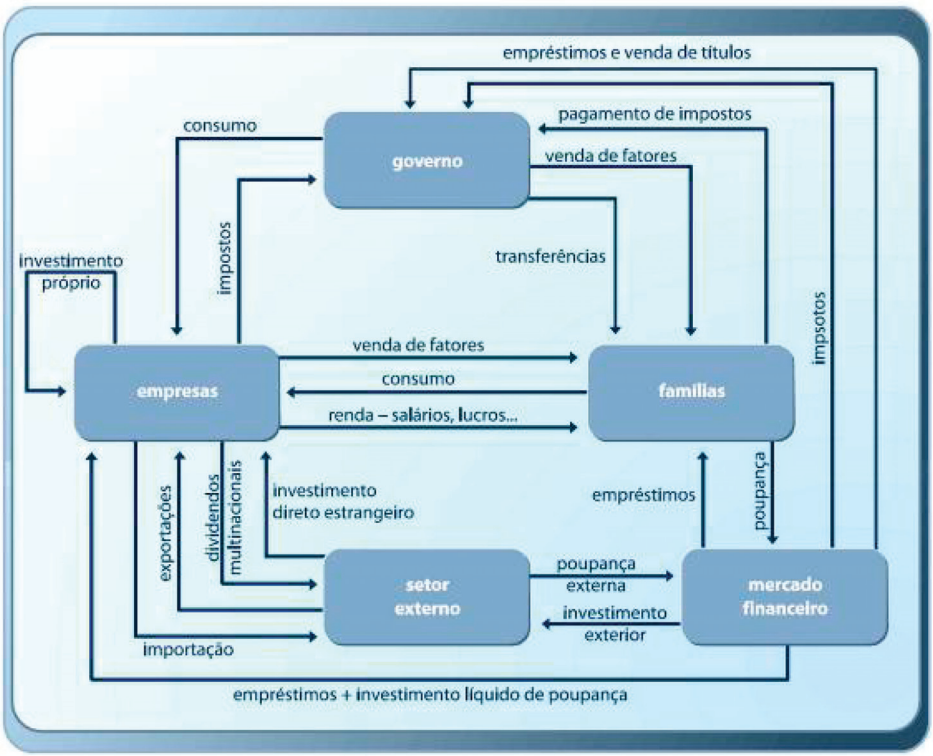


Gráfico do Fluxo Circular

3.4 MOEDA E BANCOS

3.4.1 Primórdios da Moeda

A moeda é uma das maiores invenções da nossa sociedade.

Sem moeda, viveríamos numa economia de trocas.

Uma economia de trocas ("de escambo") funciona bem somente em sociedades muito primitivas.

À medida que a economia se desenvolve, surge a necessidade de se organizar uma maneira mais eficiente de realizar as trocas.

Produção, comércio e transportes precisam, para ganhar produtividade, de que exista um meio de trocas, com base numa moeda.

As primeiras moedas utilizadas eram commodities com valor intrínseco: sal (daí a palavra "salário"), gado (em latim pecúnia, daí a palavra "pecuniária"); ou então objetos escassos e com valor subjetivo simbólico ou religioso, tal como certos tipos de conchas. Com o tempo, adotaram-se minerais, tais como o cobre, prata e ouro.

Embora os minerais tivessem a vantagem da durabilidade e divisibilidade, e pudessem servir como meio de troca de fácil aceitação, unidade de conta e reserva de valor, a sua oferta era limitada e sujeita a variações inesperadas de oferta (descobertas de ouro e prata na Califórnia, Austrália, África do Sul, Brasil e outros países).

3.4.2 Papel Moeda

O papel-moeda representa a moeda simbólica.

Não tem valor intrínseco.

Depende da credibilidade do emissor (moeda "Fiat").

No entanto, sua disseminação aumentou em muito a produtividade do sistema de produção e circulação de produtos e serviços.

O papel-moeda foi inventado e adotado na China, em meados do século 16. A experiência foi de curta duração, pois irrompeu uma inflação no país logo depois ... isso foi um mau presságio, indicativo do que continua acontecendo até hoje em outras partes do mundo...

A moeda passou a ser mais produtiva como meio de troca, unidade de conta e reserva de valor.

3.4.3 O Governo e a Moeda

Com base na moeda, desenvolveu-se um poderoso e complexo sistema financeiro.

Uma das funções do governo é tornar obrigatória a circulação do papel-moeda ("curso legal") e de regulamentar o sistema bancário e financeiro que influencia e expande a moeda.

Entretanto, o governo é o emissor primário da moeda.

Existe aí de forma latente um grande conflito de interesses.

Do ponto de vista da gestão micro do governo, é tentador emitir moeda para "tapar déficits".

Observa-se isso o tempo todo, principalmente em países mais pobres e instáveis. Resulta dessa emissão monetária, muitas vezes desenfreada, a ocorrência de inflações e perdas do poder de compra da moeda.

A perda de reserva de valor da moeda em poder das famílias e das empresas é um ganho para o governo, e chama-se a isso **imposto inflacionário**.

Os bancos comerciais, que recebem depósitos, também se beneficiam, este é um ganho chamado ***float***.

Do ponto de vista da gestão macro, no entanto, o governo deve preservar a estabilidade de preços na economia, e esse tema é um dos mais importantes na macroeconomia de curto prazo.

3.4.4 Tipos De Moeda

Com a evolução dos sistemas monetários de pagamentos e de crédito, existem atualmente inúmeros instrumentos financeiros que servem, em diferentes graus, como moeda, no sentido das três funções básicas.

A teoria econômica aponta a existência de uma hierarquia de moedas, que dependem basicamente do seu grau de liquidez, resiliência e utilidade para liquidar pagamentos de maneira imediata.

O Banco Central do Brasil apresenta em seu site as séries mensais dessas moedas ou quase-moedas, sob a designação de M1, M2, M3, M4 e assim por diante.

Para a finalidade deste livro, basta assinalar que a "base monetária", que abrange basicamente o papel-moeda em circulação, é a variável básica.

É controlada pelo governo, e serve como base da pirâmide monetária e financeira.

A política monetária depende da gestão da base monetária.

3.4.5 Bancos e Criação de Moeda

A maior parte da criação de moeda é feita pelos bancos comerciais, com base no conceito de reservas.

Com base nos depósitos feitos por famílias e empresas, e beneficiando-se com o conhecimento acumulado sobre como elas se comportam em termos de tamanho e periodicidade dos saques, os bancos estabelecem proporções desses depósitos que devem deixar como reservas, e emprestam o restante.

Este mecanismo é chamado de "multiplicador bancário".

A instituição governamental que regula o sistema no Brasil, o Banco Central, acompanha de perto esse processo, e exige reservas compulsórias.

Em função da sua capacidade multiplicativa de moeda, os bancos comerciais ficam fragilizados em tempos de crises financeiras, pânicos e perda de confiança do público. Este tema será examinado na Parte 3.

CAPÍTULO 4:

MENSURAÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA

4.1 SISTEMA DE CONTAS NACIONAIS

Após a Segunda Guerra Mundial, os países passaram a mensurar seus principais indicadores econômicos por meio da Contabilidade Social.

O sistema de contas nacionais baseia-se principalmente em fluxos, e seu desenvolvimento foi fortemente influenciado pela nascente disciplina de macroeconomia, e pela inspiração nas ideias do economista inglês John Maynard Keynes.

O sistema foi se aprimorando ao longo das últimas décadas e criando maneiras de compatibilização entre os sistemas de contas nacionais dos diferentes países.

A Organização das Nações Unidas (ONU) é a principal responsável por esse processo.

No seu site, assim como nos sites do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial, é possível obter as informações sobre as contas nacionais do Brasil e dos demais países.

No Brasil, esta atividade teve início com a Fundação Getulio Vargas (FGV), sendo posteriormente transferida para o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). As informações sobre as Contas Nacionais do Brasil podem ser facilmente obtidas nessa Instituição.

4.2 PIB (PRODUTO INTERNO BRUTO)

Uma das identidades contábeis mais importantes é:

$$PIB = C + I + G + [EX - IM]$$

Esta expressão mostra que o **Produto Interno Bruto** (**PIB**) do país é igual à soma dos seguintes elementos:

1. **Consumo** (**C**);
2. **Investimento** (**I**);
3. **Gastos Governamentais** (**G**);
4. **Exportações Líquidas** [**Exportações** (**EX**) menos **Importações** (**IM**)].

Visto por outra óptica, a da renda, o PIB, após ajustes para deduzir impostos indiretos e depreciação, pode ser visto como a renda paga aos fatores de produção por seus serviços (salários, lucros, juros, aluguéis, dividendos, royalties, e outros).

Nesse caso se chama **Renda Nacional**.

Caso sejam deduzidos os impostos diretos, fica sendo Renda Nacional Disponível.

Essa última pode ser usada para gastos de **Consumo** (**C**) ou para aplicações de **Poupança** (**P**).

4.2.1 PIB Efetivo e PIB Potencial

O Produto efetivo (**PIB Efetivo**) é o valor que realmente se produz num dado período de tempo. O Produto Potencial (**PIB Potencial**) é o máximo de produtos e serviços finais que pode ser obtido numa economia mediante a alocação racional dos seus fatores de produção.

Chama-se de "Hiato do Produto" a seguinte relação:

Hiato do Produto = PIB Potencial - PIB Efetivo

O PIB Potencial é, portanto, o "teto", e o hiato serve de indicação do estado da conjuntura econômica.

Quando o hiato aumenta, existem forças levando ao desemprego da mão de obra e de outros recursos produtivos.

Quando o hiato diminui (ou mesmo tende a ficar negativo), existem forças inflacionárias em progresso.

4.2.2 Papel do PIB e do PIB per Capita

Ao falar da economia de um país podemos utilizar um modelo teórico vindo da microeconomia, e utilizar como referencial do produto um indicador da quantidade total de bens finais utilizados para o consumo (incluindo produtos e serviços). Esse indicador é o PIB – Produto Interno Bruto.

4.3 CÁLCULO DO PIB

O PIB é o indicador mais usado na economia. Mostra, em termos de valores monetários (preços de mercado), a produção do país num determinado período do tempo, geralmente um ano.

O PIB pode ser calculado por duas maneiras: pelo valor de mercado dos bens finais ou pelo valor adicionado no processo de produção desses bens.

No entanto, algumas precauções devem ser tomadas, principalmente relacionadas com problemas de dupla contagem.

4.3.1 Valor Adicionado e Dupla Contagem

O PIB pode ser visto pela óptica de **valor adicionado**.

Para isso, deve-se ver a produção final para o mercado como resultado de vários estágios de processamento, ocorridos na cadeia de produção.

O pão serve como um bom exemplo. A quantidade de pão vendido nas padarias, multiplicado pelo preço médio, entra no cálculo do PIB.

No entanto, os valores do trigo produzido no campo, a sua transformação em farinha de trigo, o transporte da farinha de trigo e o fermento não entram na computação do PIB.

No caso de checar as informações, ou facilitar o cálculo, a computação do valor do pão que entra no PIB pode ser feita pela adição, em cada estágio, do valor adicionado naquela etapa produtiva.

4.3.2 Exemplo de Cálculo do PIB

Suponha que a unidade de venda do pão seja comprada por R$3,00 na padaria.

Isso entra no PIB.

Entretanto, esse valor pode ser obtido por outro método, o da agregação do valor adicionado em cada estágio de produção.

Suponha que, para cada unidade de venda do pão, o trigo custe R$1,50, e a farinha custe R$ 2,00.

Deduzindo-se os R$ 1,50, o valor adicionado foi de R$ 0,50; o transporte custou R$0,20; e o fermento custou R$0,10; a padaria vendeu a R$3,00, mas seu valor adicionado foi de R$ 0,70 (ou seja, deduz-se a soma de 1,50 + 0,50 + 0,20 + 0,10).

No total, somando o valor adicionado em cada etapa, temos a contribuição do pão para o PIB.

4.4 OBSERVAÇÕES SOBRE O CÁLCULO DO PIB

Dado o uso generalizado da medida do PIB para o dia a dia e para a formulação de estratégias de longo prazo para a economia, cabem as seguintes informações:

4.4.1 O que Entra no PIB

- O PIB é uma medida de fluxo, e não de estoque;
- O PIB inclui apenas os produtos e serviços produzidos durante o período a que se refere o PIB. O ano e o trimestre são os períodos mais usados;

- O PIB não inclui produtos, em geral de longa vida, comprados em períodos precedentes (como exemplificado por carros, geladeiras e outros). Somente se incluem os produtos e serviços adquiridos no período a que se refere o PIB;
- O cálculo do PIB exclui também transações com ações, debêntures e outros ativos financeiros que não evolvam diretamente a produção corrente daquele período;
- O PIB não contabiliza produtos e serviços que não passem pelo mercado. Isso inclui as "tarefas do lar", assim como as atividades criminosas (tráfico de drogas, por exemplo) e as atividades do chamado "setor informal".

4.4.2 Como se Calcula o PIB

- O PIB mede apenas os "produtos e serviços finais";
- Existem duas maneiras de cálculo do PIB: a) somar o valor desses produtos e serviços finais; b) ou então utilizar a óptica do valor adicionado;
- De acordo com a segunda maneira de cálculo, computa-se em cada estágio de produção o valor produzido, diminuído do valor dos produtos e serviços intermediários utilizados no processo de produção;
- Os bens de capital têm longa vida, mas apenas parte de seu valor é gasto durante o processo de produção no período de referência;
- É o componente de depreciação, que deve ser deduzido do valor do produto. No entanto, esse cálculo é complicado e sujeito a erros;
- Daí mostrar-se o **Produto Interno "como Bruto"**, que inclui a depreciação, e não o **Produto Interno Líquido**, que seria o mais correto;
- Em cada período, uma parte dos produtos vendidos é "carregada" do ano anterior. São estoques. No final desse período, também se acumulam estoques, que serão vendidos no ano seguinte, e assim por diante;
- Para o cálculo do PIB, estima-se a "variação líquida" de estoques. Positiva, num ano de fraco crescimento, e negativa, num ano de inesperado grande crescimento.

4.4.3 Como se Publica o PIB

- O PIB pode ser apresentado em termos nominais (a preços correntes) ou em termos reais (excluindo os efeitos da inflação);

- Dividindo o PIB nominal pelo PIB real, obtemos o **deflator implícito** do PIB;
- Devido à sua abrangência, considera-se como o melhor indicador macroeconômico de preços. No entanto, é pouco útil para a empresa em seu dia a dia, pois é publicado somente (e com atraso) após o cálculo do PIB ser divulgado, a cada fim de trimestre ou ano.

4.5 O PIB PER CAPITA COMO INDICADOR DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

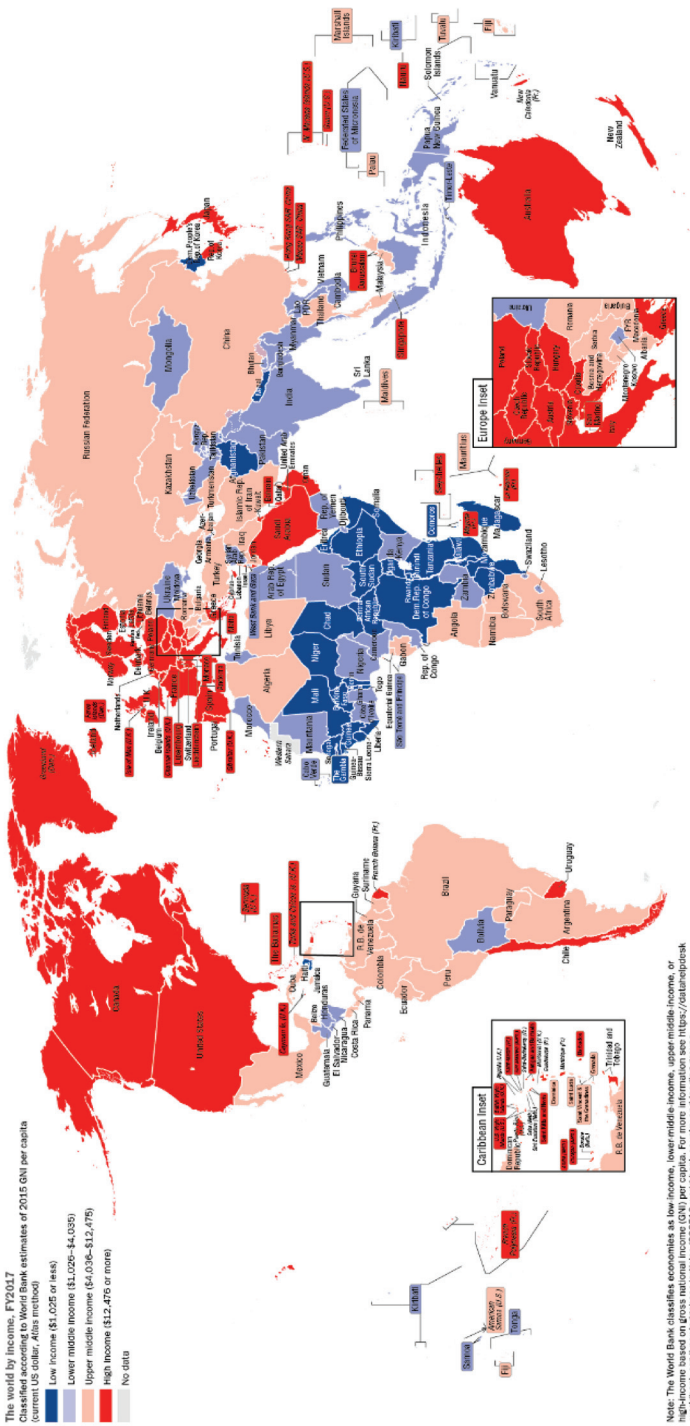
O **PIB per capita** é obtido pela divisão do PIB pela população do país.

É o indicador mais usado para medir o bem-estar da população do país, e para fazer comparações internacionais.

Muitas críticas são feitas, sendo as principais:

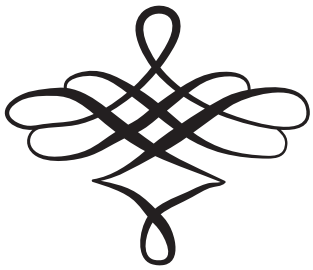
- Como é um indicador obtido por média aritmética simples, pode distorcer o quadro de bem-estar, caso haja uma distribuição de renda muito desigual no país. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que será visto adiante, corrige em parte esta distorção;
- O PIB é medido a preços de mercado, em cada país. Como existem diferenças de poder de compra entre países, o PIB per capita, em dólares, apresenta problemas para comparações internacionais. O uso de ajustes do dólar por meio do PPC (“Paridade do Poder de Compra”) permite melhores comparações de PIB per capita entre países.

4.6 MAPA DO BANCO MUNDIAL DE RENDA PER CAPITA, 2017



PARTE 2

ELEMENTOS CONCEITUAIS BÁSICOS PARA UMA VISÃO ESTRATÉGICA



Nesta Parte, veremos os determinantes e o papel do consumo e da poupança, elementos vitais para o crescimento econômico.

Em seguida, examinaremos a importância e os principais fatores da produção e tecnologia.

Numa visão mais geral, serão vistos os temas de fronteira de possibilidades de produção (FPP) e crescimento econômico.

Finalmente, encerramos essa parte com uma discussão sobre como os países enriquecem.

CAPÍTULO 5:

DETERMINANTES E PAPEL DO CONSUMO E DA POUPANÇA

As funções de consumo e de poupança guardam um forte "espelhamento". A poupança, em termos macroeconômicos, pode ser calculada como sendo a renda disponível que não é utilizada para fins de consumo durante o ano de referência.

5.1 FUNÇÃO CONSUMO

A Macroeconomia considera que o **Consumo Agregado** (C) guarda uma relação estável com a Renda (Y).

Esta ligação é mostrada por meio da **Propensão Marginal a Consumir** (PMC, simbolizada por α).

Assim,

$$C = \alpha Y$$

A PMC significa que um **incremento no Consumo Agregado** (**ΔC**) mantém uma proporção constante com o **incremento da Renda** (**ΔY**).

Por exemplo, se α = 0,70, significa que cerca de 70 reais de cada 100 reais de aumento na renda serão destinados ao consumo de produtos e serviços.

Na prática, utiliza-se a **Propensão Média ao Consumo**, representada por $^{C}/_{Y}$, como equivalente à Propensão Marginal ao Consumo.

5.2 FUNÇÃO POUPANÇA

A **Função Poupança** (**S**) é o espelho da **Função Consumo** (**C**), portanto podemos representá-la por:

$$S = (1 - \alpha) Y ,$$

em que a **Propensão Média a Poupar**, considerada equivalente à **Propensão Marginal a Poupar**, está representada por (1 – α).

5.3 DETERMINANTES DO CONSUMO E DA POUPANÇA

Existem fatores objetivos e subjetivos determinando a propensão ao consumo.

Dentre os primeiros, os principais são:

1. expectativa quanto ao comportamento de preços (antecipação do consumo);
2. efeitos de estímulo ou desestímulo das políticas fiscais;
3. mudanças das regras de depreciação (para as empresas);
4. variação e nível da taxa de juros.

Dentre os fatores subjetivos, destacam-se:

1. os psicológicos (ostentação, insegurança, avareza, ganância e outros) para os indivíduos;
2. as expectativas (otimistas ou pessimistas) para as empresas.

Do ponto de vista do consumo agregado, faz-se distinção entre a renda absoluta e a renda relativa.

A distinção é realizada para separar questões de "diferença de renda" com questões referentes a "mudanças de renda".

O economista Duesenberry levanta duas hipóteses sobre o comportamento do consumo:

Uma razão para explicar a função consumo baseia-se no **efeito demonstração**. As famílias tentam imitar outras famílias em seus hábitos de consumo. Isso explicaria a linearidade da função consumo;

Outra razão para a linearidade da função consumo é o **efeito aparência**. As famílias, mesmo quando sua renda diminui, procuram manter seus níveis de consumo. Por exemplo, caso diminua o meu salário, eu não vou mudar para um apartamento menor – vou dar um jeito de continuar mantendo o padrão de vida que estava acostumado a ter.

Desse modo, os dois efeitos trabalham para manter previsível o consumo. Quando a renda aumenta, funciona o "efeito demonstração". Quando a renda cai, funciona o "efeito aparência".

Outra faceta da função consumo é revelada pela **Hipótese da Renda Permanente**, de Milton Friedman. Segundo essa hipótese, tanto a renda quanto o consumo têm dois componentes:

1. **Componente permanente:** é quanto, em média (e em tendência), as famílias esperam receber ao longo dos anos. Esse componente reflete a riqueza do consumidor;
2. **Componente transitório:** é formado pelas oscilações da renda do consumidor, para cima e para baixo, a cada ano.

Segundo a Hipótese da Renda Permanente, o consumo segue uma proporção constante dessa renda permanente.

Essa proporção é determinada por vários fatores:

1. a taxa de juros;
2. a proporção da riqueza vinda do capital humano e do capital físico;

3. o nível do estoque de bens duráveis desejados;
4. a renda familiar.

A função poupança, na análise da renda nacional, é basicamente o reflexo do comportamento do consumo.

Em termos *ex ante*, reflete um resíduo entre o consumo planejado e a renda permanente.

É basicamente um comportamento passivo.

Já em termos *ex post*, poderia ser maior ou menor do que a poupança ex ante, em função do comportamento da renda transitória.

5.4 PAPEL E DETERMINANTES DOS INVESTIMENTOS

5.4.1 Papel do Investimento

Após o Consumo, o Investimento é o maior determinante da demanda agregada. No entanto, é o de maior dificuldade de previsão.

Ainda por cima, tem o papel de alavancar a renda (para cima ou para baixo).

O investimento, devido ao seu efeito multiplicador sobre o PIB, recebe muita atenção nos estudos macroeconômicos.

O Investimento é importante tanto no curto prazo (demanda agregada) quanto no longo prazo (oferta agregada).

5.4.2 Demanda por Capital

Do ponto de vista microeconômico, o Investimento é a demanda de capital para aplicação em ampliação ou construção de novas fábricas, aquisição de equipamentos e outras atividades.

Quanto maior a taxa de retorno esperada pelo projeto de investimento, maior a demanda por capital.

A empresa compara essa taxa de retorno esperada com a taxa de juros do mercado.

Caso a diferença seja positiva, o investimento será realizado.

Do ponto de vista macroeconômico, o investimento também é muito sensível à taxa de juros.

Em termos agregados, a função de demanda por investimentos é independente da renda, ou exógeno ao PIB.

5.4.3 Determinantes do Investimento

Os principais Determinantes do Investimento são:

1. O estoque de capital "desejado" (K*) vis-à-vis o estoque de capital existente (K).

Quanto maior o hiato (positivo) de (K* - K), maior será o incentivo para o investimento;

2. A taxa de juros influencia o ritmo (isto é, a velocidade) com que esse hiato possa ser preenchido.

Quanto maior a taxa de juros, maior o Investimento.

Note que o Investimento (I) é, por definição, igual ao incremento no estoque de capital existente (ΔK). Ou seja, $I = \Delta K$;

3. A tecnologia é o maior fator deslocador da curva de demanda por investimentos.

O desenvolvimento da tecnologia pode ser benéfico tanto para baratear os custos do capital físico (aumento da produtividade) quanto para alterar, via inovações, o comportamento da demanda;

4. As expectativas são as crenças dos empreendedores quanto ao futuro dos seus negócios.

Isso pode estar sujeito a muitas mudanças de humor e sentimento.

Essas expectativas se formam em relação às:

1. oportunidades do comércio exterior;
2. mudanças esperadas no tamanho ou na composição etária e de renda da população;
3. mudanças no clima político e de regulação governamental;
4. outras mudanças no panorama científico, cultural e social.

5.4.4 Investimentos no Setor Financeiro e Não Financeiro

O Investimento, em termos da Macroeconomia, representa as adições líquidas ao estoque existente de capital. Essa adição líquida é o Investimento Bruto menos a Depreciação.

Esse investimento não deve ser confundido com o investimento financeiro.

Esse último se refere, em primeiro lugar, ao estoque de ativos financeiros.

Em segundo lugar, se refere à troca de ativos financeiros existentes.

Desses, apenas uma parcela está associada ao investimento real em fábricas, equipamentos, infraestrutura e outros.

Por exemplo, com a venda de novas ações (emissão primária) para financiar projetos de *greenfield investments*.

CAPÍTULO 6:

PRODUÇÃO E TECNOLOGIA

6.1 FATORES DE PRODUÇÃO E PROCESSO PRODUTIVO

Os principais fatores de produção são:

6.1.1 Componentes dos Fatores de Produção

Recursos humanos:

- oferta de mão de obra;
- nível de educação;
- disciplina do trabalho;
- motivação para trabalhar.

Recursos naturais:

- oferta de terras agriculturáveis;
- água potável;
- florestas;
- fontes de energia;
- disponibilidade de recursos minerais;
- preservação da qualidade ambiental;
- biodiversidade.

Formação de capital:

- máquinas;
- equipamentos;
- fábricas;
- infraestrutura.

Tecnologia:

- ciência;
- engenharia;
- gestão;
- empreendedorismo;
- inovação.

6.2 PROCESSO DE PRODUÇÃO

Produção é o processo em que se combinam e organizam os fatores de produção para fabricar os bens e serviços destinados à sociedade.

Podemos dizer que a produção guarda as seguintes características:

1. é o processo pelo qual os fatores de produção são combinados para produzir os bens e serviços desejados pelas populações humanas;
2. pode ser medida em unidades físicas ou em termos monetários ou de valor;
3. pode ser obtida com o uso de uma função de produção, que mostra como a combinação dos fatores de produção resulta na produção.

O produto total de uma economia depende da quantidade dos fatores de produção – terra, mão de obra e capital, tecnologia e empresários – utilizados no processo de produção.

De particular importância é o capital humano – mão de obra que obtém qualificação por meio de investimentos em educação.

Em geral, consideram-se os gastos, a tecnologia e as instituições sociais como fixos em curto prazo – ou como parâmetros de um modelo de crescimento.

Em uma visão histórica e de longo prazo, no entanto, não somente esses aspectos não são fixos, como sua própria mudança é uma grande fonte de crescimento econômico.

O inter-relacionamento entre população, recursos e tecnologia na economia é condicionado pelas instituições sociais, incluindo valores e atitudes, ou seja, pelo contexto sociocultural.

6.3 FUNÇÃO AGREGADA DE PRODUÇÃO (FAP)

A **função agregada de produção** relaciona o PIB aos fatores de produção e à tecnologia de produção...

Onde...

Q = produção;
A = tecnologia e conhecimento técnico;
F = função de produção;
K = capital;
L = mão de obra;
R = recursos naturais.

6.4 PRODUTIVIDADE

Produtividade é a relação entre o produto obtido e a quantidade do fator de produção empregado no processo produtivo.

A Lei dos Rendimentos Decrescentes diz que, mantendo-se os demais fatores de produção constantes, o aumento no uso do fator de produção em foco pode aumentar a produção no início, mas, à medida que cresce sua quantidade, o produto se estabiliza e depois começa a cair.

Esta tendência de queda pode ser revertida pelo uso de avanços tecnológicos ou organizacionais, ou então pelo aumento na quantidade de outros fatores que entram no processo de produção.

A produtividade total dos fatores é uma medida da produção ao combinar as unidades dos fatores de produção, sendo que este resultado é obtido por meio de preços dos fatores.

O crescimento da produtividade total é julgado, atualmente, como o mais importante motor do crescimento econômico.

CAPÍTULO 7:

FRONTEIRA DE POSSIBILIDADES DE PRODUÇÃO (FPP) E TECNOLOGIA

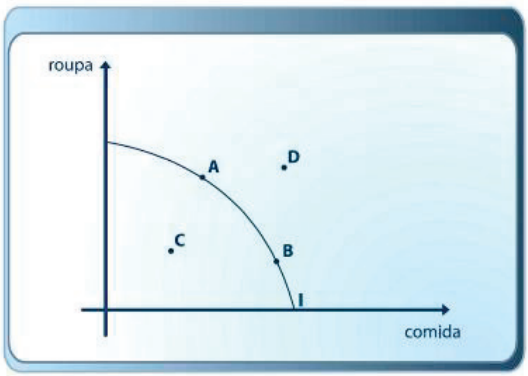
O Modelo **Fronteiras de Possibilidades de Produção (FPP)** é muito utilizado na macroeconomia. Embora simples, consegue ilustrar os conceitos de especialização, eficiência, custo de oportunidade, avanço tecnológico e crescimento econômico.

7.1 FUNCIONAMENTO DO MODELO FPP

As sociedades humanas, inclusive as atuais, não podem obter tudo o que gostariam. Elas são limitadas pela disponibilidade dos recursos, e pelo nível de conhecimento tecnológico existente em cada época.

Vamos ilustrar com um exemplo bem simples: suponha que um país produza apenas dois produtos, álcool e café.

Na Figura a seguir, o eixo vertical mostra a quantidade de roupa (milhões de peças por ano) e o eixo horizontal mostra a quantidade de comida (medida em milhões de quilos por ano).



Dado que existe escassez de recursos, este mesmo país não consegue produzir tudo o que deseja.

A reta FPP (no caso, curva) mostra o limite do que pode ser produzido.

Esse limite decorre das restrições impostas pela limitação (quantidade e qualidade) dos fatores de produção (mão de obra, capital, recursos naturais, empreendedorismo e tecnologia).

Se todos estes recursos fossem utilizados unicamente na produção de roupa, seriam produzidas 100 peças por habitante por ano.

Caso esses mesmos recursos, ao invés de serem utilizados para produzir peças de roupa, fossem utilizados exclusivamente para produzir comida, seriam produzidos 300 kg por habitante/ano.

A curva que une esses dois pontos é a FPP.

7.2 - EFICIÊNCIA

A curva FPP mostra:

- O máximo de produção que pode ser obtido com os recursos;
- Que os pontos acima dela, como o ponto B, são impossíveis de se alcançar;
- Que os pontos abaixo dela, como o ponto A, são possíveis, porém ineficientes. Uma melhor gestão da produção pode aumentar a quantidade de roupa e de comida.

7.3 PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE

A produção – Q – aumenta à medida que crescem as quantidades de K, L e R.

Produtividade é a razão do produto fabricado por unidade de cada um dos fatores de produção – insumos – usados no processo de produção.

A **produtividade do trabalho** é calculada pela divisão do total de produção pelo número de trabalhadores.

Tal como a produção, a produtividade pode ser medida em unidades físicas ou em valores monetários.

A **produtividade total de fatores – PTF** –, sempre medida em valores monetários, é o índice que mostra a relação entre a produção total por unidade de insumo total.

O conceito de produtividade total se refere a uma razão em que o numerador é o PIB, e o denominador é uma média ponderada de K, L e R.

O numerador desse índice pode ser o PIB.

O denominador desse índice pode ser a média ponderada dos insumos de capital, mão de obra e recursos naturais – ou apenas dos insumos de capital e da mão de obra.

O crescimento desse índice, geralmente, é visto como um indicador da taxa de progresso tecnológico.

O papel da tecnologia – A – é aumentar a produtividade de K, L, e R.

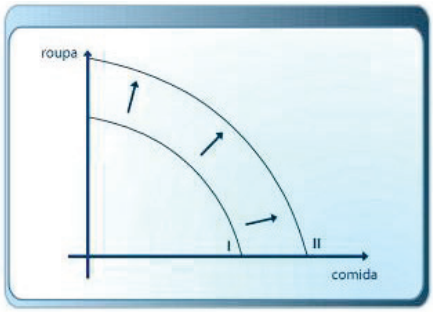
7.4 FPP E CRESCIMENTO ECONÔMICO

O crescimento econômico representa a expansão do PIB potencial de um país durante um longo período de tempo.

O crescimento econômico representa o crescimento da renda per capita ao longo do tempo.

O crescimento econômico ocorre:

- quando aumenta a quantidade dos fatores de produção, e a fronteira de possibilidades de produção se desloca para fora – de To para T1...



7.4.1 Progresso Tecnológico e Crescimento Econômico

A capacidade produtiva da economia também pode ser ampliada, mesmo mantendo, nos níveis presentes, a quantidade de recursos.

Isso é possível por meio do **progresso tecnológico**.

7.4.1.1 Progresso Tecnológico Neutro

O progresso tecnológico pode ser difuso, atingindo por igual todos os produtos e serviços em processo de produção.

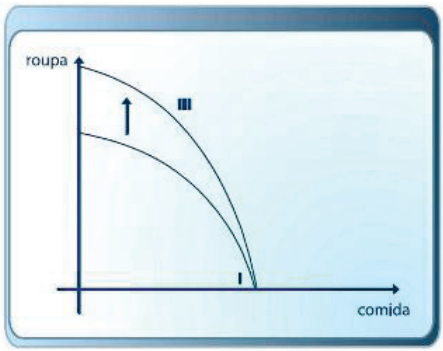
Nesse caso, a FPP se deslocaria por igual, e a representação gráfica seria idêntica ao exemplo do crescimento econômico.

7.4.1.2PROGRESSO TECNOLÓGICO NÃO NEUTRO

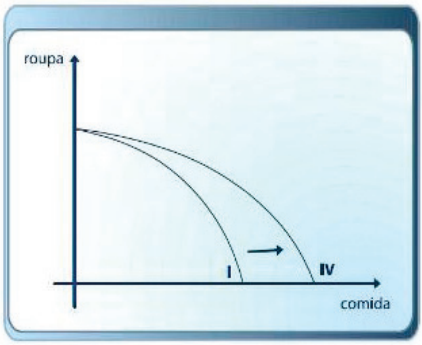
Caso o progresso tecnológico incidisse mais sobre um produto do que sobre o outro, a curva FPP se deslocaria de forma desigual, tendendo mais para o produto que se beneficia mais do avanço tecnológico.

Vamos continuar com o exemplo de um país que produza roupas ou alimentos.

O progresso técnico somente na indústria de roupas pode ser representado da seguinte forma...



O progresso técnico apenas na agricultura de alimentos pode ser representado da seguinte forma...



7.4.1.3 Progresso Tecnológico Endógeno

Durante muito tempo, os economistas acentuavam o papel fundamental da tecnologia para o crescimento econômico, mas não achavam possível explicar como ocorria este avanço tecnológico.

Ele era chamado de "caixa preta".

Nos últimos anos, no entanto, uma corrente de economistas está se dedicando ao tema.

Nessa visão moderna, a tecnologia é "endógena".

Incentivos econômicos e institucionais podem criar tal progresso tecnológico.

7.5 Contabilidade do Crescimento Econômico

Utilizando a função agregada de produção – e ignorando, por enquanto, o papel da tecnologia –, vemos que o crescimento do produto – representado por Δ(Q – pode ser assim demonstrado...

$$\% \Delta Q = P1 \% \Delta K + P2 \% \Delta L + P3 \% \Delta R$$

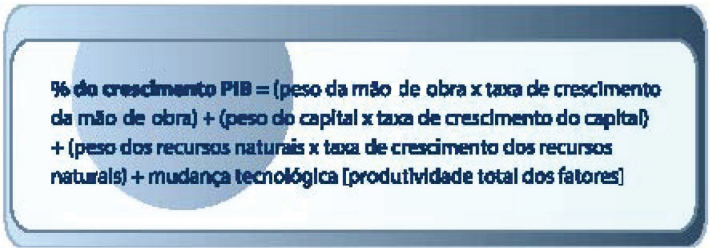
Onde...

P1 = contribuições relativas (pesos) do capital;

P2 = contribuições relativas (pesos) da mão de obra;

P3 = contribuições relativas (pesos) da produção.

A contabilidade do crescimento mostra, portanto, uma equação fundamental...



7.5.1 INCLUSÃO DA TECNOLOGIA

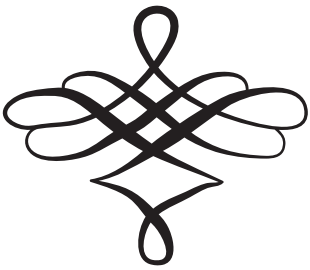
Quando incluímos a tecnologia – A –, o quadro se altera, pois A aumenta a produtividade dos três fatores – P1, P2 e P3...

É difícil caracterizar A.

Usualmente, calculamos A como sendo o resíduo não explicado do crescimento de Q, após identificar a contribuição dos fatores, ou seja, a produtividade total dos fatores – PTF...

PARTE 3

ELEMENTOS ESTRATÉGICOS DO CRESCIMENTO ECONÔMICO



O crescimento econômico representa tanto a expansão do PIB potencial de um país em um período longo do tempo quanto o crescimento da renda per capita ao longo do tempo.

Neste Capítulo, analisaremos os determinantes do crescimento econômico. Para tal, iremos rever alguns conceitos – produção, produtividade, crescimento, desenvolvimento e progresso.

Vamos examinar também as características e os problemas do desenvolvimento econômico, avaliando de que maneira interferem nas estratégias de negócios das empresas.

CAPÍTULO 8:

CARACTERÍSTICAS DO CRESCIMENTO ECONÔMICO E IMPACTO NAS EMPRESAS

8.1 CRESCIMENTO, DESENVOLVIMENTO E PROGRESSO

Embora, muitas vezes, os termos crescimento, desenvolvimento e progresso, na linguagem comum, sejam usados como sinônimos, na linguagem técnica, existem grandes diferenças entre eles...

Crescimento econômico

O crescimento econômico ocorre quando existe um aumento sustentado, ao longo do tempo, na produção de bens e serviços de um país, que exceda o crescimento da sua população.

Pode ser medido pelo comportamento do PIB (ou da renda per capita).

Para caracterizar o crescimento econômico, não basta que a renda cresça – o que seria um crescimento extensivo, e não um aprofundamento do crescimento.

Para que haja um crescimento intensivo, é necessário que a renda cresça a um ritmo maior que o do crescimento da população.

O crescimento da renda pode ocorrer, ou porque está havendo um aumento dos recursos naturais, de mão de obra e de capital na economia, ou porque esses recursos estão sendo usados com mais eficiência, ou, ainda, por ambas as razões.

Desenvolvimento econômico

Pode haver crescimento econômico sem um nível satisfatório de desenvolvimento econômico...

Desenvolvimento econômico significa um crescimento econômico acompanhado por uma significativa transformação estrutural ou organizacional na economia.

Caracteriza-se por – após certo tempo e em um processo não linear –proporcionar uma melhoria na distribuição de renda e riqueza da população, causar o deslocamento de uma economia de subsistência local para mercados e comércio, e levar ao crescimento dos setores de manufatura e comércio em ritmo maior do que em relação à agricultura.

Progresso econômico

Em termos da economia, crescimento e progresso são vistos como caminhando juntos, mas, em uma visão ética ou ecológica, pode haver conflito entre eles – o crescimento econômico pode ser alcançado no curto prazo, derrubando-se a floresta amazônica e plantando-se soja...

O progresso tem forte conteúdo ético e subjetivo, e depende dos valores esposados por quem está falando de progresso econômico.

No entanto, embora não possa ser mensurado, é um conceito intuitivo e está associado a melhorias em indicadores como o Índice de Desenvolvimento Humano ou o Índice de Gini em um contexto de crescimento do PIB per capita.

8.2 ESTÁGIOS DE CRESCIMENTO E ESTRUTURA ECONÔMICA

Desde o século 18, os economistas – como Adam Smith, os enciclopedistas franceses, Karl Marx, os adeptos da escola histórica alemã e os autores mais modernos, como Walt Rostow – vislumbram o processo de crescimento de um país como sendo uma sequência histórica de etapas de desenvolvimento.

De acordo com essa teoria dos estágios, haveria um caminho crítico, com o país migrando de etapas mais simples para etapas mais complexas de organização da atividade econômica.

Por exemplo, um país ou região iniciaria sua trajetória com atividades extrativas, migraria para domesticação de animais e pastoreio, daí para domesticação de plantas e para agricultura, depois para atividades comerciais e, em seguida, industriais e, eventualmente, se transformaria em sociedade de consumo de massa.

Haveria processo complexo de transição em cada uma dessas fases.

A mais crítica seria a passagem para a industrialização, que Rostow denominou de *take-off*.

Em relação à atividade econômica, a classificação por setores está muito ligada à importância relativa, ao papel e ao peso que se dá aos fatores de produção para explicar o desenvolvimento.

Os economistas costumam dividi-la em setores:

- o setor primário, que é formado pela agricultura, mineração, pesca, floresta e atividades extrativas;
- o secundário, pela indústria manufatureira e de construção civil;
- o terciário, por comércio e serviços em geral.

SETOR PRIMÁRIO	SETOR SECUNDÁRIO	SETOR TERCIÁRIO
• agricultura • mineração • pesca • floresta • atividades extrativas	• indústria manufatureira • construção civil	• comércio • serviços em geral

8.2.1 Agricultura e Crescimento Econômico

A primeira escola de pensamento econômico, a Fisiocracia – 1750–1770 –, dividiu a economia em setores, mas privilegiou o papel da agricultura como mola do crescimento.

Com o passar do tempo, todavia, essa percepção foi mudando. O primário passou a ser visto como o setor atrasado. Com base na visão de estágios de crescimento e no conceito de setores, o processo de desenvolvimento passou a ser percebido como fuga do setor primário para outros setores, com grande ênfase no secundário. Ser um país moderno passou a ser sinônimo de país industrializado.

O economista australiano Colin Clark e o norte-americano Simon Kuznets desenvolveram modelos teóricos e estudos empíricos nesse sentido. Os estudos da Comissão Econômica para a América Latina – Cepal – sobre o comportamento de preços e mercados primários, ao apontar as perdas dinâmicas dos países especializados em produtos primários, contribuíram para essa percepção.

A agricultura, historicamente, foi o setor mais importante da estrutura econômica. A partir do século 19, a indústria de manufatura passa a ocupar esse posto. A mudança estrutural, em termos históricos, significou a migração de renda e mão de obra do setor primário para o secundário, e daí para um setor terciário moderno.

Hoje, essas fronteiras estão ficando turvas, pois existem países que se desenvolveram com base em uma agricultura moderna ou com base no dinamismo de comércio e serviços.

8.2.2 Recursos Naturais, Estágios de Crescimento e Setores da Economia

Do mesmo modo que na agricultura, observa-se que, à medida que a sociedade econômica progride, menor se torna a importância dos recursos naturais.

A literatura especializada em crescimento econômico costuma evidenciar a importância do capital e dos recursos humanos, pouco se preocupando com os recursos naturais.

Nem sempre foi assim.

Até o final do século 18, a agricultura era o carro-chefe da economia, tanto em termos da renda do país quanto da mão de obra empregada.

Os mais famosos autores da escola clássica – dentre eles, Adam Smith, David Ricardo, Thomas Malthus e Stuart Mill – davam grande destaque a esse fator.

Com o advento da industrialização, fortalecendo e dominando a economia a partir do século 19, e com o setor de serviços sedimentado em capital humano ganhando preponderância nas últimas décadas, os dois outros fatores eclipsaram o elemento recursos naturais.

Os recursos naturais podem se tornar a base principal de força estratégica para o desenvolvimento econômico do Brasil, como será analisado na Parte 4.

Deve-se observar que dentre estes está o meio ambiente.

Portanto, essa estratégia deve apoiar-se em contexto de sustentabilidade.

Atualmente, a maior parte dos trabalhos de economia ressalta estratégias intensivas em capital e, com menor destaque, em mão de obra, porém não trata de estratégias de desenvolvimento com base em recursos naturais.

Adota-se aqui uma definição bem ampla de recursos naturais, que compreende aspectos como terra, fertilidade do solo, topografia, disponibilidade de água, clima, recursos minerais, pesca e outros.

De maneira geral, os recursos naturais abrangem o estoque de elementos biológicos e não biológicos identificados e encontráveis na natureza, que possam ser capazes de direta ou indiretamente, mesmo potencialmente, satisfazer às necessidades humanas.

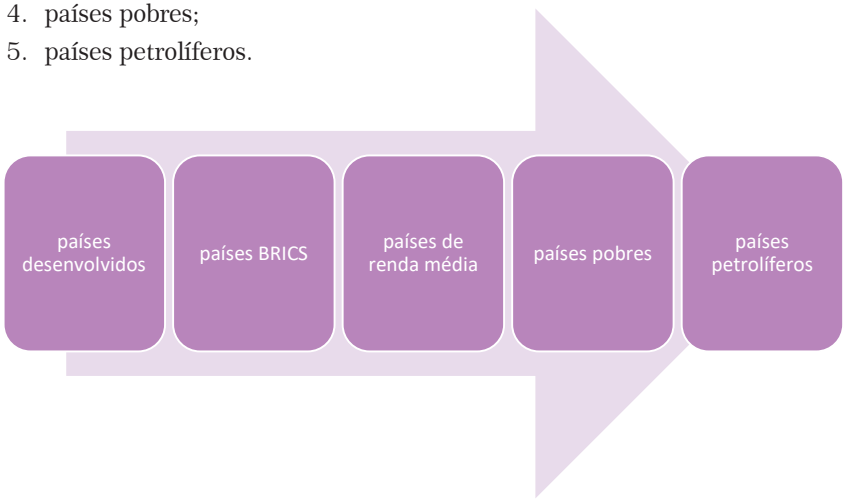
8.3 ECONOMIA DOS PAÍSES

8.3.1 Panorama das Economias

A geografia humana mudou expressivamente neste último quarto de século.

Hoje, focando o mundo sob a ótica de mercados econômicos, a economia internacional pode ser segmentada em cinco grandes grupos:

1. países desenvolvidos;
2. países emergentes BRICS;
3. países em desenvolvimento de renda média e tamanho pequeno ou médio;
4. países pobres;
5. países petrolíferos.



O Brasil ocupa um “posto de fronteira” na divisão internacional de países.

É o primeiro dentre os países em desenvolvimento e o último dentre os países desenvolvidos.

Ou seja, o Brasil apresenta características, problemas e desafios de países ricos e países pobres.

8.3.2 PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS

Os **países desenvolvidos** são os responsáveis por grande parte dos cerca de 16 trilhões de dólares anuais movimentados pelo comércio internacional de produtos e por aproximadamente 4,8 trilhões de dólares anuais movimentados por serviços comerciais. O grupo dos desenvolvidos inclui países maduros, como – Estados Unidos, Canadá, os da Europa Ocidental, Japão, Austrália e Nova Zelândia; e os países médios emergentes – Coreia do Sul, México, Taiwan e Chile.

Os **Países Emergentes (BRICS)** constituem o grupo (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) que mais recebe atenção das empresas e dos investidores envolvidos nos negócios internacionais, devido ao seu potencial de mercado e de crescimento econômico. Existem estimativas de que, ao redor de 2050, o conjunto dos países BRICS irá contribuir com 70% a 80% da taxa de crescimento do PIB internacional (que atualmente é de aproximadamente 51 trilhões de dólares). A China e a Índia formarão, ao lado dos Estados Unidos e União Europeia, o bloco dos maiores países. O segundo bloco, em termos do PIB, será constituído por Brasil, Rússia e Japão.

O grupo dos P**aíses em desenvolvimento de renda média e tamanho pequeno ou médio** inclui diversos países latino-americanos, europeus com economias em transição, asiáticos e do norte da África. Os países em desenvolvimento de renda média e tamanho pequeno ou médio enfrentam, individualmente, problemas de escala econômica mínima; apresentam – tal como os BRICS – alguns problemas similares aos dos países pobres; de um modo ou outro, estão engajados em processos efetivos de crescimento econômico e mudanças institucionais; representam, isoladamente, uma parcela pequena do comércio internacional.

Os **Países Pobres** são periféricos ou semiperiféricos à economia dos países desenvolvidos. Apresentam vários problemas: uma baixa produção e renda por habitante; tendem a ser politicamente fracos e instáveis, com instituições precárias; tendem a usar métodos intensivos de mão de obra e produzir para autoconsumo, com grande percentual de população vivendo nas áreas rurais; participam muito pouco do comércio internacional, e, quando o fazem, especializam-se em algumas commodities minerais ou agrícolas. O grupo dos países pobres – majoritariamente localizados na África e no sudeste da Ásia, alguns no Caribe e na América Latina

– constitui o patamar inferior em termos de renda per capita dos países em desenvolvimento.

Os **Países Petrolíferos** – excluídos os países desenvolvidos, como a Noruega, ou baleia, como a Rússia – são economias ricas, porque têm uma valiosa commodity, mas pobres em instituições e programas abrangentes de desenvolvimento. Muitos países petrolíferos: a) sofrem da chamada *dutch disease* – ao ficarem ricos por causa do petróleo, acumulam divisas estrangeiras e apreciam o câmbio; b) acabam negligenciando o desenvolvimento de novas maneiras produtivas de gerar renda; c) criam grandes burocracias e segmentos parasitários e *rent-seekers*; d) têm um peso mais financeiro do que comercial no comércio internacional; e) podem ser interessantes para parcerias de investimento, mas o risco político é grande.

8.4 HISTÓRICO E DESAFIOS ATUAIS DA MACROECONOMIA DE LONGO PRAZO

8.4.1 Principais Escolas de Pensamento

Fisiocracia... Uma longa evolução da teoria econômica teve início com a fisiocracia, que introduziu o conceito de sistema econômico.

Escola clássica... Introduziu os temas de crescimento econômico, distribuição de renda entre os fatores de produção, comércio internacional, finanças públicas, e poupança e investimento.

Escola neoclássica... Desenvolveu a teoria dos preços e do valor em um enfoque marginalista, e ampliou o conteúdo e o alcance da teoria e da política monetária.

Teoria 'keynesiana'... A macroeconomia – no sentido moderno da expressão – começa a tomar corpo a partir do livro de John Maynard Keynes, *The General Theory of Employment, Interest and Money,* publicado em 1936. Alguns anos após a grande aceitação da teoria geral keynesiana, os países desenvolvidos e, logo a seguir, alguns países em desenvolvimento começaram a criar e estabelecer sistemas de coleta e cálculo de contas nacionais e índices de preços.

Escola Monetarista de Chicago... Após três décadas de grande prestígio da Escola Keynesiana, da política fiscal e do papel intervencionista do governo, nos anos 70, sob a liderança de Milton Friedman, surgiu com força a Escola Monetarista de Chicago. Essa escola enfatizou a importância do livre-mercado, o papel da moeda e de políticas anti-inflacionárias.

Últimos 50 anos... Após alguns anos de debate da política fiscal ou monetária, reformulações e reinterpretações desenvolveram tanto o lado monetarista – com a ideia de expectativas racionais – quanto o campo keynesiano. Com novos desafios, a economia mundial alterou o papel e a importância da macroeconomia.

8.4.2 NOVOS DESAFIOS PARA A MACROECONOMIA DE LONGO PRAZO

Os três novos desafios da macroeconomia de longo prazo são:

Globalização

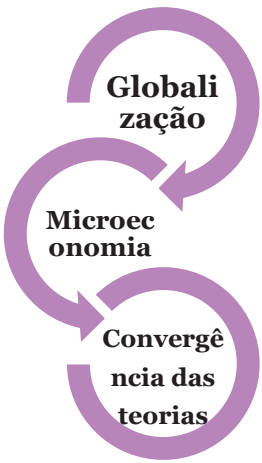
A crescente interdependência econômica dos países, e o aumento da importância do papel do comércio internacional e das empresas multinacionais afetariam, drasticamente, as antigas noções de uma macroeconomia fechada, focada no país. A macroeconomia teve de se tornar uma macroeconomia aberta e adotar foco internacional.

Uso da microeconomia

O uso do instrumental microeconômico ampliou-se consideravelmente, inclusive na macroeconomia. Cada vez mais, as variáveis de caráter mais macroeconômico são examinadas sob a luz de seus fundamentos microeconômicos, o que tem afetado, sobretudo, a formulação e a execução das políticas macroeconômicas.

Convergência das teorias do crescimento e do desenvolvimento econômico

No pós-guerra, a teoria do desenvolvimento econômico levantou diversos temas de grande importância social. Por outro lado, com base na formalização de modelos e em fundamentos neoclássicos, a teoria do crescimento econômico examinou os fatores responsáveis pela expansão da economia. Por tratar de assuntos mais amplos, as duas teorias convergiram para o exame da dinâmica do crescimento.



8.4.3 TEORIA MACROECONÔMICA

Chico Buarque de Holanda escreveu a letra de uma canção famosa, com um verso que dizia que não existe pecado no lado de baixo do Equador.

Alguns anos depois, o famoso economista brasileiro Roberto Campos ironizava os economistas que acreditavam na inoperância da teoria econômica tradicional para lidar com os problemas de países em desenvolvimento.

Nesse debate, devem ser salientadas as seguintes questões:

1. A teoria macroeconômica continua, relativamente, dando pouca atenção aos problemas específicos dos países em desenvolvimento;
2. Alguns economistas – principalmente os da Escola da Cepal – enfatizavam a necessidade de um tratamento diferenciado para as questões econômicas estruturais que singularizam o funcionamento da economia dos países em desenvolvimento;
3. Parece haver consenso de que os instrumentos básicos da teoria econômica convencional são relevantes para o contexto da macroeconomia de países em desenvolvimento;
4. Contudo, devem ser construídos modelos direcionados para os problemas específicos dessas economias;
5. Costuma-se enfatizar que os problemas do crescimento econômico de longo prazo devem receber maior atenção do que os problemas de ciclos econômicos de curto prazo.

CAPÍTULO 9:

PAPEL DAS INSTITUIÇÕES E CRESCIMENTO ECONÔMICO

A despeito de todo o empenho dos economistas para identificar e avaliar as forças que explicam o crescimento econômico, permanece ainda um relativo "mistério" sobre o que efetivamente causa a divergência de renda per capita entre os países.

9.1 QUESTÃO BÁSICA DO CRESCIMENTO ECONÔMICO

A questão básica do crescimento econômico indaga por que alguns países são ricos, enquanto a maior parte dos países é pobre ou muito pobre.

Nessa mesma linha de indagação, questiona-se – e procura-se medir – se está havendo, nos últimos anos, um processo de convergência ou de divergência da renda per capita entre os países.

Existe uma desigualdade muito grande entre o PIB per capita dos países ricos e o dos pobres.

Para que haja convergência em um contexto de crescimento, é necessário que os países pobres tenham, consistentemente, maiores taxas de crescimento da renda per capita que os países ricos.

A evidência empírica mostrou que isso, de fato, aconteceu para alguns países pobres – Coreia do Sul, Taiwan, Irlanda, Chile, Hong Kong e Cingapura – que, nas últimas três décadas, migraram para o grupo dos países ricos.

Para grande número de países, principalmente na África e em algumas partes da América Latina, a divergência aumentou.

9.2 O "MISTÉRIO" DO CRESCIMENTO ECONÔMICO

Existem, no mundo atual, forças operando no sentido de aumentar o processo de convergência, ao lado de outras forças operando no sentido contrário, criando maior divergência.

Essas forças não são necessariamente de natureza econômica, daí a dificuldade dos modelos de crescimento econômico para terem uma aplicação realmente efetiva. Existem sérias restrições ao seu uso para moldar políticas que se traduzam em crescimento econômico.

Ao analisarmos a evolução dessa teoria, no entanto, vemos que seu poder explicativo está gradualmente ganhando força. Os primeiros modelos da teoria do crescimento econômico chamavam a atenção para o papel da expansão dos fatores

de produção como criadores de nova produção. Em seguida, o foco de atenção começou a voltar-se para a explicação da produtividade da mão de obra, e o papel da intensidade de capital e da tecnologia.

Com o tempo, outras forças foram adquirindo relevância, tais como a educação (capital humano); a inovação e a tecnologia (endógenos); a coordenação de investimentos; as instituições políticas e governamentais; e a interdependência com a economia global (papel do comércio internacional).

Os países em desenvolvimento, por sua vez, acabaram por adotar –muitas vezes como fruto das circunstâncias – diversas políticas de desenvolvimento para resolver problemas concretos.

Criou-se também nessa periferia uma literatura econômica, chamada "desenvolvimentista", em paralelo ao que se produzia (teoria de crescimento) nas economias mais ricas. Atualmente, fazem-se esforços para obter uma maior integração desses blocos teóricos.

9.3 INSTITUIÇÕES E CRESCIMENTO ECONÔMICO

As instituições condicionam a maneira com que se entrelaçam a mão de obra, os recursos naturais, o capital e a tecnologia para alcançar o crescimento econômico.

Quando se fala em instituições, não se está limitando essa definição para significar as entidades operantes.

As instituições são vistas como abrangendo um largo espectro, numa definição ampla abrangendo um conjunto grande e complexo de variáveis, que pode ser denominado "contexto sociocultural".

Numa visão de longo prazo da economia de um país, as instituições mais relevantes são:

1. a estrutura social (divisão da sociedade em classes de renda e riqueza);
2. a natureza do regime político;
3. a dinâmica da divisão e respeito da propriedade;
4. as normas sociais vigentes;
5. o sistema educacional, o sistema judicial, os sindicatos, as organizações voluntárias e outras entidades.

A função principal dessas instituições é dar continuidade e estabilidade para as ações econômicas e sociais.

O papel das instituições é muito importante, pois podem servir tanto para prejudicar quanto para favorecer o processo de crescimento e de desenvolvimento econômico.

As instituições, diferentemente das inovações tecnológicas, apenas se transformam a um ritmo lento.

Atualmente, o Banco Mundial, o BID e o FMI, além de outras organizações, seguem políticas para ajudar e estimular o desenvolvimento institucional nos países em que atuam.

9.4 DINÂMICA DAS INSTITUIÇÕES

Diversos estudos econômicos ressaltam que a principal causa que explica as diferenças de prosperidade entre países reside nas características diferenciais das instituições econômicas.

Isso implica que uma importante ferramenta para alavancar o desenvolvimento econômico pode se apoiar em reformas institucionais.

Infelizmente, esta não é uma tarefa trivial.

A maior dificuldade é que as instituições econômicas se originam de escolhas coletivas.

Essas, por sua vez, resultam de processos políticos.

O que nos remete à necessidade de entender como as instituições políticas e a distribuição do poder político na sociedade moldam a natureza das instituições políticas.

A questão mais importante é como a sociedade pode encontrar forças e equilíbrio político para realizar reformas e criar instituições mais voltadas para o crescimento econômico sustentável.

Nesse contexto, um dos maiores desafios para as reformas institucionais é equacionar as questões de pobreza e desenvolvimento, e mover a economia do país para trajetórias mais robustas do ponto de vista econômico e mais relevantes do ponto de vista do aprimoramento social.

CAPÍTULO 10:

TEORIAS E MODELOS DE CRESCIMENTO ECONÔMICO

As teorias e modelos do crescimento econômico foram criadas ao longo do tempo e foram se transformando com o intuito de avaliar as relações entre os fatores que afetam o crescimento econômico.

10.1 PRINCIPAIS TEORIAS

Em especial, as seguintes teorias merecem destaque:

Teoria Clássica

Historicamente precursora, preocupava-se com o impacto inibidor do crescimento demográfico. O progresso tecnológico, embora pudesse levar a um aumento da produtividade e dos salários reais, provocava também a explosão populacional, aumentando extraordinariamente a oferta de mão de obra, provocando a substancial queda dos salários reais.

Esses salários reais, eventualmente, atingiriam um nível de subsistência. Haveria queda de produtividade e estagnação econômica. Ou seja, não haveria um crescimento constante na produtividade do trabalho, ou um aumento contínuo do padrão de vida da sociedade. Em termos da distribuição de renda, os capitalistas veriam seus lucros desaparecerem, os trabalhadores receberiam um salário de subsistência, e os grandes beneficiários seriam os proprietários de terras mais aptas para a produção agrícola.

Teoria Neoclássica

Chama a atenção para o progresso tecnológico para aumentar a poupança e o investimento, o que causa o crescimento da produtividade do trabalho. Entretanto, e diferentemente da Teoria Clássica, a visão neoclássica trata o crescimento populacional como determinado por incentivos econômicos. Tanto a natalidade quanto a mortalidade são afetadas por preços, custos de oportunidade e avanços tecnológicos.

Nessa teoria, o progresso tecnológico é exógeno. O crescimento econômico é limitado pelo ritmo de avanço tecnológico. A acumulação de capital estimula o progresso tecnológico, mas, eventualmente, a produtividade do capital começa a cair e o mesmo acontece com a taxa real de juros. Este é o limitante maior para o crescimento da produtividade do trabalho, ou seja, para o crescimento econômico.

Nova Teoria do Crescimento

Atualmente, e com grande evolução nos últimos 20 anos, baseada nas teorias anteriores, essa nova teoria tem como alicerces duas propriedades das economias de mercado:

1. as descobertas científicas resultam de escolhas feitas;
2. essas descobertas aumentam o lucro, porém a competição que se segue à descoberta elimina o lucro extraordinário.

Tal como na Teoria Neoclássica, ela advoga que a descoberta de novos produtos e de novos processos, que levam ao progresso tecnológico, podem ser frutos do acaso. No entanto, e diferentemente da Teoria Neoclássica, a velocidade e a magnitude com que ocorrem essas descobertas científicas dependem de quantas pessoas e instituições trabalham nessa direção, e quais os incentivos que os remuneram.

A Nova Teoria do Crescimento concorda que a competição reduz e eventualmente elimina os lucros. Como os lucros provocam a mudança tecnológica, isso faz com que haja uma constante busca para descobrir tecnologias que aumentem os lucros – seja por maior eficiência e redução de custos, seja por produtos diferentes que possam ser vendidos com maiores margens de lucros.

Existem duas hipóteses básicas na Nova Teoria:

1. as descobertas científicas (e o novo conhecimento gerado) são "bens públicos". Nesse caso, existe uma "falha de mercado", pois não se pode cobrar um preço e excluir não pagantes de utilizar a descoberta. Ao mesmo tempo, estando disponível, o custo de oportunidade de ser usado por não pagantes é quase nulo, pois nada precisa ser sacrificado;
2. a "Lei dos Rendimentos Decrescentes" não se aplica para o "capital do conhecimento", ou seja, o aumento desse tipo de capital faz com que também aumente a produtividade da mão de obra e do capital físico.

A conclusão final da Nova Teoria – e em oposição às Teorias Clássicas e Neoclássicas – é que não existem barreiras que impeçam o processo continuado de crescimento econômico.

10.2 MODELOS HARROD-DOMAR E SOLOW

O campo do crescimento econômico produziu e produz uma extensa bibliografia econômica, da qual derivam alguns modelos marcantes. Em especial, os Modelos Harrod-Domar, Solow e Neoclássico de Crescimento Endógeno merecem destaque.

Modelo Harrod-Domar

O modelo mais tradicional da economia – que leva o nome de seus dois autores, Roy Harrod e Evsey Domar – é o Modelo Harrod-Domar.

Esse modelo foi expressivamente utilizado no Brasil nas décadas de 60 e 70, para a elaboração do PAEG, I PND, II PND e outros planos governamentais.

O Modelo Harrod-Domar é expresso por uma equação que:

1. No lado direito, relaciona no numerador a taxa de poupança (s = S: PIB), e no denominador a razão incremental capital-produto (k =incremento de K sobre incremento de PIB));
2. No lado esquerdo, mostra a taxa de crescimento do PIB (crescimento %PIB);
3. A equação, portanto, é a seguinte:
   crescimento %PIB = s dividido por k

Esse Modelo se apoia em dois conceitos fundamentais:

- a taxa de poupança (s), que indica quanto – em termos do PIB – a economia se absteve do consumo imediato;
- a razão incremental capital-produto (κ), que nos mostra como esse acréscimo de capital resulta em produção.

Por exemplo, caso a taxa de poupança seja de 25% do PIB e a razão incremental capital-produto seja 5, a taxa de crescimento do PIB vai ser de 5%.

Ou seja, crescimento % PIB = 0,25: 5 = 0,05 = 5%.

Caso a taxa de poupança aumente para 30% do PIB, a taxa de crescimento do PIB sobe um ponto, aumentando para 6% ao ano.

Lembre-se que ex post poupança é igual ao investimento. Por outro lado, a poupança equivale a uma abstenção do consumo presente.

O Modelo Harrod-Domar baseia-se na teoria keynesiana, e dá uma grande ênfase, embora implícita, ao investimento. Com mais investimento, temos mais capital, que cria maior produção.

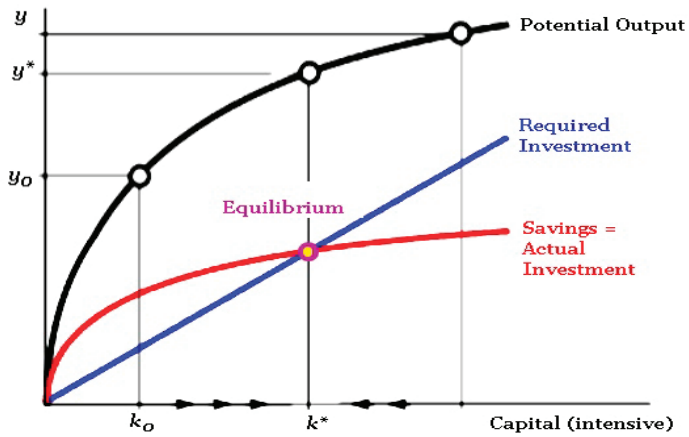
O Modelo Harrod-Domar pode ser ampliado para incluir depreciação do capital e crescimento da população.

O crescimento da população afeta negativamente o crescimento do PIB per capita, dado que o papel da mão de obra como um fator de produção não é capturado adequadamente por uma razão incremental capital-produto fixa.

Isso significa que não se podem considerar esses dois termos – taxa de poupança e razão incremental capital-produto – como exógenos ao modelo.

Modelo Solow

O modelo desenvolvido por Robert Solow, de cunho neoclássico, aperfeiçoou o Modelo Harrod-Domar.



Embora aplicado para análise de crescimento econômico de países mais desenvolvidos, esse modelo, devido à sua flexibilidade operacional, serve também de base para diversos estudos e aplicações para problemas de desenvolvimento econômico.

O Modelo Solow serviu de base para um grande número de outros modelos, que formam a "família" dos Modelos Neoclássicos.

No Modelo Solow, a razão capital-produto se ajusta (Δk/Δy), dada à disponibilidade relativa de capital e mão de obra.

Este ajuste ocorre devido aos retornos decrescentes desses dois insumos, que podem ser capturados pelo uso de funções de produção.

Caso o fator capital cresça mais rápido que o fator trabalho, cada nova unidade de capital poderá contar com a ajuda de menos mão de obra.

O produto dividido pelo capital cai – ou seja, a razão incremental capital-produto aumenta.

A poupança (s) também cai em relação ao estoque de capital, o que desacelera a taxa de crescimento do capital (Δk/k).

Exatamente o contrário acontece se o capital está crescendo muito devagar em relação à mão de obra.

Este mecanismo assegura que, no longo prazo, o capital e a mão de obra vão crescer exatamente no mesmo ritmo, e o crescimento do PIB per capita vai cessar.

O capital e o trabalho ficam mantendo um equilíbrio constante de longo prazo, conhecido como o **estado estacionário**.

10.3 MODELOS COM O PROGRESSO TECNOLÓGICO "ENDÓGENO"

Nos últimos 25 anos houve um notável desenvolvimento dos modelos de crescimento de cunho neoclássico. Em especial, houve um grande avanço nos estudos teóricos e empíricos focados na identificação das causas que explicam o progresso tecnológico.

Resulta desse avanço que, hoje em dia, a inovação e a tecnologia são consideradas endógenas ao processo de crescimento econômico, e não mais exógenas, como acontecia no Modelo Solow.

Nesses modelos de crescimento endógeno, as irradiações e efeitos da tecnologia contagiam a economia. O estoque de capital afeta positivamente a produção ao nível da indústria, causando retornos crescentes de escala na economia.

No Modelo Solow, o crescimento se extingue devido à ausência do progresso tecnológico.

Se o progresso tecnológico for visto como um crescimento constante no conhecimento – incluindo a ciência –, que, continuamente, aumenta a produtividade da mão de obra, torna-se importante fazer uma distinção entre a população trabalhadora e a mão de obra efetiva – população trabalhadora multiplicada pela produtividade individual.

A mão de obra efetiva cresce como a soma do crescimento populacional e do progresso técnico.

Com essa alteração, o Modelo Solow é aplicado da mesma maneira que o modelo anterior, com a diferença de que agora todas as magnitudes per capita estão expressas por unidades de mão de obra efetiva.

Isso significa, por exemplo, que, enquanto o estoque de capital de longo prazo – relativo à mão de obra efetiva – estabiliza-se em um estado estacionário, o estoque de capital per capita continua crescendo à mesma taxa de crescimento do progresso técnico.

Da mesma forma, a renda per capita também cresce em longo prazo à mesma taxa que o progresso técnico.

10.4 CONVERGÊNCIA INCONDICIONAL

A ideia de convergência deriva da noção de que o crescimento da renda per capita se estabiliza e se equaliza com a taxa de crescimento técnico.

Em uma hipótese extrema, de convergência incondicional, as diferenças relativas de renda per capita entre os países desapareceriam com o tempo.

Uma versão mais fraca, conhecida por convergência condicional, postula que os países pobres podem crescer mais rápido, controlando-se o modelo para possíveis diferenças de parâmetros entre os países, tais como as taxas de poupança.

A ideia é de que um país pobre possa ter uma produtividade maior do capital, devido à Lei dos Rendimentos Decrescentes –, pois um país rico tem um estoque de capital maior e, portanto, está sujeito a uma menor produtividade em comparação aos países pobres.

As novas teorias de crescimento econômico expandem esses modelos, incluindo o investimento em capital humano e o progresso técnico, e têm obtido melhores resultados em seus testes empíricos.

CAPÍTULO 11:

MODELO NEOCLÁSSICO ESTILIZADO DE CRESCIMENTO

Com base nas teorias e modelos apresentados, é possível apresentar um modelo estilizado de crescimento, tal como a seguir:

1 - Fontes de Crescimento no Longo Prazo

As modernas teorias do crescimento econômico de longo prazo se inspiram na visão neoclássica.

As suas principais fontes são:

- melhor tecnologia, que permite um aumento na eficiência da mão de obra (educação e habilidades, disciplina, capacidade de aprendizagem) e interação com o gerenciamento;
- aumento na intensidade do capital. Para obter esse aumento, os dois principais determinantes são o "esforço de investimento" (ou seja, maior S ÷PIB), e a qualidade do investimento em termos da eficiência no aumento da produção.

2 - Função de Produção

O modelo de crescimento econômico de longo prazo parte de uma função de produção, tal como visto no Módulo anterior, que pode ser expressa da seguinte maneira:

$$Y \div L = F(K \div L , E)$$

Onde (Y ÷ L) é o produto (Y=PIB) por trabalhador (L = número de mão de obra), que é sistematicamente relacionado, por meio da função F, com o estoque de capital(K) por trabalhador (L), e com a existente eficiência da mão de obra (E). Esse último parâmetro, E, é determinado pela tecnologia adotada e pela eficiência da gestão e acesso ao mercado das organizações.

Essa função pode ser expressa pela Função de Produção Cobb-Douglas:

$$Y \div L = (K \div L)^{\alpha} . E^{1-\alpha}$$

Onde α é um parâmetro, que varia entre 0 e 1. Esse parâmetro α pode ser interpretado, em termos econômicos, como governando o comportamento dos retornos ao investimento.

Quanto mais próximo α fica de zero, significa que um incremento no estoque de capital (=investimento), produz um incremento muito menor no produto Y

(=PIB). Quando α está próximo de 1, é alta a produtividade do investimento.

O outro parâmetro, E , mostra que quando seu valor é alto, maior produção (= PIB) será conseguida, para cada valor possível do estoque de capital por trabalhador (K ÷ L).

3 - Exemplo de Aplicação do Modelo

Para dar um exemplo prático do Modelo, suponha que Y= 3 trilhões de reais, K = 10 trilhões de reais e L = 100 milhões de trabalhadores. Suponha também que $\alpha = 0,5$ e E = 9.000.

Nesse caso, $Y \div L = (100.000)^{\alpha=0,5} . (9.000)^{1-\alpha=0,5}$

$= (316). (95) = 30.000$ (aproximadamente)

O Modelo permite simulações. Suponha que haja uma política de investimentos, e que aumente o estoque de capital, de Ko = 10 trilhões para K1 = 15 trilhões.

Nesse caso, $Y \div L = (150.000)^{\alpha=0,5} . (9.000)^{1-\alpha=0,5}$

$= (388) . (95) = 37.000$ (aproximadamente)

Visto de outro modo, como o PIB por trabalhador aumentou de 30mil para 37mil reais, e o número de trabalhadores não se alterou, o PIB aumentou de 3 trilhões para 3,7 trilhões de reais.

Outras simulações podem ser feitas, variando os valores de K, L, E e α.

4 - Dinâmica do Modelo

O Modelo pode também ser usado para explicar a dinâmica de ajustamento ao longo dos anos.

Para isso, usa-se o subscrito t para indicar o tempo (fim do período), onde t + 1 = ano1, t +2 = ano 2 e assim por diante.

Suponha que L cresça à mesma taxa do crescimento da população (n), que se mantenha constante a participação de L em P (=população), e que a Eficiência do Trabalho (=E) cresça à taxa g.

Com relação a K, precisamos fazer hipóteses quanto à taxa de poupança (s = S÷Y, onde S é poupança) e quanto ao ritmo de depreciação do Estoque de Capital (=d) e ao Investimento Bruto (=I).

Nesse caso, o crescimento líquido do estoque de capital (ou seja, IL),

$$I_L = K_{t+1} - K_t$$

$$K_{t+1} = K_t + (s. Y_t) - (d. K_t)$$

O crescimento do estoque de capital por trabalhador será feito à taxa g. Vamos chamar R para designar (K ÷ L). Nesse caso, g seria $[(R_{t+1} - R_t) \div R_t]$.

Vamos chamar (K ÷ Y) de κ.

Como L cresce à taxa n, e o crescimento de K depende de s e de d, pode-se representar g como:

$$g = (s \div \kappa) - d - n$$

5 - Implicações do Modelo

Observa-se que o aumento da força de trabalho reduz o crescimento do capital por trabalhador.

Do mesmo modo, caso a depreciação aumente, ocorre o mesmo efeito.

Ainda nessa mesma linha de pensamento, quanto maior for κ (e, portanto, maior a relação capital-produto, que é o inverso da produtividade do capital), maior será a redução no crescimento do capital por trabalhador. Ou seja, será menor o investimento em relação ao estoque de capital.

6 - Convergência

O fator crítico na dinâmica do Modelo é κ. Podemos imaginar que exista um valor de κ, que podemos chamar de κ, que indique um "estado de equilíbrio" para a trajetória de crescimento de $(Y \div L)$. Esse valor de κ^* seria: $\kappa^* = s \div (n + g + d)$.

7 - Previsão de Crescimento Econômico

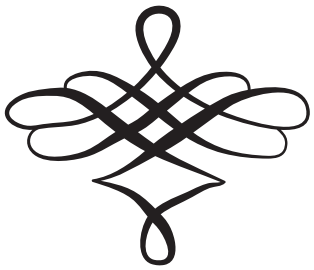
Para prever a taxa de crescimento do PIB com o uso do Modelo, necessita-se averiguar se a trajetória de crescimento está em "estado de equilíbrio".

Caso esteja, pode-se assumir que vai continuar sendo assim no futuro. Caso não esteja, é possível que a trajetória tenda a alcançar esse "estado de equilíbrio" no futuro, mas isso vai depender do comportamento de s, g e d.

O Banco Goldman Sachs utilizou um modelo semelhante a esse para fazer as projeções de PIB dos países BRICS (essas projeções serão vistas no Módulo 4, Unidade 1).

PARTE 4

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E ESTRATÉGIAS PARA EMPRESAS



Países em desenvolvimento, tais como o Brasil, enfrentam problemas mais complexos do que os problemas de crescimento econômico dos países ricos. A literatura sobre desenvolvimento econômico, principalmente as teorias e modelos, podem ser aplicados de maneira frutífera para a formulação de estratégias, inclusive ao nível das empresas.

Vamos apresentar, no Capítulo a seguir, as quatro teorias e modelos mais importantes sobre o desenvolvimento econômico.

CAPÍTULO 12:

TEORIAS E MODELOS DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

12.1 TEORIA DOS ESTÁGIOS DE CRESCIMENTO DE ROSTOW

O economista Walt Rostow desenvolveu uma abordagem teórica em que a economia passa por fases e é medida por seu nível de PIB per capita.

A taxa de crescimento do PIB per capita pode variar, dependendo do nível corrente do PIB per capita.

Baseia-se na ideia de que os países possam seguir uma trilha de desenvolvimento caracterizada pela passagem por vários estágios sucessivos.

Começando por um estágio de sociedade primitiva, movendo-se, em seguida, para uma sociedade agrícola, daí para um comercial, para um industrial, culminando em uma sociedade de consumo de massa.

Ou seja, o país passa por cinco estágios. O estágio crítico é o do começo efetivo de um dinâmico processo de industrialização.

Caso a economia passe de certo nível – ou patamar – de PIB per capita, ela pode entrar em um estágio de *take off* – decolagem para o crescimento.

Outras economias, no entanto, estariam sujeitas a ficar em uma armadilha de baixo nível de PIB e baixo crescimento econômico.

Uma conclusão importante de Rostow é que as condições iniciais do crescimento econômico podem direcionar os resultados de longo prazo da economia.

12.2 TEORIA DE MUDANÇA ESTRUTURAL DE LEWIS

O economista Arthur Lewis desenvolveu uma abordagem teórica propícia para economias que tenham abundância – e excesso – de mão de obra.

Essa abordagem baseia-se na existência de dualismo no mercado de trabalho.

Existe uma abundância relativa de mão de obra, usada em ocupações agrícolas de baixa produtividade.

Existe outro setor, pequeno, que permite alta produtividade para a mão de obra empregada.

O trabalho excedente do setor agrícola é transferido para o setor moderno in-

dustrial, cujo crescimento no tempo acaba por absorver essa mão de obra excedente, promovendo a industrialização e garantindo o desenvolvimento sustentado.

12.3 TEORIA ESTRUTURALISTA DE DEPENDÊNCIA

Esta teoria parte da hipótese de que existem desequilíbrios na distribuição de poderes entre países ricos e países em desenvolvimento.

Os países ricos acabam por impor as políticas econômicas aos países em desenvolvimento, como uma maneira de enriquecerem ainda mais.

Existe uma elite social nesses países em desenvolvimento, que é cooptada pelos países ricos e se beneficia por esse processo, agravando a desigualdade na distribuição de renda.

Ainda em decorrência dessa dependência, os países pobres adotam sistemas educacionais, tecnologias, sistemas políticos e econômicos, atitudes e padrões de consumo semelhantes aos dos países ricos.

Em vista desse quadro econômico, político e social, existem várias vertentes de pensamento e propostas de intervenção na economia, por meio de políticas econômicas específicas.

A mais famosa é a proposta de uma política de industrialização por meio de um processo de substituição de importações.

12.4 TEORIA DE POLOS E *BIG PUSH*

Existem duas teorias divergentes sobre como acelerar um processo de crescimento.

A primeira acredita que o processo é desequilibrado e pode ser conduzido por uma política de criação ou fortalecimento de polos de crescimento econômico.

Existem vários exemplos no Brasil de adoção de políticas de desenvolvimento baseadas na teoria de polos (a Zona franca de Manaus serve como exemplo).

A segunda acredita que o desenvolvimento deva ocorrer de modo equilibrado e homogêneo no espaço geográfico do país.

Acredita também que os grandes setores de atividade econômica devem crescer de maneira equilibrada.

A política deve atuar para que o processo seja iniciado ou acelerado por meio de um crescimento conjugado de um amplo grupo de indústrias e de atividades.

CAPÍTULO 13:

COMO OS PAÍSES ENRIQUECEM...

13.1 RAZÕES PRINCIPAIS

Em geral, existem quatro razões principais:

1. A trajetória econômica determinada pela sua história econômica;
2. A intensidade do capital em sua função macro de produção;
3. O maior uso de tecnologias modernas;
4. O uso de vantagens comparativas e de vantagens competitivas.

13.2 VANTAGENS COMPARATIVAS

A vantagem comparativa baseia-se em dotações de fatores de produção.

Essa vantagem decorre da herança do território do país e dos caprichos da demanda.

Pouco esforço próprio acontece.

As vantagens comparativas, por si só, perderam muito espaço nos últimos anos.

Como explicar o caso do Japão, que quase não possui recursos naturais adequados?

Numa economia global, o conhecimento tornou-se mais importante!

13.3 VANTAGENS COMPETITIVAS

Numa visão moderna, é mais importante que o país fortaleça suas instituições, para que crie um suporte externo, que permita que floresçam os negócios.

As empresas sediadas no país devem ser estimuladas para criar – e manter – uma vantagem competitiva com as empresas de outros países.

O segredo é aumentar a produtividade. Ela é o determinante, no longo prazo, do crescimento do PIB per capita.

13.3.1 Balizamentos para a Formulação de Estratégias das Empresas

O economista Michael Porter argumenta que o importante para um país é entender – e atuar para fortalecer – os determinantes da produtividade e do ritmo de crescimento dessa produtividade.

Para ele, as empresas competidoras com verdadeira vantagem competitiva estão sediadas em poucas nações.

A influência do país parece aplicar-se à indústria e grandes segmentos, e não a determinadas empresas.

13.4 POTENCIAIS E DESAFIOS PARA O BRASIL

A situação de cada país difere, em termos de potenciais e desafios para o crescimento econômico.

O Brasil compete principalmente com os outros quatro países BRICS – Rússia, Índia, China e África do Sul.

Os dois Quadros a seguir listam as vantagens potenciais do Brasil, assim como os desafios a serem enfrentados para atingir um ritmo consistente de crescimento econômico.

VANTAGENS POTENCIAIS DO BRASIL PARA O CRESCIMENTO ECONÔMICO
Fronteiras Seguras
Mistura Racial e Étnica, com Sentido de Nacionalidade
Harmonia Religiosa
Língua Comum
Homogeneidade Cultural
Grande Mobilidade Social
Propensão para a Inovação e Mudança
Vocação para o Empreendedorismo
Disponibilidade relativa de Água Potável
Grande Intensidade Solar (País Tropical)
Riqueza Mineral apta para Criação de Negócios
Fontes de Energia (solar, petróleo, carvão e biomassa)
Área, Clima e outros Fatores Propícios para o Agronegócio
Democracia Estável
Transparência de Dados Econômicos e de Informações
Liberdade da Imprensa
Moderno e Diversificado Setor de Bancos e Financeiro
Moderno Mercado de capitais
Biodiversidade

Quadro - Potencial do Brasil

O Brasil também enfrenta desafios...

MUDANÇAS NECESSÁRIAS PARA O BRASIL ALCANÇAR UM CRESCIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL
Fuga da "Armadilha dos Países de Renda Média"
Taxas de crescimento do PIB altas e sustentadas
Melhoria social via incentivos corretos para a distribuição de renda
Maiores investimentos na infraestrutura
Reforma do estado e melhor governança política
Reformas fiscal e previdenciária
Política de comércio exterior "com dentes"
Maior e melhor investimento
Maior poupança, inclusive do setor público
Aumento da segurança pública
Combate permanente à corrupção
Aprimoramento da gestão da dívida pública
EDUCAÇÃO

Quadro - Desafios para o Brasil

CAPÍTULO 14:

EVOLUÇÃO DAS ESTRATÉGIAS DE CRESCIMENTO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO BRASIL

14.1 BREVE DESCRIÇÃO DA EVOLUÇÃO DA ECONOMIA BRASILEIRA

1 - **Economia brasileira nos anos 80...** Do pós-guerra até os anos 70, o Brasil teve uma fase brilhante de crescimento econômico. Em meados da década de 80, tivemos o fim do regime militar e o início da redemocratização brasileira. A inflação e o endividamento externo se agravaram. A inflação aproximou-se perigosamente de uma hiperinflação. O Brasil, do ponto de vista macroeconômico, passou a enfrentar sérias dificuldades e perda de seu potencial histórico de crescimento econômico.

2 - **Estratégia de industrialização...** A partir da Segunda Guerra Mundial, começou a ser aplicada, no Brasil, uma estratégia de industrialização por meio da substituição de importações pela produção interna daquilo que estava sendo importado. Essa estratégia de industrialização permitiu avançar significativamente a indústria brasileira. Os instrumentos que viabilizaram essa industrialização foram a desvalorização da moeda brasileira e a política comercial, que protegiam das importações os bens que deviam ser produzidos internamente. O dólar artificialmente barato facilitava a importação necessária à industrialização, e as tarifas e quotas seletivas afastavam a importação concorrente.

3 - **Financiamento da industrialização...** Financiamentos externos obtidos de outros países e organizações oficiais internacionais, que começaram, nos anos 70, a ser substituídos por empréstimos a juros muito baixos (devido aos "petrodólares") pelo sistema financeiro internacional privado. As diferenças mais importantes entre essas duas fontes de recursos eram o prazo – que passou a ser curto – e o risco das taxas de juros – que passaram a ser flutuantes e que cresceriam a partir do esforço anti-inflacionário do governo Reagan nos EUA.

4 - **Combate à inflação...** Quando o novo governo civil assumiu em 1985, definiu como prioridade não o crescimento – que parecia inviável –, mas o combate à inflação e à gestão do endividamento externo. A inflação brasileira era um mal crônico, com o qual a sociedade convivia por meio de um mecanismo de indexação – reajuste de preços e salários de acordo com a inflação passada.

5 - **Globalização...** O Brasil entrou nos anos 90 participando ativamente do processo de globalização. A privatização de empresas estatais foi um marco importante. A abertura econômica, com redução ou eliminação de quotas e tarifas sobre importações de muitos bens, recebeu críticas pela forma demasiadamente rápida com que foi implementada. Reconhece-se, porém, que acabou por ter dois efeitos positivos: a) ao expor a economia à concorrência externa, incentivou a modernização e a eficiência de muitos setores que passaram a ser competitivos; b) pela mesma razão, aumentou a concorrência dos produtos importados com os produtos locais na economia brasileira, facilitando o controle inflacionário.

6 - **Plano Real...** Hoje em dia, é praticamente consensual que o componente-chave do Plano Real – iniciado em 1994 – tenha sido a estratégia de desindexação adotada, que prescindia do controle de preços, preservando, dessa forma, as funções do mercado. A criação temporária de uma moeda sem função de troca – a URV – calculada quase em tempo real, a que os vários setores iam se atrelando com o tempo, substituiu o tabelamento ou congelamento de preços dos outros planos. Juros altos, endividamento e importações crescentes... Além da abertura e da desindexação, o Plano Real contava, à falta de uma reforma fiscal consistente, com um fortíssimo controle monetário, resultando em altíssimas taxas de juros. Os juros tão altos rapidamente produziram uma imensa sobrevalorização da nova moeda devido à intensa atração de capital externo. A moeda forte e a economia aberta – tanto em seus aspectos econômicos quanto financeiros – rapidamente levaram a uma enxurrada de importações e déficits externos gigantescos. Esse processo foi sustentado pela entrada de capitais, predominantemente para as privatizações e aquisições de empresas, mas também de curto prazo, especulativos.

7 - **Crise financeira de 1999...** Duas foram as principais implicações da crise financeira. Por um lado, os juros altos afastavam do horizonte a possibilidade de crescimento da economia. Por outro, a fragilidade da economia expunha o Brasil ao contágio das crises financeiras que se sucediam – México, Ásia, Rússia, Argentina. O Brasil fortaleceu o papel do Banco Central, modificou o regime de câmbio de fixo para flutuante, e adotou metas inflacionárias para a política monetária. Os juros reais altos continuaram a ser seguidos pela política do BACEN. Um fator positivo foi a adoção de taxas flutuantes de câmbio.

8 - **Governo Lula (2002-2008)...** O ano de 2002 terminou sob a égide de profundas mudanças políticas e econômicas do governo FHC. O novo governo,

no seu início, foi firme em consolidar a tão esperada conscientização de que responsabilidade fiscal e monetária deve ser parte da rotina da administração pública, independentemente da ideologia das forças que detenham o poder. Depois essas premissas foram relaxadas, em prol do populismo. Algumas reformas foram feitas – como a Lei das Falências – e o Ministério da Fazenda adotou uma linha moderna, com base na microeconomia, de pequenas reformas e ajustes. Houve uma grave crise política, começada em meados de 2005, e deflagrada pela descoberta de uma forte e disseminada corrupção do partido governante. A crise trouxe preocupações quanto a um contágio na macroeconomia, mas foi superada, e o presidente foi reeleito. A sua segunda gestão foi marcada pela manutenção de baixa inflação e mediano crescimento econômico. O quadro social mostrou significativas melhorias, com o IDH atingindo 80 pontos. Infelizmente, reformas há tanto tempo necessárias – como a previdenciária e a fiscal – não foram feitas. Melhorou bastante a imagem econômica do país no cenário internacional, e o Brasil entrou num "círculo virtuoso de desenvolvimento". Nos anos do governo Lula, o Brasil foi beneficiado por dois grandes fatores de crescimento: o ciclo de alta de preços das commodities e o "bônus demográfico" (concentração das faixas etárias da população na força de trabalho). Essas duas oportunidades potenciais foram desperdiçadas.

9 - **Crise financeira de 2007/2009...** Sinalizou que haveria no futuro um período menos favorável para a economia, mas acreditou-se que poderia ser de curto prazo de duração. Foi um grande erro estratégico.

10 - **Governo Dilma (2010-2016)...** Começou com um diagnóstico equivocado, enfatizou o consumo, e criou sérios desequilíbrios macroeconômicos. Terminou numa grande crise política e o impeachment. Colocou o Brasil na pior crise econômica da sua história.

11- **Governo Temer (2016-2018)...** Período atribulado, com grande combate à corrupção, e tentativas frustradas de reforma fiscal e previdenciária. O déficit fiscal seguiu aumentando, e a dívida governamental doméstica atingiu quase 80% do PIB. Do ponto de vista econômico, foi considerado um bom governo.

12- Governo Bolsonaro (2019- .....) Começou com uma boa equipe de ministros, com o Ministro da Economia apoiando uma agenda liberal. Foi feita a Reforma da Previdência. As demais reformas, em andamento, foram atrope-

ladas pela pandemia do Covid-19 e pela crise política. Prevê-se que o Brasil vivenciará a maior crise econômica da sua história, com uma violenta queda do PIB em 2020.

14.2 EVOLUÇÃO DO PENSAMENTO SOBRE DESENVOLVIMENTO

Anos 30... Antes da Era Vargas, houve algumas tentativas de intervenção de política monetária e fiscal na economia brasileira, como, por exemplo, a administração de Joaquim Murtinho (1898-1902). As primeiras tentativas mais sistemáticas de planejamento no Brasil – tendo em vista o crescimento econômico – começaram na década de 30.

O *Niemeyer Report*, de 1931, propunha reformas para que o governo brasileiro pudesse superar a crise econômica causada pela depressão.

A **Missão Cooke** – patrocinada pelo governo dos Estados Unidos –, que visitou o Brasil entre 1942 e 1943, representa o primeiro trabalho sistemático de pesquisa sobre a economia brasileira e apontou uma série de fatores que constituíam um obstáculo ao crescimento industrial.

Anos 50... O Brasil assistiu, no pós-guerra, a um rico debate sobre o desenvolvimento econômico, principalmente nas décadas de 50 e 60, em que se sobressaíram Roberto Campos, Eugênio Gudin e Celso Furtado. Iniciou-se um ciclo de planejamento no Brasil, que foi significativo até fins da década de 70.

O ciclo foi iniciado pelo **Plano SALTE** – Saúde, Alimentação, Transporte e Energia– em 1949, que, por razões orçamentárias, não teve continuidade em sua implementação. O trabalho da **Comissão Econômica Conjunta Brasil-Estados Unidos** ocorreu de 1951 a 1953 e constituiu-se em uma ambiciosa tentativa de planejamento.

Dentre suas iniciativas, inclui-se a criação do **BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social**.

Em seguida, houve a criação do **Centro de Desenvolvimento Econômico CEPAL-BNDES**, que começou a realizar estudos e programas sobre desenvolvimento econômico no Brasil.

Em 1956, Juscelino Kubitschek criou o **Conselho de Desenvolvimento Nacional**, que formulou e executou, com sucesso, o **Programa de Metas**, estabelecendo objetivos quantitativos tanto para o setor privado como para o setor público.

Anos 60... A partir do governo Kubitschek, o país iniciou um ciclo de planos, começando pelo **Plano Trienal** do governo Goulart, seguido pelo PAEG de Roberto Campos e Otávio G. Bulhões, pelo **Plano Decenal**, pelo **I PND** e pelo polêmico **II PND**.

Anos 80 e 90... Nas décadas de 80 e 90 – até o bem-sucedido **Plano Real** –, o país abandonou virtualmente as tentativas de planejamento, voltando-se para uma macroeconomia de curto prazo e planos de estabilização monetária.

Anos 2000-2020... O país conseguiu êxito no controle do processo inflacionário por meio do Plano Real, Banco Central e política de **metas de inflação**. Em termos de planejamento, inovou-se em uma preocupação de casar gerenciamento de projetos com planos de investimento governamental. Nos anos a partir do segundo governo Dilma, o Brasil passou a viver um longo período de recessão econômica e aumento do desemprego. A despeito disso, continuam diversos debates, dentre os quais: papel do governo no desenvolvimento; importância das intervenções de planejamento industrial; restrições ambientais para projetos de infraestrutura; alcance das reformas micro; ênfase no mercado doméstico, via aprofundamento do processo de industrialização; maior abertura para o comércio exterior, via estratégia de exportações; maior regulação da atividade financeira; e maior ênfase na política fiscal, para fazer o país retornar a políticas macroeconômicas sustentáveis.

14.3 POLÍTICAS DE CRESCIMENTO E DE DESENVOLVIMENTO NO BRASIL

Existe consenso entre os economistas de que, como política de crescimento (e de desenvolvimento), o Brasil necessita enfatizar o aumento da produtividade da mão de obra.

Para tal, são cruciais as seguintes ações:

- promover a educação;
- construir, aprimorar e manter a infraestrutura;
- reformar as instituições;
- criar estímulos para maiores investimentos na economia.

Com respeito aos problemas sociais, de obter melhoria na distribuição de renda e combate à pobreza, existe um consenso de que a economia brasileira é muito dual. Existem extremas desigualdades em seu bojo.

Temos segmentos da sociedade que se ajustam perfeitamente às políticas de desenvolvimento – longo prazo – contempladas pelas metas do milênio da ONU.

Temos os problemas macroeconômicos de curto prazo típicos de países desenvolvidos, tratáveis por políticas monetárias e fiscais.

As políticas de desenvolvimento são de longo prazo, enquanto a política monetária e, em parte, a fiscal são de curto prazo.

14.4 POLÍTICAS RECOMENDÁVEIS

A experiência internacional, com o desenvolvimento de políticas econômicas de sucesso, nos oferecem *bench marks*.

Para superar as restrições e prosseguir no processo de desenvolvimento econômico, é importante que os governos sigam certas políticas.

Estabilização da macroeconomia

Países como o Brasil, com um dos dez maiores PIBs do planeta (e um país BRICS), são intensamente observados pelos centros financeiros internacionais. Esses centros, com suas ligações com o FMI, o Banco Mundial e o BID, acabam agindo como auditores, de fato, dessas economias.

A consistência das políticas macroeconômicas e o respeito a seus fundamentos recebem prioridade nesse exame. O acesso aos empréstimos e investimentos externos, assim como os investimentos diretos de multinacionais, passam por um profundo exame e avaliação dos fundamentos macroeconômicos e de consistência das políticas seguidas.

Atualmente, a avaliação de risco desempenha um papel fundamental para a entrada de fundos estrangeiros no Brasil. Quanto melhor a avaliação, menor o risco Brasil e maior a probabilidade de mais recursos ingressarem na economia.

Promoção de um sistema de preços de mercado

Os méritos do livre-funcionamento de um sistema de preços de mercado são sobejamente conhecidos, desde Adam Smith. Muitas economias, no entanto, sofrem uma pesada intervenção do governo, o que afeta a capacidade de os preços sinalizarem a alocação mais eficiente dos recursos.

O funcionamento de livres-mercados constitui um fator de desenvolvimento econômico e a privatização de empresas estatais, um dos objetivos das políticas econômicas.

Abertura da economia para o comércio internacional e o investimento estrangeiro

O Brasil, assim como diversas economias em desenvolvimento, adotou, no passado, um modelo fechado, com ênfase na substituição de importações. Outros países, no entanto, abriram suas economias para o comércio exterior, usando as exportações como o fator motor do desenvolvimento. Com o tempo, as economias que seguiram o segundo modelo tiveram mais êxito.

Investimento em capital humano

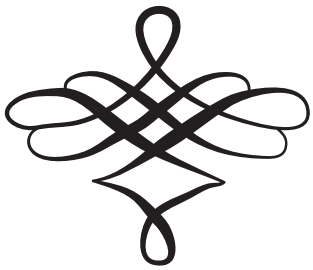
Países como a Coreia do Sul mostraram que o caminho para o desenvolvimento econômico deve ser apoiado em uma ativa política de investimento em capital humano. São investimentos com altas taxas de retorno, como demonstrado por diversos estudos. O Brasil é considerado muito deficiente nesse quesito, a despeito dos esforços feitos nas últimas décadas.

Políticas Sociais

Com a crise da pandemia do Covid-19, o país descobriu que tinha dezenas de milhões de brasileiros (os "invisíveis") vivendo em condições precárias de habitação, saúde e emprego. Por isso, temas como saneamento, saúde, educação básica, moradias seguras e outros itens que afetam a vida dos pobres no Brasil passaram a ter mais relevância nos debates atuais.

PARTE 5

FATORES ESTRATÉGICOS DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO



A literatura sobre desenvolvimento econômico aponta quatro grandes fatores que seriam os condicionantes do crescimento econômico:

- Macroestabilidade: um ambiente econômico instável pode prejudicar o crescimento econômico, pois distorce os preços e cria incentivos perversos. Por exemplo, durante a hiperinflação brasileira dos anos 80, as famílias e empresas comprometiam parte considerável do seu tempo e dinheiro para lidar com toda sorte de distorções e sinalizações errôneas indicadas pelos preços nominais de mercado. Do mesmo modo, a inflação faz com que as famílias e empresas concentrem suas energias no curtíssimo prazo, e desestimulam a formação de poupança e do investimento, afetando negativamente o crescimento;
- Instituições apropriadas: a macroeconomia vê as instituições sob uma ampla definição – incluem o sistema legal, mercados em funcionamento, sistemas de educação e saúde bem dimensionados e administrados, instituições financeiras adequadas para estimular o lado real da economia, e uma burocracia governamental honesta e eficiente. Nessa definição ampla de instituições, elas afetam a eficiência da economia, com um *modus operandi* similar ao da tecnologia. Com efeito, instituições mais eficientes deslocam para cima a FPP, permitindo que a economia produza mais com a mesma quantidade de fatores de produção. Instituições arcaicas ou ineficientes criam desincentivos para o investimento, para a poupança e para a vontade de trabalhar “duro e honesto”;

- Abertura para o comércio: a abertura ao comércio exterior aumenta receitas cambiais e força maior competitividade da economia. Isso, por sua vez, está associado a uma maior entrada de investimento externo e mais amplos mercados;
- Educação: associado ao crescimento econômico está o aumento da demanda por mão de obra com maior especialização, o que requer a oferta de facilidades educacionais para que os trabalhadores aumentem seu nível de escolaridade e habilitação profissional.

Esses condicionantes estão inter-relacionados, pois a macroestabilidade requer boas instituições, e a implementação de políticas macroeconômicas consistentes que estimulem a abertura comercial e atraia investimentos externos, pois esses investimentos irão criar empresas demandantes de mão de obra especializada, e assim por diante.

Esses condicionantes se aplicam a praticamente todas as economias.

Nessa parte do livro, vamos focalizar em cinco outros condicionantes, importantes para um país como o Brasil, onde se esboça uma estratégia de crescimento e desenvolvimento de longo prazo com ênfase em comércio exterior, tecnologia, recursos naturais, proteção ao meio ambiente e um saudável quadro financeiro para investimentos externos.

CAPÍTULO 15:

COMÉRCIO EXTERIOR E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Discutiremos agora as relações entre o comércio internacional e o desenvolvimento econômico.

Após o término da Segunda Guerra Mundial, quando o tema desenvolvimento econômico despertou grande interesse, passou-se a enfatizar também que os países em desenvolvimento poderiam ser importantes atores no comércio internacional.

Os países devem se preocupar – e muito – com o crescimento econômico no longo prazo e como isso pode ser estimulado em um contexto de interdependência com a economia global.

Participar ativamente dos mercados globais pode trazer, no longo prazo, grandes oportunidades – mas pode impor também grandes desafios – para o crescimento econômico.

Nesse contexto, os elementos mais importantes são a poupança e o investimento, pois são altamente mobilizáveis entre fronteiras e respondem rapidamente a incentivos e ao clima de investimentos nos países.

15.1 MODELO DE DOIS HIATOS

Para países almejando o crescimento econômico, a poupança doméstica pode ser complementada pela poupança externa, e o investimento doméstico pode ser acrescido pelo investimento externo.

O **modelo de Dois Hiatos** é relevante nessa discussão...

$$(X - M) = S + (T - G) - I$$

Onde T são impostos e (T -G) é a poupança do governo (Sg).

O Modelo de Dois Hiatos mostra que o hiato de poupança (Sp + Sg -I) está relacionado com o hiato do saldo exportador (X -M).

Em outras palavras, o saldo comercial está equiparado ao total de poupança doméstica (privada + governamental) menos o Investimento.

Os fluxos externos de capital podem complementar essa poupança doméstica, mas haverá uma repercussão no saldo exportador.

Visto de outra perspectiva, as exportações líquidas (X -M) são iguais à poupança líquida (Sp + Sg -I).

Portanto, no longo prazo, a posição de comércio exterior do país é o reflexo de suas taxas de poupança e investimento.

15.2 AUMENTO DO SUPERÁVIT

Quando se aumenta o superávit de comércio exterior, é necessário alterar as taxas de poupança e investimento.

A taxa de câmbio desempenha um papel fundamental neste contexto.

Além de promover a poupança e o investimento, os países podem seguir diversas políticas de crescimento e desenvolvimento, e fomentar instituições que concedam incentivos para a promoção da poupança e do investimento.

São considerações importantes:

- criar um quadro de estabilidade macroeconômica;
- fortalecer os direitos de propriedade;
- incentivar o investimento em capital humano;
- promover a estabilidade política e a segurança interna.

15.3 COMÉRCIO EXTERIOR COMO ALTERNATIVA AO PROGRESSO TECNOLÓGICO

Existe um enfoque sobre políticas de fomento ao desenvolvimento que não dedica tanta importância ao papel da maior ou menor intensidade de capital e uso de tecnologia.

Baseia-se nos pressupostos da teoria neoclássica do comércio internacional, pela qual, por meio da troca internacional de produtos e serviços e pela equalização dos preços desses bens, a competição nos mercados domésticos de fatores de produção tende a equalizar os preços desses fatores entre as economias engajadas no livre-comércio.

O salário real não será mais baixo nos países abundantes de mão de obra, porque o livre-comércio permite que a economia abundante em trabalho se especialize nos bens produzidos com técnicas intensivas de trabalho.

15.4 TÉCNICAS INTENSIVAS

As técnicas intensivas em mão de obra serão usadas com mais intensidade nos países em que essa mão de obra é abundante.

Em relação a esse enfoque, devemos perguntar o que impede esta equalização dos preços dos fatores.

Será a presença de obstáculos ao livre-comércio?

Será que as condições restritivas, que respondem pela equalização dos preços, raramente existem na prática?

CAPÍTULO 16:

CONDICIONANTE DA TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E EMPREENDEDORISMO

16.1 DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO

Em termos históricos, de muito longo prazo, o crescimento da população está associado ao crescimento econômico.

Todas as grandes civilizações da história mostraram essa associação.

Em prazos mais curtos, no entanto, existe o problema do descompasso entre um rápido crescimento populacional e o crescimento do PIB, o que pode retardar o crescimento da renda per capita.

Com efeito, os recursos disponíveis para a sociedade criam um limite superior efetivo para o crescimento econômico.

A mudança tecnológica permite que esse limite sofra expansão, e a faz por meio tanto pela descoberta de novos recursos quanto pelo uso mais eficiente dos fatores tradicionais de produção, em especial, o trabalho humano.

A mudança tecnológica é a descoberta e a implementação de novas maneiras de produzir produtos e serviços.

É uma das grandes forças que explicam o crescimento econômico. Quanto mais rápido o ritmo de mudança tecnológica, maior o ritmo de crescimento econômico. Historicamente, o desenvolvimento tecnológico tem sido a força maior para compatibilizar estas tendências.

16.2 EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA

Uma das principais tarefas de um país que almeja se desenvolver é criar um espírito empresarial em seu ambiente econômico.

Nenhum país pode prosperar se não existirem donos de empresas e executivos querendo abrir novos negócios, correr riscos, importar equipamentos e adotar novas tecnologias e novos métodos de gestão.

As instituições do país são importantes neste contexto.

O espírito empresarial consegue vicejar e ter maior espaço de atuação onde:

- o direito de propriedade é respeitado;
- as facilidades de fazer negócios são maiores;
- os impostos e outras restrições governamentais são baixos e previsíveis;
- o governo atua como parceiro do empreendedor.

16.3 PROGRESSO TECNOLÓGICO E CRESCIMENTO ECONÔMICO

Nos últimos dois séculos e meio, a inovação tecnológica atuou como a fonte mais dinâmica de transformação e crescimento econômico.

A tecnologia é o conhecimento que pode ser aplicado na produção de produtos e serviços.

Os países pobres, que tenham projetos de desenvolvimento econômico, contam aqui com uma grande vantagem: imitar a tecnologia aprimorada nos países ricos. Eles podem se beneficiar, adquirindo legalmente essa tecnologia, para aumentar os seus limites produtivos.

16.4 VANTAGENS DOS PAÍSES POBRES EM PODER IMITAR A TECNOLOGIA

Por que as nações pobres não adotam os métodos, as técnicas e as instituições das nações ricas, para que cresçam celeremente e eliminem o hiato existente entre elas?

Antes de responder, é importante ressaltar que esta é uma questão bastante complexa, pois:

- não existe um consenso sobre quais seriam os métodos, as técnicas e instituições mais conducentes ao desenvolvimento econômico;
- mesmo que houvesse esse consenso, nada garante que o contexto cultural, geográfico e histórico dos países permitisse operacionalizar este conhecimento para organizar e poder implementar uma estratégia consistente de desenvolvimento;
- não existe ainda uma teoria e uma política econômica incontroversa sobre as causas, as recomendações, as políticas e os instrumentos que possam viabilizar o desenvolvimento.

16.4.1 Uso de Tecnologia e Persistência do Subdesenvolvimento

Uma explicação para a persistência do subdesenvolvimento reconhece que as técnicas modernas têm o potencial para melhorar o padrão de vida nos países menos desenvolvidos, elevando-o para os mesmos níveis dos países desenvolvidos.

A questão é por que isso não acontece.

As respostas dadas refletem que, se as técnicas não são adotadas, é porque elas são menos lucrativas do que aquelas usadas no momento.

Há vários fatores que levam a isso:

- as técnicas são intensivas no uso de capital físico ou humano, ambos escassos nos países em desenvolvimento;
- o risco político está presente, e existe uma deficiência no sistema legal de propriedade, aumentando o custo efetivo do emprego dessas técnicas e reduzindo sua lucratividade esperada, especialmente quando o acesso às técnicas requer investimento estrangeiro;
- as técnicas são sujeitas a retornos crescentes de escala ou requerem o uso de insumos produzidos em rendimentos crescentes, sendo, portanto, não lucrativas em situações de baixa renda, que, direta ou indiretamente, geram mercados acanhados para essas atividades de retornos crescentes.

Dito de outra maneira, os salários reais são mais baixos, e as técnicas intensivas de capital, menos lucrativas nos países subdesenvolvidos, porque estas economias, tendo acumulado menos capital, são comparativamente mais abundantes em trabalho do que em capital.

CAPÍTULO 17:

CONDICIONANTE DO MEIO AMBIENTE

17.1 CONTEXTO DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

Não existe crescimento econômico sem que exista também impactos sobre o meio ambiente.

A Economia é a arte e ciência da escolha, ou seja, da conciliação entre necessidades crescentes e meios escassos.

Essa escolha também se aplica para os trade-offs entre crescimento econômico e preservação do meio ambiente.

A crescente conscientização da sociedade sobre a importância de um desenvolvimento sustentável coloca restrições quanto ao tipo e à velocidade de desenvolvimento econômico.

É possível, no entanto, que se possa encontrar um equilíbrio, com base numa visão econômica, que concilie o crescimento econômico com o desenvolvimento sustentável e respeitador da importância do meio ambiente para as nossas futuras gerações.

17.2 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Os países em desenvolvimento, como o Brasil, estão lutando para melhorar os padrões de vida, a segurança e o bem estar de seus habitantes.

Neste processo, o Brasil busca utilizar seus recursos – tais como a agricultura, mineração e florestas – com a finalidade de obter vantagens competitivas na produção e no comércio.

No entanto, para atingir esta meta, o país utiliza recursos – renováveis e não renováveis – com severas implicações para um desenvolvimento sustentável.

O conceito de desenvolvimento sustentável procura equilibrar e ajustar os interesses das gerações futuras com os da nossa geração.

A ideia de sustentabilidade foi desenvolvida no âmbito das Nações Unidas em 1987, pela *World Commission on Environment and Development (conhecida como Brundtland Commission)*.

Segundo esta Comissão, seria necessário que os países propusessem estratégias de longo prazo para atingirem o desenvolvimento sustentável.

Note que “sustentabilidade” aparece como adjetivando o substantivo “desenvolvimento”.

Isso mostra que a Comissão propunha que os países procurassem estratégias de desenvolvimento econômico, com a restrição de que este fosse sustentável.

Ainda de acordo com essa Comissão, desenvolvimento sustentável é aquele que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a habilidade das gerações futuras de alcançar a satisfação de suas próprias necessidades.

Em outras palavras, aquelas ações que realizadas hoje que comprometessem e fossem piorar as condições das futuras gerações seriam consideradas não sustentáveis.

Sustentabilidade, portanto, implica que as gerações futuras deverão estar num estado muito melhor de bem-estar do que as atuais gerações.

Vê-se claramente que o assunto da sustentabilidade tem a ver com questões normativas e de equidade.

A teoria econômica fica desguarnecida para discutir esses assuntos, devido ao subjetivismo envolvido.

No entanto, a questão de sustentabilidade levanta outros temas ligados à eficiência na alocação de recursos e, para esses, a teoria econômica está aparelhada para dar respostas.

17.3 A VISÃO ECONÔMICA (NEOCLÁSSICA) DE SOLOW

Segundo Robert Solow, a noção de sustentabilidade ou de crescimento sustentável nos impõem obrigações para o futuro e cria uma obrigação moral para com as futuras gerações.

Solow considera que é impraticável e mesmo indesejável que "cada geração deva deixar os recursos de água, ar e solo tão puros e despoluídos como no começo do mundo" ou que "cada geração deva deixar intactas todas as espécies de animais que encontrou existindo no planeta".

Isso poderia paralisar as atividades econômicas.

Segundo Solow, outro tipo de definição deve ser adotado.

Solow acredita que a nossa obrigação é de nos conduzirmos a fim de deixar para o futuro a opção ou a capacidade de estar tão bem como nós estamos.

Ou seja, a sustentabilidade não deve ter como resultado (via paralisação das atividades) um empobrecimento material das gerações futuras.

Não é uma obrigação de preservar uma determinada coisa ou outra, mas, sim, de preservar a capacidade de que se obtenha no futuro o mesmo bem-estar que nós temos agora.

Para Solow, a sustentabilidade é um guia geral para políticas que lidem com investimento, conservação e uso de recursos.

17.4 A VISÃO DOS ECOLOGISTAS

A posição dos economistas, representada por Solow, é contestada pela maior parte dos ecologistas.

Os ecologistas acreditam que as políticas de desenvolvimento que promovam atividades que não sejam sustentáveis em termos ambientais não contribuem efetivamente para o desenvolvimento econômico do país.

As possibilidades futuras são erodidas pelas atividades econômicas correntes.

Para os ecologistas, deve-se encontrar uma maneira de satisfazer as necessidades presentes de consumo, aumentar todos os tipos de capital (humano, físico e ambiental) e proteger o meio ambiente de degradação.

Para atingir o crescimento sustentável, é imprescindível eliminar políticas ineficientes, estimular a realização de investimentos públicos e privados, que tenham benefícios líquidos independentes de benefícios ambientais, e corrigir falhas de mercado que causem redução na qualidade ambiental.

17.5 COMO CONCILIAR AS VISÕES DOS ECONOMISTAS E ECOLOGISTAS?

Tanto a ecologia quanto a economia utilizam palavras baseadas no mesmo prefixo, a palavra grega *oikos*, que significa casa ou domicílio.

No entanto, apesar disso, as divergências são grandes.

Os ecologistas, tais como os economistas, concordam que existe um "ponto ótimo" de poluição.

Ambos concordam que a atividade econômica está associada com a poluição, e que exista esse ponto ótimo, a partir do qual a atividade produtiva deva ser coibida.

Os ecologistas partem do princípio de que o meio ambiente tem uma capacidade assimilativa (degradação natural) para absorver os lixos e resíduos surgidos no processo de produção e consumo.

Os ecologistas, portanto, concordam que, mesmo havendo um dano ambiental decorrente do processo de produção e consumo, existe uma faixa de atividade econômica em que essas atividades podem coexistir, pois a própria natureza se encarrega de absorver os lixos e resíduos.

Quando, porém, atinge-se o limite da capacidade de assimilação do meio ambiente, acende a luz vermelha.

Nesse ponto, em que o meio ambiente não consegue mais absorver quantidades adicionais de lixo e resíduos, chega-se ao ponto ótimo de poluição.

É falsa, portanto, a percepção de que os ecologistas sejam contra a expansão das atividades produtivas.

O que os ecologistas almejam é que essa expansão se faça dentro dos limites colocados pela natureza para sua tarefa de degradação dos lixos e resíduos gerados pelo processo produtivo.

Em paralelo, há uma justa preocupação com o fato de necessitarmos de um grande aprofundamento de estudos científicos, que contribuam para diminuir as incertezas que cercam o assunto.

Os economistas apontam também para um **ótimo de poluição**.

Tal como os ecologistas!

Esse ponto ótimo, entretanto, fica além do ótimo do ecologista.

Aí reside a grande diferença.

Ou seja, para os economistas não há nada de errado se os lixos e resíduos associados às atividades de produção e consumo excederem a capacidade assimilativa do meio ambiente.

Os economistas examinam os custos e benefícios associados ao consumo e à produção, e calculam os custos e benefícios marginais sociais.

Enquanto os BMS (benefícios marginais sociais) excederem os CMS (custos marginais sociais), vale a pena aumentar o consumo e a produção, mesmo que a natureza não esteja mais sendo capaz de eliminar os lixos e resíduos.

O importante é entender que, neste cálculo, devem estar embutidos os impactos das falhas de mercado.

Desse modo, comparando o "ponto ótimo" segundo os economistas e os ecologistas, o resultado prático é que os economistas geralmente advogam maiores níveis de produção (e, portanto, de maior poluição associados a esse processo) do que os ecologistas, *ceteris paribus*.

Muitos ecologistas discordam desta posição, pois alegam que devido às "falhas de mercado" (causadas pela competição imperfeita, assimetria de informações, existência de "bens públicos", e externalidades), a totalidade dos custos sociais não é mensurada adequadamente.

Levando-se em conta que os esquemas de consumo e produção estão incorporando os efeitos de falhas de mercado, pode-se falar que exista uma conciliação, mas não uma coincidência, entre as visões do ecologista e do economista.

Os economistas, nessa interpretação, acabam recomendando que não se faça nada em termos de política, o que é ruim para o meio ambiente.

Ou seja, os economistas, pela sua incapacidade de sugerir políticas concretas, acabam por "lavar as mãos".

CAPÍTULO 18:

CONDICIONANTE DOS RECURSOS NATURAIS

18.1 CONCEITO DE CAPITAL SOCIAL

Os economistas, ao estudarem as causas do crescimento econômico, foram ampliando ao longo do tempo o conceito de capital.

Originalmente, esse conceito abrangia máquinas, prédios e equipamentos.

Depois, passou a abarcar a educação e o treinamento, no denominado capital humano.

Passou posteriormente a incluir instituições, no chamado capital social.

Mais recentemente, passou a incluir o capital natural, definido como consistindo do valor do estoque dos recursos naturais existente em um país, incluindo florestas, pesqueiros, depósitos minerais, águas e meio ambiente.

Esse estoque de capital natural está sujeito a uma taxa de depleção.

Se uma economia consome capital natural no seu processo de produção de bens e serviços, isso vai afetar sua capacidade econômica de gerar renda no futuro, a não ser que haja uma reposição do capital natural gasto no processo.

Ou seja, é necessário investimento nesse capital natural (taxa de reposição) igual ou maior que a taxa de depleção.

Teríamos, dessa maneira, um desenvolvimento sustentável.

18.2 RECURSOS NATURAIS

Os recursos naturais englobam a vida selvagem, as terras, as florestas, os depósitos minerais, as fontes de água e fontes de energia disponíveis para a sociedade.

O próprio clima e a atmosfera são considerados como parte desses recursos naturais, com o meio ambiente partilhado pelos seres humanos, as plantas cultivadas e os animais domesticados.

Entretanto, as atividades econômicas também usam o meio ambiente como um grande lixão, despejando resíduos e gazes, e criando os problemas ambientais.

18.3 RECURSOS RENOVÁVEIS E NÃO RENOVÁVEIS

Os recursos naturais podem ser classificados como renováveis e não renováveis.

Os primeiros, por exemplo, as terras cultiváveis, as florestas e a pesca, podem ter seus estoques regenerados por meio de um manejo apropriado.

Algumas formas de energia (solar, eólica e de marés) são também renováveis, dependendo das forças da natureza.

Os recursos não renováveis têm estoques finitos, como acontece, por exemplo, com depósitos minerais e reservas de petróleo.

É importante levar em conta que a qualidade e a quantidade dos recursos naturais podem ser afetadas positivamente pelo comportamento humano.
Por exemplo, árvores podem ser plantadas, o solo pode ser adubado e assim por diante.

Por outro lado, um manejo descuidado desses recursos, a poluição do ar causada por dejetos industriais, a acumulação de lixo, a contaminação das águas, o efeito estufa, são exemplos de (mau) comportamento.

18.4 OS RISCOS NO LONGO PRAZO DO MANEJO DOS RECURSOS

Embora os recursos não renováveis ou finitos pareçam merecer maiores atenções, o que está acontecendo na prática é que o maior perigo está associado ao uso dos recursos renováveis.

Com efeito, embora os primeiros tenham sua reserva finita, a escassez cria forças econômicas para racionar seu uso e criar substitutos.

Os economistas não acreditam que a não renovação desses recursos seja um obstáculo ao crescimento econômico, pois a tecnologia pode ser instrumental para superar essa limitação.

Do mesmo modo, há que se fazer uma distinção entre escassez geral e escassez relativa dos recursos naturais.

Não há dúvida de que o planeta, sendo finito, é causa de uma escassez geral.

Um dia, sem dúvida, o petróleo vai acabar na Terra.

Na prática, no entanto, a preocupação é com a escassez relativa, que pode ser mitigada pela substituição de fatores.

Nesse processo, as forças de mercado e a sinalização dos preços desempenham um papel fundamental.

No mesmo exemplo do petróleo, à medida que ele for acabando, vai ficando mais caro, as reservas adormecidas se tornam economicamente viáveis, aparecem substitutos, passa-se a usar o petróleo com mais eficiência e economiza-se o seu uso, e assim por diante.

Já com o segundo tipo (recursos renováveis) existem diversas falhas de mercado, principalmente as externalidades e a existência de bens públicos, que criam problemas de uso exagerado e inadequado desses recursos.

Os ecologistas também chamam a atenção para a escala das atividades humanas, em termos de tamanho da população e consumo de bens e serviços.

Para muitos ecologistas, essa escala de desenvolvimento humano está se aproximando dos limites de um mundo natural finito.

É importante assinalar que o uso de recursos não renováveis não compromete necessariamente o desenvolvimento sustentável.

Havendo direitos de propriedade bem definidos e o funcionamento correto dos preços de mercado, a escassez provocada pelo consumo desses recursos irá induzir a um aumento dos preços relativos, que por sua vez irá estimular a conservação e o desenvolvimento de produtos substitutos.

Já com os recursos renováveis, principalmente naqueles cujos mercados se caracterizam por externalidades e bens públicos, a situação é diferente.

A tecnologia nem sempre consegue superar os problemas de degradação do solo, do ar e das águas, que se observam mesmo nos países mais desenvolvidos.

CAPÍTULO 19:

FINANÇAS INTERNACIONAIS E CRISES FINANCEIRAS

O desenvolvimento das finanças internacionais contribui para o crescimento econômico. No entanto, esse crescimento não é suave, pois está sujeito a crises periódicas.

19.1 PAPEL DO SISTEMA FINANCEIRO E DAS FINANÇAS INTERNACIONAIS

Existe uma grande relação entre desenvolvimento financeiro e crescimento econômico.

A história econômica dos países mostra que a criação e expansão das instituições financeiras, da inovação financeira e do lançamento e difusão de ativos e instrumentos de financiamento ocorreu em paralelo com a expansão da indústria e do comércio.

A grande expansão do comércio internacional também aconteceu paralelamente ao grande desenvolvimento de instrumentos de financiamento e de capitalização.

Associação não significa causalidade.

Existe um grande debate – inconcluso – entre as três situações seguintes:

- O desenvolvimento financeiro antecede e é pró-ativo para o crescimento do lado real da economia;
- O desenvolvimento financeiro é passivo e cresce a reboque do crescimento do lado real da economia;
- Os dois segmentos crescem em paralelo e se retroalimentam.

Qualquer que seja a relação de causalidade existente, uma coisa é certa: o mau funcionamento do setor financeiro pode criar interrupções e reversões – algumas prolongadas – no processo de crescimento econômico.

É o caso das crises financeiras, que veremos neste Capítulo.

19.2 IRRADIAÇÃO DAS CRISES

Pedro Carvalho de Mello e Humberto Spolador – na obra “Crises Financeiras” – examinaram as diversas crises monetárias e financeiras que afligiram a economia internacional ao longo dos últimos séculos.

Mello e Spolador dedicam-se ao exame das crises monetárias e financeiras da atualidade, mostrando que, na moderna economia global, as crises se irradiam de um país para outro, contagiando facilmente outros países nesse processo.

Durante a crise da Rússia, os investidores internacionais precisavam fazer caixa.

Para isso, venderam pesadamente os títulos do Brasil com maior liquidez, provocando uma crise em nosso país.

A última grande crise mundial, de 2007-2009, denominada de "Crise do Sub-Prime", mostra que, com os modernos instrumentos de tecnologia de transferência de fundos, a abertura de capital e a disseminação ampla e rápida de informações, o contágio se dá de forma fulminante.

19.2.1 Questões Sobre a Irradiação das Crises

Existem duas questões importantes a serem consideradas na irradiação das crises:

1. A irradiação das crises só atinge as economias fragilizadas e com desequilíbrios macroeconômicos ou pode impactar também economias sólidas e bem estruturadas?

As autoridades monetárias, de um modo geral, procuram se proteger criando blindagens – mesmo se as economias estão aparentemente sólidas.

2. As crises monetárias e financeiras criam sérios problemas para as economias, afetando os sentimentos dos investidores e criando desemprego?

Associados às crises, encontram-se sempre os grandes especuladores – atribuir as crises aos especuladores é uma tendência.

Isso é um grande equívoco.

Os especuladores, na verdade, arriscam-se, apostando em cenários que acreditam que irão ocorrer.

Em algumas situações, acertam... em outras, perdem pesadamente. Poucos sobrevivem no tempo...

19.3 EVENTO ESPECULATIVO

Segundo o economista John Keneth Galbraith, ao examinar as experiências históricas de crises financeiras, características comuns se repetem.

Em todo evento especulativo...

> ...existe a ideia de que há algo novo no mundo – tulipas, ações de ferrovias, companhias de alta tecnologia...
>
> ...existe um sentimento de orgulho quando se descobre algum instrumento financeiro ou uma oportunidade nova e altamente recompensadora de investimento,

...existe – em mercados de ações, imóveis, arte ou junk bonds – um inevitável colapso.

Para o economista americano Charles Kindleberger, podemos construir um modelo que se ajuste à interpretação da história econômica e financeira das crises.

Nesse modelo, Kindleberger atribui grande importância...

- ao papel das estruturas de débito – causadoras de dificuldades financeiras;
- às dívidas contraídas para financiar a aquisição de ativos especulativos para posterior revenda.

19.4 RACIONALIZAÇÃO DA CRISE

Segundo Galbraith – após o colapso do episódio especulativo –, praticamente não se discute a especulação em si ou o otimismo aberrante a ela subjacente.

Após as atribulações da especulação, a realidade será quase totalmente ignorada, pois...

...embora muitas pessoas e instituições se envolvam com a especulação, não é comum que os problemas resultantes da especulação sejam atribuídos a uma comunidade inteira ou a uma comunidade financeira como um todo.

...nas atitudes e doutrinas da livre-iniciativa, o mercado é visto como um reflexo neutro e exato de influências externas. Logo, não se acredita que ele esteja sujeito a uma dinâmica de erro intrínseca e interna.

...é comum procurar alguma causa para o colapso, por mais extravagante que seja – desde que essa causa seja externa e extrínseca ao mercado em si.

Normalmente, é diagnosticado um abuso das regras do mercado, que inibe seu funcionamento normal, prescrevendo-se o aumento da regulação governamental.

19.5 CRISES MONETÁRIAS MODERNAS

As crises modernas podem ser classificadas em dois tipos:

- a crise da dívida externa dos países em desenvolvimento, típicas dos anos 80;
- a crise dos países em desenvolvimento – crises monetárias, bancárias e cambiais – típicas dos últimos cinco anos.

19.5.1 Crise da Dívida Externa

A grande crise internacional da dívida externa começou em agosto de 1982, com a declaração de moratória pelo México.

Um efeito dominó alastrou-se por cerca de 30 países em desenvolvimento, particularmente o Brasil.

Em relação às crises da dívida externa, algumas questões podem ser levantadas:

- O endividamento dos países em desenvolvimento – que redundou na crise dos anos 80 – foi muito maior que no passado?
- O endividamento dos países em desenvolvimento era sustentável economicamente sob uma perspectiva de longo prazo?
- A culpa do endividamento dos países em desenvolvimento é apenas deles ou deve ser repartida com as instituições financeiras dos países credores?
- Por que a mobilidade de capital não produz um estado de equilíbrio nos mercados financeiros internacionais, tal como sugerido pelo modelo de convergência?

Deve-se notar que as dívidas internacionais têm uma longa história, mas, até o século 20, nunca foram um sério problema.

19.5.1.2 Responsabilidade dos Devedores

Em relação à responsabilidade dos devedores, alega-se que:

- os países devedores tomaram um nível exagerado de empréstimos em relação à sua capacidade de pagá-los;
- os recursos recebidos foram usados irresponsavelmente para financiar consumo, déficits governamentais e outros fins, ao invés de serem utilizados em atividades produtivas que gerassem ou poupassem divisas estrangeiras;
- as políticas macroeconômicas eram inapropriadas para uma boa gestão monetária e fiscal, pois tendiam a ser restritivas, protecionistas e voltadas somente para a economia doméstica;
- os regimes políticos eram corruptos e favoreciam fatores políticos ao invés da eficiência econômica.

19.5.2 Crise Monetária, Financeira e Cambial

Nas economias dos mercados emergentes, ocorreram oito crises financeiras nos últimos 40 anos:

- Dívida Externa nos anos 80,
- Moratória do México em 1994,
- Sudeste Asiático em 1997,
- Rússia em 1998,
- Brasil em 1999,
- Argentina em 2001
- Crise do Subprime (2007/2009)
- Crise do Euro (2010-2014).

Embora o problema fundamental que originou cada crise fosse diferente – o processo foi muito parecido.

Cada crise começou como resultado de uma forte retirada de fundos líquidos de curto prazo ao primeiro sinal de fraqueza financeira do país.

Os investidores estrangeiros – após a desregulamentação que liberalizou seus mercados de capital – derramaram fundos em diversos mercados emergentes durante os anos 1990, para aproveitar os altos retornos e diversificar suas carteiras.

Certos tipos de crises financeiras – como as últimas – originam-se na má administração das contas soberanas e não na má administração econômica. Essas crises não ocorreram porque:

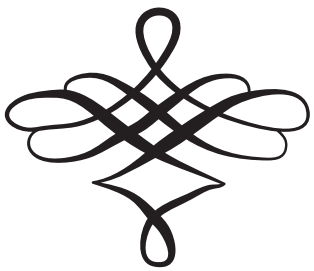
- as políticas domésticas eram falhas;
- os fluxos de capitais eram excessivos;
- os investidores internacionais se comportaram irracionalmente;
- os regimes cambiais eram mal administrados.

As crises ocorreram por duas razões:

- os tomadores de empréstimos e os investidores de mercados emergentes consistentemente subestimaram a fonte e a magnitude da volatilidade nos mercados financeiros emergentes;
- os tomadores de empréstimos e os investidores, talvez como uma consequência, permitiram e mesmo encorajaram as partes soberanas a colocarem em vigor estruturas de capital que sistematicamente exacerbam essa volatilidade.

PARTE 6

POLÍTICAS PARA O CRESCIMENTO E O DESENVOLVIMENTO



Existe uma desigualdade muito grande entre o PIB per capita dos países ricos e o dos pobres. Promover a convergência desses valores é o grande desafio do desenvolvimento econômico.

O Brasil está numa situação singular, pois é visto ora num grupo ora no outro. Dessa maneira, é o mais pobre dos países do grupo dos ricos, e o mais rico dentre os países que perfazem o grupo dos pobres. Na verdade, o Brasil está na fronteira dos dois grupos, tem um pé em cada um. Por isso, tem problemas típicos tanto de países ricos quanto de países pobres.

Esta Parte do livro se direciona para os problemas do desenvolvimento, mais típicos de países pobres, e complementa a parte anterior, direcionada para os problemas do crescimento, mais típicos dos países ricos.

Discutiremos os principais desafios (pobreza e desigualdade) do desenvolvimento, com base num exame dos modelos, estratégias e políticas de desenvolvimento. Finalmente, estudaremos também a evolução do pensamento e da prática do desenvolvimento econômico do Brasil nas últimas décadas .

CAPÍTULO 20:

ATRIBUTOS ECONÔMICOS DE UMA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO

20.1 RESTRIÇÕES

Existe um consenso de que fatores socioculturais, ligados às atitudes de poupar, trabalhar duro, estudar e respeitar as leis e as autoridades, atuam como um grande motivador do desenvolvimento.

Embora esses atributos não econômicos sejam importantes, há atributos econômicos que conduzem a um desenvolvimento mais rápido das economias.

Várias restrições precisam ser superadas para atingir esse desenvolvimento:

- **Hiato de poupança**... A maior parte da renda nacional é direcionada para gastos de consumo; apenas uma pequena parte, para a poupança. Sem poupança, não há como liberar recursos reais para sustentar os investimentos e aumentar a produtividade. Os países em desenvolvimento, de um modo geral, tomam medidas para aumentar a taxa real de juros, combater a inflação, evitar a fuga de capitais e compatibilizar aumentos de salários com aumento de produtividade;
- **Hiato de câmbio e divisas**... Os países em desenvolvimento, para crescer, necessitam importar bens de capital e matérias-primas, o que os torna dependentes de gerar divisas por meio de exportações ou receber investimento estrangeiro. No passado, alguns países, entre os quais o Brasil, adotaram uma estratégia de substituir importações, como meio de superar esse hiato. Nos anos mais recentes, no entanto, o Brasil está seguindo uma política de fazer gastos de importação, gerando divisas por meio de uma política agressiva de exportações;
- **Atraso na agricultura**... Em muitos países em desenvolvimento, a agricultura foi negligenciada em favor da indústria. Durante décadas do século 20, foi o caso do Brasil. Agora não mais. Num dos mais felizes exemplos mundiais de reversão e modernização, o Brasil a partir dos anos 70 desenvolveu um moderno setor de agronegócios. Dessa maneira, esse setor transformou-se no maior responsável pelo expressivo superávit da balança comercial brasileira. Em outros países, entretanto, isso não ocorreu, e a agricultura tornou-se um obstáculo ao seu desenvolvimento;
- **Negligência dos recursos humanos**... A moderna teoria econômica do desenvolvimento coloca como prioritário o investimento em capital humano como fonte do progresso. Não apenas para ter pessoas com mais escolaridade, mas também para reforçar a noção de cidadania e aumentar o capital social.

20.2 POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Esse Capítulo apresenta os enfoques e teorias que tiveram maior impacto no pensamento econômico e na prática de desenvolvimento da economia brasileira.

Nos capítulos seguintes, vamos examinar itens específicos: a política de substituição de importações.

Existem argumentos contra e a favor de uma política ativa de desenvolvimento econômico.

Essa política pressupõe um papel pró-ativo do governo.

Os argumentos contrários partem, em geral, de economistas que favorecem o uso de instrumentos de mercado, e que acreditam que o governo não deve fugir ao seu papel original de zelar pelo quadro institucional, garantir o direito de propriedade e intervir o mínimo possível na economia (apenas em situações em que ocorram falhas de mercado).

Esse pensamento acredita que o crescimento e o desenvolvimento virão como resultado de estímulos corretos para o empreendedorismo e a inovação, e para a eficiência na alocação de recursos.

Já os argumentos favoráveis apontam as seguintes razões:

Primeiro... As forças automáticas da economia, por si só, não conseguem acelerar o processo de crescimento da renda per capita e do desenvolvimento humano, sendo, dessa forma, necessário fazer intervenções para esse fim.

Segundo... As questões críticas identificadas para o Estado apontam tanto a existência de falhas de mercado quanto a necessidade de otimização do uso do capital social, principalmente no contexto de *clusters* e cadeias produtivas. Isso justificaria a intervenção governamental.

Terceiro... Estratégias com base no desenvolvimento econômico estimulam a coordenação de esforços, entre governo e entidades privadas, que proporcionam uma forte sinalização favorável – pela identificação de áreas críticas, mobilização das partes interessadas e diminuição das incertezas – para a execução de investimentos produtivos.

3.1.1 Influência sobre o Desenvolvimento Econômico

Ao elaborar as políticas de desenvolvimento econômico, deve-se focalizar as falhas de coordenação estratégica de investimentos – cuja superação evitaria a concentração de atividades econômicas em poucas áreas – e a subutilização do potencial de capital social existente no país. Deve-se chamar a atenção que as diferenças regionais de renda e riqueza acirram esses problemas.

CAPÍTULO 21:

FALHAS DE COORDENAÇÃO ESTRATÉGICA DOS INVESTIMENTOS

21.1 FALHAS DE MERCADO E EXTERNALIDADES

Os argumentos contra ou a favor de uma política desenvolvimentista são, muitas vezes, dependentes da percepção de que exista ou não uma **falha de mercado**.

Um tipo de política desenvolvimentista, com intervenção governamental, baseia-se em argumentos que apontam a existência de **falhas de coordenação estratégica de investimentos**.

Tais falhas decorreriam de um problema mais geral – o das **externalidades**.

Externalidade é uma das falhas de mercado que requerem intervenção, geralmente, do governo.

Nessa situação, o mecanismo de preços de mercado falha na obtenção de eficiência em sua função alocativa de recursos.

No caso em pauta, o tipo de externalidade decorre de informações assimétricas.

O papel do governo é corrigir essa informação assimétrica entre os agentes investidores.

21.2 DECISÕES DE INVESTIMENTOS EM CADEIAS DE PRODUÇÃO OU EM *CLUSTERS* REGIONAIS

Por exemplo, no processo de tomada de decisões de investimentos em cadeias de produção ou em clusters regionais.

Essas decisões dependem do que cada empresário espera que o outro empresário irá investir, pois esses investimentos se alimentam uns aos outros (um investimento cria demanda para a produção prevista no outro).

Devido à informação assimétrica, um não sabe o que o outro planeja.

Assim, irá haver um subinvestimento geral.

A falha de coordenação estratégica de investimentos...

...está mais relacionada ao problema da incerteza e da deficiência na formação de expectativas.

...impede um desenvolvimento eficiente e desestimula os investimentos.

...manifesta-se pela inabilidade de um grupo de agentes econômicos – cujas ações são complementares – atingir um equilíbrio desejável, devido à presença de outro equilíbrio indesejável, caindo em uma armadilha de equilíbrio de baixo nível de renda.

21.3 POTENCIAL DE CAPITAL SOCIAL

Outro tema importante para a experiência de desenvolvimento econômico é a subutilização – para fins de desenvolvimento econômico – do potencial de capital social existente no país.

Algumas regiões do Brasil – principalmente o sul e sudeste –, devido às peculiaridades históricas de seu processo de formação, foram colonizadas por famílias e comunidades de várias procedências – Açores, Alemanha, Itália, Espanha, Portugal, Líbano, Japão.

Uma base inicial de **capital social** consolidou-se e se ramificou no país.

Esse capital social foi muito importante para o desenvolvimento econômico.

Nesse sentido, duas ações se impõem:

- evitar sua dissipação;
- potencializar sua utilização, visando incentivar arranjos produtivos e cooperativos – clusters, cadeias de produção, consórcios de exportação, alianças estratégicas.

21.4 DESENVOLVIMENTO DESIGUAL

Um tema muito importante para a formulação de estratégias de desenvolvimento dos países é o desenvolvimento desigual.

O desenvolvimento desigual – mencionado pelos economistas Raúl Prebisch e Arthur Lewis – pode ser exemplificado com a seguinte pergunta:

> Por que um agricultor que produz cacau recebe somente a décima parte de um operário que fabrica aço?

Uma forma de responder a essa pergunta envolve um exame do estoque de capital por trabalhador, assim como dos níveis de tecnologia empregados na produção de cacau e na fabricação de aço.

A resposta de Lewis foi surpreendente e original...

> As condições de produtividade nos setores de cacau ou aço são irrelevantes para explicar o hiato de salários entre as duas regiões.
>
> O que importa saber apenas é quais são os níveis de produtividade relativa na produção de um terceiro bem, que ambas produzam.

Lewis mostra que o terceiro setor, sendo *non-tradable* e possuindo maior – nos países pobres – ou menor – nos países ricos – abundância relativa de mão de obra sem qualificação, pode explicar por que um país é rico e um outro é pobre.

Prebisch também identificou um problema similar, em que o "norte" – representando o centro ou os países ricos – da economia mundial estava ficando cada

vez mais rico à custa de grandes melhorias tecnológicas, mas que essas melhorias não haviam beneficiado o "sul" – ou a periferia.

Prebisch também argumentou que os termos de intercâmbio sul/norte estavam se deteriorando, ou seja, os preços dos produtos industriais subiam em relação aos preços dos produtos agrícolas.

21.4.1 Desenvolvimento Regional no Brasil

O Brasil – sendo um país baleia – mostra grandes diferenças regionais de renda e riqueza, e enfrenta graves problemas.

Podemos atingir deliberadamente o desenvolvimento econômico com o desenvolvimento regional?

Como equilibrar questões de eficiência na alocação dos recursos com questões de equidade na distribuição da renda e do progresso?

Uma razão para sustentar que as desigualdades regionais constituem um problema é a questão dos custos nacionais devido ao uso desequilibrado dos recursos regionais.

Caso haja falhas de mercado que impeçam a implementação de estratégias de investimento com maior retorno econômico e social nas regiões mais pobres, haverá perda de renda nessas regiões.

Ou seja, não funciona a ideia de que as forças de mercado sempre produzam um crescimento autoajustado, em que existiriam desequilíbrios – transitórios e friccionais em sua natureza –, e não desequilíbrios permanentes e estruturais.

Defende-se que...

> ...existe uma dificuldade de se caracterizar e mesmo de se aceitar que exista um problema regional.
>
> ...o desenvolvimento desigual entre regiões é essencial para o crescimento dinâmico de uma economia de mercado.
>
> ...uma intervenção de política governamental pode reduzir o crescimento potencial da renda.

Um argumento favorável para essa última posição é o de que existem forças de acumulação atuando, no sentido de que a decisão de localização de uma empresa afeta e influencia as decisões de outras empresas, no presente e no futuro.

Um contra-argumento é a crescente evidência de que existem problemas regionais que se devem ao funcionamento da economia de mercado, por meio da qual as empresas privadas não são obrigadas a enfrentar os custos sociais de suas decisões de localização.

É nessa economia de mercado que os governos encontram dificuldades para induzir essas considerações em seu comportamento.

CAPÍTULO 22:

PROTECIONISMO E ARGUMENTO DA INDÚSTRIA INFANTIL

22.1 ARGUMENTO DA INDÚSTRIA INFANTIL

O argumento da **indústria infantil** representa o caso mais forte para a defesa de uma política de substituição de importações.

A ideia é criar um espaço de respiração para a nova empresa, protegendo-a da competição com indústrias estrangeiras – muitas vezes, apoiadas por subsídios e outros protecionismos.

22.2 HISTÓRICO DA EVOLUÇÃO DO ARGUMENTO

O argumento da indústria infantil tem uma longa história na economia, que data dos escritos de Friedrich List na Alemanha, no começo do século 19, passando pelo economista romeno Manoilescu, no começo do século 20, e pelos escritos da CEPAL, na segunda metade do século 20.

A ideia central é de que o livre-comércio tem uma racionalidade, em curto prazo, estática, mas pode ter efeitos diversos em um equilíbrio dinâmico de longo prazo.

O pressuposto determina que o livre-comércio beneficia os países mais industrializados, porém prejudica os países mais pobres.

Os países pobres, como o Brasil em meados de 1950, dependiam da exportação de commodities, e se acreditava que exista uma relação desigual dos termos de intercâmbio.

A estratégia sugerida era industrializar os países pobres.

Um país sem indústria, para ter um desenvolvimento industrial, necessitaria de uma proteção – de natureza temporária – até que sua indústria infantil pudesse atingir um estágio adolescente ou adulto, quando pudesse competir em igualdade com as indústrias já estabelecidas nos países desenvolvidos.

22.3 EXPERIÊNCIAS INTERNACIONAIS

Estratégias baseadas nesse argumento foram aplicadas com êxito nos Estados Unidos, na Alemanha, no Japão, na Coreia do Sul e, agora, na China.

A regra é simples...

Faça pregação das virtudes do livre-comércio, mas reserve essa prática apenas para os setores em que existir, no país, um nível confortável de confiança de poder suplantar ou, pelo menos, competir em pé de igualdade com outros países.

Para os outros setores, pratique o protecionismo baseado na indústria infantil... Contudo, não o admita em público.

22.4 PROBLEMAS COM A ESTRATÉGIA BASEADA NO ARGUMENTO DA INDÚSTRIA INFANTIL

O problema maior dessa política é de credibilidade...

Proteção temporária, por quanto tempo?

Evidentemente, vão surgir incentivos para que o temporário se torne permanente.

Outro problema é de incentivos para práticas corruptas.

CAPÍTULO 23:

POLÍTICA DE SUBSTITUIÇÃO DE IMPORTAÇÕES

23.1 BARREIRAS ESTRUTURAIS

A questão das barreiras estruturais tem sido tradicionalmente discutida pela corrente de pensamento econômico da CEPAL.

Esta visão é chamada de **estruturalista**.

Está muito ligada ao **processo de industrialização via substituição de importações (ISI)**.

Um país que procura restringir ou modificar o padrão de comércio exterior, porque se julga prejudicado em seu esforço de desenvolvimento, pode fazer uso da criação de barreiras às importações, com o objetivo de desenvolver sua própria indústria e evitar o gasto de escassas divisas estrangeiras.

O país procura criar uma competitividade artificial para sua indústria.

Com essa política, estabelecem-se várias barreiras para a importação de produtos estrangeiros, substituindo os importados por produtos produzidos no próprio país.

Existem várias formas de substituir importações, desde proibições de certos produtos importados até o tratamento discriminatório para produtores domésticos de determinados produtos.

23.2 PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO COM BASE NA SUBSTITUIÇÃO DE IMPORTAÇÕES (ISI)

Certos bens podem ser proibidos – bens de consumo, por exemplo –, enquanto outros contam com as maiores facilidades para importação – bens de capital, por exemplo.

A própria taxa de câmbio pode ser usada como um instrumento nesse processo, criando-se taxas múltiplas de câmbio, favorecendo ou prejudicando grupos de produtos.

A taxa de câmbio – no regime de taxas fixas de câmbio – costuma ficar sobrevalorizada, ou seja, acima do nível que seria vigente com uma taxa de câmbio de equilíbrio na ausência das intervenções.

Geralmente, a política de ISI se consubstancia pela imposição de uma mescla de tarifas e quotas.

Uma característica do ISI é dar um tratamento desigual aos bens importados.

23.3 PROBLEMAS COM O USO DE TARIFAS E QUOTAS

Existem problemas com o uso das tarifas e quotas para controlar importações...

Primeiro...

Existe um problema político, pois o governo arrecada renda com a tarifa, mas o setor privado é que aufere renda com a quota.

Segundo...

O governo não tem uma informação completa sobre a economia. Embora, em tese, a tarifa e a quota possam ter os mesmos efeitos de controlar as importações, a tarifa requer um conhecimento maior do sistema econômico. Por isso, a quota é mais segura do que a tarifa, para essa finalidade.

23.4 EFEITOS DO ISI

Os efeitos do ISI, em princípio, são:

1. os consumidores perdem;
2. os produtores domésticos ganham;
3. e o governo pode ganhar.

Em uma perspectiva de contabilidade do bem-estar, é difícil avaliar a posição líquida final.

Caso queiramos dar um peso diferenciado aos três agentes – consumidores, produtores e governo –, surge uma questão ética.

Além disso, existe uma diferença entre os efeitos estáticos da política e seus efeitos dinâmicos.

Podemos comentar três desses efeitos dinâmicos:

Curva de aprendizagem: A proteção à indústria pode encorajar o aprendizado e a assimilação de novas técnicas de produção. Esse processo só pode ocorrer se houver, de fato, produção industrial. A proteção industrial pode estimular as empresas e o governo a treinarem mão de ¬obra nas novas tecnologias, e pode gerar um círculo virtuoso de aprendizagem e de aumento na eficiência industrial.

Externalidades: Podem ocorrer externalidades beneficiando outros setores industriais que não aqueles diretamente protegidos. Por exemplo, um engenheiro treinado em um setor protegido pode depois migrar para um outro setor não protegido, levando junto suas especializações e habilidades técnicas.

Retornos crescentes: Caso haja retornos crescentes de escala em um setor protegido que, em função disso, aumenta sua produção, ele pode se beneficiar de custos médios decrescentes e repassá¬-los como queda de preços aos consumidores, ampliando o mercado de venda e os efeitos para a frente e para trás.

CAPÍTULO 24:

POBREZA, DESIGUALDADES E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

24.1 PAÍSES POBRES E PAÍSES RICOS

De maneira similar ao que se indaga na literatura de crescimento econômico, a questão básica do desenvolvimento econômico é por que alguns países são ricos, enquanto a maior parte dos países é pobre ou muito pobre.

Em termos operacionais, o desafio é como aumentar o ritmo de convergência da renda per capita entre países, tornando mais homogêneo, à nível internacional, o progresso econômico das nações.

Visto de outro modo, o desafio é como reverter o panorama de afastamento (divergência de renda per capita) entre países, pois o fosso entre ricos e pobres está aumentando!

24.2 ESTATÍSTICAS DA POBREZA

Em números absolutos, nunca o planeta teve tantas pessoas pobres quanto hoje em dia.

Estimamos que cerca de 3 bilhões de pessoas vivam com uma renda diária de 2 dólares ou menos.

A despeito de todos os esforços, de ações e estudos feitos sobre o tema, o fosso que separa as nações ricas das nações pobres só aumenta.

A renda diária de um brasileiro – segundo o critério da paridade do poder de compra

– é de cerca de 20 dólares, embora essa média encubra uma distribuição de renda bastante desigual.

A distribuição de renda desigual faz com que cerca de 20% da população brasileira ganhe menos de 2 dólares por dia.

24.3 POR QUE O FOSSO ENTRE PAÍSES RICOS E POBRES AUMENTA?

Até o começo da Revolução Industrial, na segunda metade do século 18, não existia tamanha divergência de renda entre países, tal como acontece hoje.

A distância de renda per capita entre o país mais pobre e o país mais rico era cerca de 4 vezes ao redor de 1800.

Hoje em dia, está ao redor de 400 vezes!

Por que isso acontece? Por que alguns países permanecem pobres?

Esse é um tema bastante polêmico, e não existe uma mesma resposta que se aplique para todos os países.

De um modo geral, no entanto, alguns fatores são apontados na literatura:

- Taxa de crescimento da população que excede a capacidade de absorção da economia e da infraestrutura social e econômica;
- Baixa produtividade da mão de obra, refletindo deficiência de capital humano;
- Baixo nível de poupança (Poupança em relação ao PIB) acompanhado por ineficiência na sua utilização em investimentos que ampliem a capacidade produtiva da economia;
- Deficiência de capital social e de instituições apropriadas para estimular a atividade econômica;
- Deficiência de capital tecnológico e científico;
- Trajetória de produção adversa em face da evolução dos padrões de oferta e demanda da economia mundial;
- Herança cultural e institucional adversa para uma moderna organização social e econômica do país;
- Má gestão crônica da administração pública e má condução das políticas governamentais.

24.4 ESTÍMULOS AO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Após o término da Segunda Guerra Mundial, o tema desenvolvimento econômico despertou grande interesse.

Esse interesse manifestou-se pela criação de instituições especializadas:

- Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento – Banco Mundial,
- Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID,
- Comissão Econômica para a América Latina – CEPAL, da Organização das Nações Unidas...

No Brasil, houve a criação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, criado em 1952, seguido por uma constelação de bancos estaduais e regionais de desenvolvimento.

No início, os grandes temas sobre desenvolvimento econômico estavam ligados ao otimismo reinante, pois:

- Previa-se uma convergência do crescimento econômico entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos;
- Acreditava-se que o instrumento principal era uma injeção de capital – ou de ajuda externa – que tivesse um poder multiplicador sobre o PIB dos países pobres;
- Como tal milagre já havia ocorrido com a reconstrução da Alemanha e do Japão, acreditava-se que o mesmo pudesse ocorrer nos países subdesenvolvidos.

As desilusões começaram a aparecer.

Novos diagnósticos se sucederam.

Verificou-se que era fundamental desenvolver o capital humano por meio de investimentos em educação.

Em seguida, veio a constatação de que isso não seria suficiente, seria necessário também transformar instituições e promover o capital social.

A despeito de todos os esforços, não aconteceu o almejado estreitamento do fosso de renda entre os países desenvolvidos e os subdesenvolvidos – designação que mudou para países em desenvolvimento.

Esse é um grande desafio do desenvolvimento econômico.

CAPÍTULO 25:

DESAFIOS DO DESENVOLVIMENTO: DESIGUALDADE E POBREZA

25.1 TEORIA ECONÔMICA, EFICIÊNCIA E EQUIDADE

O estudo do desenvolvimento econômico tenta compreender a natureza e as causas da pobreza nos países com baixa renda, assim como a transformação das sociedades rurais em urbanas, em que as atividades industriais e de serviços adquirem maior importância.

Esses estudos utilizam os ensinamentos da teoria do crescimento econômico, mas adaptam essa teoria para situações particulares dos países pobres.

Ademais, advogam e aplicam na prática outras políticas de desenvolvimento.

A ciência econômica – desde Stuart Mill – definiu que a criação de riquezas era seu foco. Porém, definir a forma de distribuição dessa riqueza era uma questão das ciências políticas e sociais.

Os economistas passaram então...

...a considerar as questões de eficiência na alocação de recursos como seu campo legítimo de estudos.

...a tratar as questões de equidade como pertencendo ao processo político – portanto, fora de sua órbita de expertise.

Vimos no Capítulo 7 (fronteira de possibilidades de produção – fpp - e tecnologia) que a curva de fronteiras de possibilidades de produção – FPP – aponta-nos se os recursos utilizados na produção não estão sendo usados com eficiência.

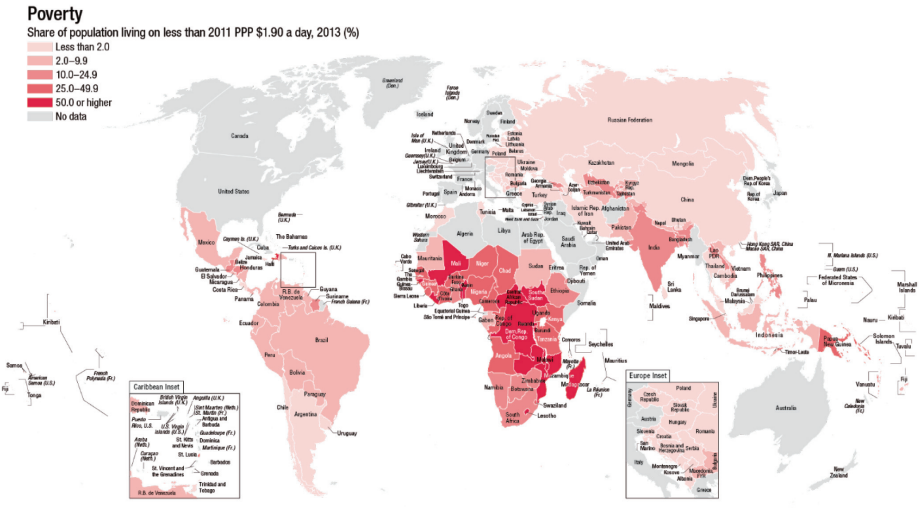
Assim sendo, devemos identificar maneiras técnicas para melhor usar os mesmos recursos e, consequentemente, produzir mais comida e roupas, por exemplo.

Entretanto, uma vez atingida a curva de possibilidades de produção, o economista não possui arsenal técnico para dizer qual deva ser a melhor combinação de roupas e comida para a sociedade.

Hoje, o tema distribuição de renda voltou a fazer parte do corpo central da economia.

Embora continue fora de seu campo a questão subjetiva de qual é o ponto ótimo de distribuição de renda, diversos estudos e várias linhas de pesquisa examinam maneiras de melhorar a distribuição ou de mitigar os efeitos negativos de uma desigual distribuição de renda.

O Banco Mundial realiza muitos estudos, país por país, da situação de distribuição de renda e de pobreza (veja o mapa a seguir).



25.1.1 Distribuição de Renda e Pobreza

Para discutirmos a desigualdade na distribuição de renda, temos de fazer a distinção entre esse assunto e a questão da pobreza (em especial, a pobreza extrema).

Praticamente todos os estudos sobre distribuição de renda apontam o Brasil como um dos campeões da desigualdade social. Entretanto, nesse âmbito, misturam-se questões de pobreza e distribuição.

A distribuição de renda é uma questão relativa já que...

...podem existir países muito pobres, com uma excelente distribuição de renda.

...podem existir países muito ricos, com uma péssima distribuição de renda.

Já a questão da pobreza ou indigência não é relativa, mas, sim, absoluta.

Estabelece-se um valor mínimo de renda ou de consumo e, com base nesse patamar, calculam-se quantas pessoas ou famílias estão abaixo dessa linha de pobreza.

O Brasil é um país de renda média, pertencente ao escalão superior desse segmento.

Em outras palavras, o Brasil é um país de renda média superior.

É visto lá fora como um país rico, porém com muitos pobres.

Caso o PIB do Brasil fosse utilizado para uma política social consistente, haveria recursos suficientes para eliminar a pobreza extrema no país.

O Centro de Políticas Sociais (CPS), do IBRE – FGV, é uma das instituições mais respeitadas no Brasil, por sua atuação na área de estudos e de políticas sociais.

Os estudos mais recentes do CPS indicam que a desigualdade de renda permaneceu alta e estagnada entre 1970 e 2000, caiu nos primeiros anos do século 21, e voltou a aumentar na segunda década. A redução da pobreza seguiu acontecendo nas últimas décadas.

25.2 DISTRIBUIÇÃO DA RENDA

Em relação às tendências do PIB e da distribuição de renda, notamos, nas estatísticas mundiais, que, nos últimos 30 anos, não está havendo uma convergência – nem um maior afastamento – da diferença de renda entre países ricos e pobres.

Embora a distribuição de renda esteja estacionária, alguns países pobres estão ficando ou já ficaram ricos, enquanto alguns ricos ficaram mais pobres.

Não existe um fatalismo condenando os países pobres a ficarem sempre nessa mesma posição.

Em relação à distribuição de renda nos países, a desigualdade afeta de três maneiras o desenvolvimento econômico:

Primeiro... Está associada ao desigual acesso à educação, à saúde e ao poder político;

Segundo... Na América Latina, essa desigualdade está associada à pobreza – dois de cada cinco latino-americanos são pobres;

Terceiro... A desigualdade concentra a poupança e o investimento em um pequeno segmento da população, o que prejudica o desenvolvimento.

25.2.1 Tipos de Problemas Distributivos

A distribuição de renda é uma questão mais complexa...

Por exemplo, podemos discutir a distribuição de renda sob quatro óticas principais:

1. distribuição de renda entre os estados ou entre as regiões do Brasil;
2. distribuição de renda entre os fatores de produção capital, mão de obra e terra;
3. distribuição de renda no nível das famílias e das pessoas;
4. distribuição de renda entre a zona rural e as regiões metropolitanas.

De um modo geral, o Brasil apresenta:

- grandes desigualdades de renda per capita entre as regiões, e entre o campo e a cidade;

- uma distribuição funcional da renda – entre os fatores de produção – com peso relativamente pequeno para o fator trabalho;
- uma distribuição de renda familiar concentrada.

Para melhor avaliarmos quantitativamente essa desigualdade, podemos utilizar dois indicadores amplamente reconhecidos – o Índice de Gini e o Índice de Desenvolvimento Humano – IDH – das Nações Unidas.

25.3 COEFICIENTE DE GINI E IDH

25.3.1 A Curva de Lorenz

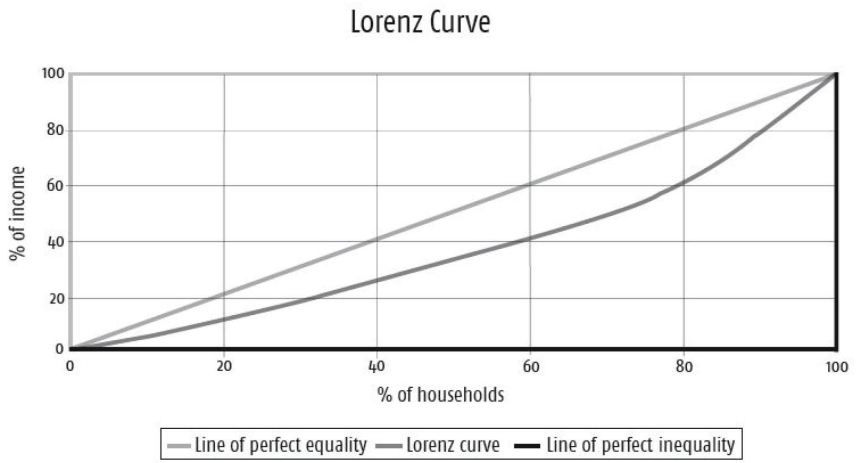
A base do **Coeficiente de Gini** é a **Curva de Lorenz**, apresentada abaixo.

Note que o **Índice de Gini** é uma transformação do Coeficiente de Gini.

Ela apresenta, no eixo vertical, o percentual acumulado da renda do país.

No eixo horizontal, mostra o percentual acumulado dessa renda em poder das famílias. Caso os 10% iniciais das famílias tivessem 10% da renda, os 20% iniciais, 20% da renda, e assim por diante, haveria uma perfeita igualdade de distribuição.

Isso é demonstrado pela reta diagonal, que é chamada de **Reta da Perfeita Igualdade**.



Na curva abaixo dessa reta, mostra-se um perfil típico de distribuição de renda. Essa é a Curva de Lorenz. Quanto menor a distância entre essa curva e a reta da perfeita igualdade, melhor a distribuição.

A área entre as duas curvas está representada por A, e a área triangular abaixo da reta de perfeita igualdade por B. Quanto maior a distância (área A), pior a de-

sigualdade. O Coeficiente de Gini mostra a razão entre essas duas áreas, ou seja, a área A dividida pela área B.

25.3.1.1 Coeficiente e Índice de GINI

O Coeficiente de Gini é uma medida – desenvolvida pelo estatístico italiano Corrado Gini – cujo coeficiente, embora possa ter outras aplicações, é bastante utilizado para medir a desigualdade de renda.

O Coeficiente de Gini é um número entre 0 e 1.

O coeficiente 0 expressa uma situação de perfeita igualdade, em que todas as pessoas ou famílias têm uma renda idêntica.

O coeficiente 1 retrata uma situação de perfeita desigualdade, em que apenas uma pessoa ou família possui toda a renda, e todos os demais habitantes não têm renda nenhuma.

O Índice de Gini é o coeficiente expresso em forma de porcentagem e é igual ao Coeficiente de Gini multiplicado por 100. Desse modo, o Índice de Gini – uma medida estatística de desigualdade – varia de 1 a 100. Quanto mais se aproxima de 100, maior a desigualdade.

O Índice de Gini para o Brasil está caindo nos últimos anos, mostrando uma diminuição da desigualdade. Atualmente, está num patamar logo abaixo de 57.

25.3.1.1.1 Vantagens

O Índice de Gini oferece diversas vantagens:

- é uma medida de desigualdade e não de renda média, retratando melhor a situação social;
- permite comparações entre setores, regiões e países;
- é de cálculo simples;
- permite acompanhamento, por meio do tempo, de melhorias ou pioras na distribuição de renda.

Finalmente, cabe salientar que o Índice de Gini satisfaz os princípios:

- do anonimato – não importa quem é o rico ou o pobre;
- da independência de escala – não importa o tamanho da economia;
- da independência da população – não importa se é grande ou pequena;
- da transferência – se transferir renda de um rico para um pobre, a distribuição melhora.

25.3.1.1.2 Desvantagens

Por outro lado, o Índice de Gini apresenta também desvantagens:

- implica que uma distribuição totalmente igualitária é a preferível – embora o princípio desejável seja o de que as oportunidades sejam iguais;
- não leva em conta que, em alguns países, alguns benefícios oferecidos aos habitantes não aparecem sob a forma de renda;
- não mostra como as pessoas ou as famílias usam suas rendas – ou seja, se os pobres forem mais espertos que os ricos em seu uso da renda, o quadro é melhor que o mostrado pelo coeficiente;
- pode haver subestimação da renda dos pobres devido ao setor informal e à produção para autoconsumo, apontando maior desigualdade que a existente;
- é possível existir um mesmo valor de coeficiente em situações de diferentes distribuições de renda.

25.3.2 IDH e Qualidade de Vida

O indicador usado para medir a qualidade de vida é o Índice de Desenvolvimento Humano – IDH – calculado pela ONU. É uma medida comparativa de riqueza, alfabetização, educação, expectativa de vida, natalidade e outros fatores para os diversos países do mundo.

O IDH é uma maneira padronizada de avaliação e medida do bem-estar de uma população, especialmente bem-estar infantil.

É usado para distinguir se o país é desenvolvido, em desenvolvimento ou subdesenvolvido, e para medir igualmente o impacto de políticas econômicas na qualidade de vida.

O índice foi desenvolvido em 1990 pelo economista paquistanês Mahbub ul Haq e pelo economista indiano Amartya Sen.

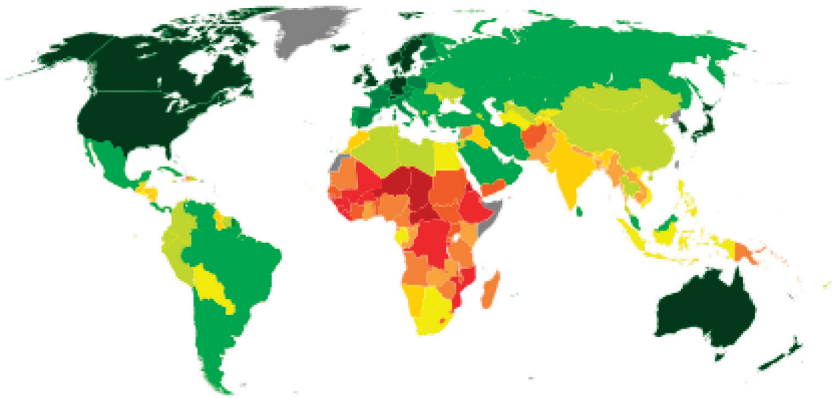
O IDH funciona como uma medida comparativa entre países, regiões, estados e municípios.

A principal função do IDH é medir as três dimensões básicas do desenvolvimento humano:

- uma vida longa e saudável, medida pela expectativa de vida ao nascer (EV);
- o nível de conhecimento, medido por dois indicadores, ou seja, a taxa de alfabetização dos adultos – peso de 2/3 – (TAA) e a taxa combinada de matrícula nos ensinos fundamental, médio e superior – peso de 1/3 – (TCM);

• um padrão de vida decente, medido pelo PIB per capita sob um conceito PPP – paridade do poder de compra.

25.3.2.1 Mapa Mundial do IDH



Mapa-múndi indicando o Índice de Desenvolvimento Humano (baseado em dados de 2015, publicados em 2016). Origem: Wikipédia, a enciclopédia livre.

25.3.2.2 A Medida do IDH

O IDH varia de 1 a 100...

Em termos de ranking do IDH, normalmente, os países ou outros objetos de análise – estados e municípios – são divididos em três classes:

1. Países com índice maior que 80 são considerados de alto desenvolvimento humano;
2. Países com índice entre 60 e 79, de médio desenvolvimento humano;
3. Países com índice abaixo de 60, de baixo desenvolvimento humano.

Atualmente, os países com menor IDH estão pouco acima de 20.

O Brasil já participa do grupo de países de alto IDH. Em 1978, o IDH era 0,649.

Foi subindo gradualmente nos últimos anos, e em 2005 ultrapassou 0,800.

Caiu um pouco nos últimos anos, ficando estagnado.

Em 2017, pontuou 0,755.

Em termos de *ranking*, o Brasil ocupa uma posição intermediária (75) em relação aos demais países.

25.3.2.2 - Cálculo

O método de cálculo do IDH, que representa a média dos três índices, é...

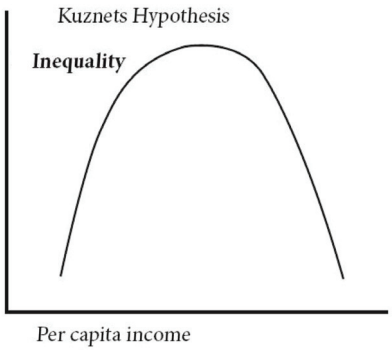
25.4 A TEORIA DE KUZNETS SOBRE A DISTRIBUIÇÃO DE RENDA

Com base num estudo comparativo apoiado numa grande amostra de países, Simon Kuznets levantou a hipótese de que, à medida que aumenta a renda per capita, ocorrem mudanças no perfil da distribuição de renda dos países.

Nas suas fases iniciais, o crescimento econômico é acompanhado por uma piora na distribuição de renda.

Chega um estágio do crescimento, no entanto, a partir do qual a distribuição começa a melhorar.

Isso é mostrado na Figura a seguir.



Os dados do Brasil sugerem que já se ultrapassou o topo da curva, significando que o país entrou numa fase com crescimento da renda per capita acompanhado de melhoria na distribuição de renda.

CAPÍTULO 26:

POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO DE COMBATE À POBREZA

26.1 FIM DA POBREZA

As instituições financeiras multilaterais – Banco Mundial, FMI e BID – anunciaram, recentemente, uma nova prioridade.

Decidiram dar maior atenção aos países pobres e reduzir o apoio aos países de renda média – tal como o Brasil.

Este movimento assinala que as instituições financeiras multilaterais irão atuar, no futuro próximo, movidas por considerações de equidade, e não apenas por considerações de eficiência econômica.

Quando entramos no terreno da equidade, no entanto, caímos em um grande subjetivismo no tocante às sugestões de políticas econômicas.

A teoria econômica convencional não possui instrumentos de análise para definir a escolha dos objetivos dessas políticas.

O que a teoria econômica convencional pode fazer é analisar as consequências econômicas das políticas escolhidas, mas não pode afirmar, cientificamente, qual seja a melhor delas frente às alternativas possíveis.

26.2 DECISÕES POLÍTICAS

Em uma política de distribuição de renda, devemos privilegiar os velhos ou os jovens?

As regiões do Nordeste ou os bolsões de pobreza das grandes metrópoles brasileiras?

Dar mais dinheiro à educação ou à saúde?

Financiar as pequenas e microempresas ou aquelas com grande potencial de gerar empregos?

Seguir uma política assistencialista para os pobres – que rende votos – ou criar políticas de incentivo educacional e de treinamento profissional para que os pobres façam esforços no intuito de superar a pobreza?

A resposta é clara...

A decisão tem de ser política, não cabendo ao economista exercitar tal escolha, pois ele não tem instrumental de análise científica para tanto.

26.3 COMBATE À POBREZA

Com base em uma análise realista dos recursos possíveis de serem mobilizados, as instituições financeiras multilaterais listaram os seguintes objetivos econômicos para combater a pobreza:

- alcançar as metas do desenvolvimento do milênio até 2015;
- acabar com a pobreza extrema em 2025;
- assegurar que, bem antes de 2025, todos os países pobres do mundo possam ter um progresso considerável em sua trajetória para o desenvolvimento econômico;
- conseguir esses objetivos com apenas uma modesta ajuda financeira dos países ricos, maior do que é oferecida no momento, porém, dentro dos limites que esses mesmos países estão prometendo.

26.4 METAS DO MILÊNIO

Em setembro de 2000, na Reunião da Assembleia Geral da ONU, foram votadas e aprovadas as Metas do Milênio para todo o mundo:

1. erradicar a fome e a pobreza extrema;
2. cortar pela metade, entre 1990 e 2015, a proporção de pessoas com renda menor que 1 dólar por dia;
3. cortar pela metade, entre 1990 e 2015, a proporção das pessoas que passam fome;
4. conseguir a educação primária universal – assegurar que, até 2015, todas as crianças do mundo, de ambos os sexos, sejam capazes de completar o curso completo de educação primária;
5. promover a igualdade dos sexos e o progresso das mulheres – eliminar a disparidade dos sexos na educação primária e secundária, preferivelmente, até 2005, e, para todos os níveis de educação, não mais tarde que 2015;
6. reduzir a mortalidade infantil – reduzir em dois terços, entre 1990 e 2015, a mortalidade das crianças com menos de cinco anos;
7. melhorar a saúde maternal – reduzir em três quartos, entre 1990 e 2015, a taxa de mortalidade nos partos;
8. combater o HIV, a AIDS, a malária e outras doenças;

9. cortar pela metade, até 2015, e começar a reverter a difusão do HIV/AIDS;

10. cortar pela metade, até 2015, e começar a reverter a incidência de malária e de outras doenças;

11. alcançar a sustentabilidade ambiental;

12. integrar os princípios do desenvolvimento sustentável nas políticas e nos programas do país, e reverter a perda dos recursos ambientais;

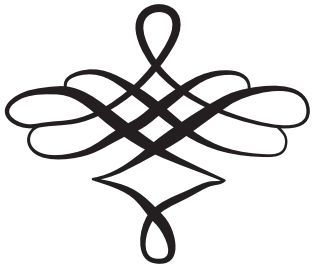
13. cortar pela metade, até 2015, a proporção de pessoas sem acesso sustentável à água potável e ao saneamento básico;

14. atingir, até 2020, um progresso significativo das vidas materiais de, pelo menos, 100 milhões de favelados;

15. criar uma aliança global para o desenvolvimento.

PARTE 7

USO DE PREVISÕES MACROCONÔMICAS DE CRESCIMENTO NO LONGO PRAZO



Os executivos, *traders* e administradores necessitam tomar decisões de negócios, assumir riscos e buscar oportunidades de ganhos.

Os cenários e projeções de longo prazo, a despeito de sua precariedade, podem ajudar na formulação de estratégias.

As empresas necessitam se posicionar frente às fortes mudanças de longo prazo no mercado internacional, para que possam agregar valor às informações para a necessária elaboração das suas estratégias de negócios de curto prazo. Nesta Parte, iremos mostrar algumas abordagens de análise e desenvolver um estudo de caso sobre o potencial de mercado e de negócios do Brasil no contexto dos BRICS, tendo como referência 2050.

CAPÍTULO 27:

PREVISÃO DE NEGÓCIOS E IMPACTO DE CICLOS ECONÔMICOS

27.1 PREVISÃO MACRO DE LONGO PRAZO

Fazer prognósticos sobre o comportamento de mercados ou da economia é sempre um "exercício de adivinhação".

Por mais que procuremos realizar esse exercício de forma mais técnica e sofisticada, no fim de contas sempre conflui para uma busca e descoberta de tendências num cenário futuro, que, por sua natureza, é incerto.

Muitas vezes, as previsões são feitas de maneira quantitativa, com o uso de séries históricas.

Existe aí o risco de querer imputar ao futuro um comportamento observado no passado e no presente.

Recomenda-se que as previsões dessa natureza, que são muito úteis, sejam alicerçadas pela construção de "cenários estratégicos".

Isso fará uma checagem da consistência econômica embutida nos números apresentados nas projeções numéricas.

Esta metodologia será desenvolvida nesse Capítulo.

No Brasil, o país do futebol, esses "exercícios de adivinhação" são chamados, de maneira jocosa, como "chutes".

A comparação não deixa de ser relevante.

A habilidade do cobrador do *penalty* faz diferença, evidentemente, e a soma do talento natural com um rigoroso treinamento produz bons cobradores.

No entanto, a história de Zico e de Roberto Baggio nos mostra que mesmo gênios do futebol podem errar os chutes nos momentos decisivos.

O resultado de um chute é sempre incerto.

Todos os cobradores se concentram num único objetivo – mandar a bola para o fundo das redes, mas nem todos conseguem.

Existe, entretanto, uma racionalidade nesse processo.

Quanto mais próximo estiver o "chutador" das traves do goleiro, maior será a chance de acertar o gol.

Por outro lado, quanto mais longe estiver do gol, menores as chances de fazer o gol.

Esse raciocínio vale também para as projeções econômicas.

Quanto mais curto o prazo de tempo entre o presente e o horizonte das projeções, maior a probabilidade de obter bons resultados nas previsões.

Quando se pretende fazer projeções para períodos longos como o pretendido nesse capítulo, as projeções são mais precárias.

O objetivo aqui é estabelecer os contornos do posicionamento do Brasil no cenário econômico global, e avaliar o potencial de seu mercado. Como exemplo de estudo de caso para o Brasil, vamos fixar 2050 como horizonte das projeções.

Os economistas mais rigorosos irão "torcer o nariz" para esse tipo de previsões e cenários.

De fato, a boa técnica econômica recomenda modelos muito mais complexos de previsão.

No entanto, para prazos muito longos e sujeitos a muitas incógnitas políticas e sociais, esses modelos, por mais sofisticados e rebuscados que sejam, não alcançam bons resultados.

Ademais, o custo fica muito alto, e o cálculo de custos e benefícios aconselha que não sejam tentados.

Desse modo, poucos economistas se arriscam a fazer projeções econômicas quantitativas para períodos maiores do que dez anos.

Todavia os executivos, *traders* e administradores são mais pragmáticos.

Eles sabem que os cenários e projeções de longo prazo, tais como os que serão aqui apresentados, a despeito de sua precariedade, podem ajudar na formulação de estratégias de negócios e de busca de novas oportunidades.

Desta forma, e levando em conta a cautela que se requer face à arbitrariedade de qualquer especulação sobre um distante futuro, vamos analisar o potencial de mercado da economia brasileira no contexto internacional dos BRICS nos próximos 30 anos.

27.2 VARIÁVEIS IMPORTANTES PARA OS CENÁRIOS FUTUROS MACRO DE DEMANDA E MERCADO

O comportamento da demanda para fins de estimação do potencial macro de mercado segue, de maneira padrão, os fundamentos estabelecidos pela ciência econômica.

São duas as principais variáveis que determinam o "tamanho do mercado" em termos macroeconômicos: a população e a renda per capita.

Deve-se assinalar que é recomendável, para fins de previsão de mercado, incluir considerações sobre o tamanho do espaço geográfico do país (densidade populacional).

Para análises de mercado do país como um todo, no longo prazo, necessita-se também discernir e avaliar o impacto de tendências geoeconômicas e geopolíticas afetando a previsão de mercado.

Com relação ao espaço geográfico, a sua importância deve-se ao impacto sobre o consumo.

Países com espaço e relativa baixa densidade populacional (caso do Brasil e Estados Unidos) podem consumir mais (casas grandes, mais eletrodomésticos, car-

ros, entre outros) do que países como o Japão ou a Holanda, em que o aumento da renda per capita é acompanhado por maior poupança e valorização das terras.

Das duas variáveis, renda e população, as projeções mais confiáveis são feitas com a utilização de dados demográficos.

De um modo geral, quando se usam dados demográficos, o "chute" pode ser mais preciso.

É como se tivéssemos aumentado o afastamento entre as traves, e diminuído o tamanho do goleiro.

Fica mais fácil fazer o gol, mesmo a uma longa distância.

Ou, nessa analogia com a demografia, a um prazo mais longo.

Não obstante, existem modelos macro de determinação da renda que, mesmo menos precisos que os demográficos, são muito úteis para apontar tendências de longo prazo e permitir exercícios de simulações com as principais varáveis macroeconômicas.

Apesar do grande conhecimento acumulado e do esforço analítico de estudar tendências de longo prazo, podemos afirmar que, para períodos muito longos, é bem difícil e arriscado se fazer previsões das tendências da renda per capita.

A história apresenta diversos casos de países que, em 50 anos, tiveram um progresso espetacular, como Japão, Coreia e agora a China, e outros que tiveram uma reversão no seu processo de crescimento, como foi o caso da Argentina.

Ditas essas palavras de cautela, não há como fugir da necessidade de tecer considerações genéricas, e mesmo arriscar alguns cálculos, para determinar a ordem de grandeza dos mercados em termos da renda e população.

27.3 A IMPORTÂNCIA DOS CICLOS DE NEGÓCIOS

Os economistas, geógrafos e outros cientistas sociais costumam analisar a economia num contexto de ciclos econômicos.

A literatura sobre esse assunto ainda mostra muitos problemas de ordem técnica, porém, a despeito das imperfeições, pode ser muito útil para caracterizar períodos da história econômica e servir para previsão de negócios ou para montagem de cenários macroeconômicos de longo prazo.

De um modo geral, os analistas que estudam esses ciclos concordam que, nos dias de hoje, três grandes tendências se acentuam:

- a globalização das atividades econômicas, e a crescente importância das vantagens comparativas e competitivas das economias dos países para posicioná-los nos mercados internacionais;
- a emergência de uma fase de capitalismo desestruturado, em que flexibilidade na gestão, menor porte na produção, uso de alta tecnologia e inovações,

emprego de métodos cada vez mais eficientes de comunicação e logística, e qualidade no atendimento do consumidor são destaques;

- o crescente papel dos BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) na economia mundial, em especial a "Chíndia" (China + Índia).

No curto prazo podem ocorrer crises e volatilidades, no médio prazo podem acontecer altas ou quedas significativas, e o longo prazo realmente necessita de análises com maior dosagem de fundamentos econômicos.

27.4 NATUREZA E TIPOLOGIA DOS CICLOS DE NEGÓCIOS

Os economistas, geógrafos e outros cientistas sociais costumam analisar a economia num contexto de ciclos econômicos.

A literatura sobre esse assunto ainda mostra muitos problemas de ordem técnica, porém, a despeito das imperfeições, pode ser muito útil para caracterizar períodos de crescimento econômico.

Esses ensinamentos também são úteis para permitir calibrar, com ajustes anuais nas séries de longo prazo, as variáveis consideradas para as projeções.

O termo "ciclo de negócios" ou "ciclos econômicos" se refere às flutuações da atividade econômica em torno da tendência de crescimento de longo prazo, em geral, representada pelo PIB.

O ciclo abrange mudanças no tempo em termos de períodos de crescimento acelerado (recuperação e prosperidade) ou períodos de estagnação relativa ou mesmo declínio (recessão e depressão).

Nos anos mais recentes, a macroeconomia que focaliza o curto prazo está abandonando a visão de "ciclo de negócios", preferindo, ao invés, analisar o que denominam de "flutuações econômicas".

O fundamento teórico por trás dessa mudança de visão é que "ciclos" sugerem que existam movimentos mais previsíveis, o que vai de encontro à crença com base em expectativas racionais e análises monetárias.

O resultado prático é considerar mais difícil a elaboração de previsões.

São muito diversas as causas indicadas para os ciclos ou flutuações.

Apontam-se causas econômicas (racionais ou baseadas na "exuberância irracional") e causas políticas.

Com relação às primeiras, pelo lado da Demanda Agregada (AD), as taxas de juros e as flutuações em investimentos são as mais citadas.

Com relação à Oferta Agregada (AS), são os chamados "choques de oferta".

Por exemplo, altas no preço de petróleo.

A maior parte das "causas políticas" pode ser incluída nesta categoria de choques de oferta.

Existe também uma semelhança entre ciclos econômicos e crises financeiras.

Embora os dois fenômenos criem manifestações de alteração de tendências de variáveis macroeconômicas, em especial PIB e preços, a maior diferença reside em sua origem: nas crises, o lado financeiro da economia, e nos ciclos, o lado real da economia.

Com o seguimento de uma crise ou de um ciclo, no entanto, tanto o lado real quanto o lado financeiro são afetados.

Em geral, é possível identificar cinco tipos de ciclos de longa e média duração. As datas de começo e fim, e as datas dos estágios de expansão e contração dentro de cada ciclo estão sujeitas a alto grau de subjetivismo.

Ademais, os períodos desses cinco tipos se superpõem, o que permite insights e conclusões muito enriquecidas:

1. **Ciclos logísticos:** Os ciclos logísticos, estudados pelo economista americano Rondo Cameron, geralmente têm uma amplitude de 150 a 300 anos, e estão basicamente associados com grandes transformações demográficas, e se refletem em mudanças na economia. Segundo esta teoria, estamos ainda passando pelo terceiro ciclo logístico, o da Era Industrial;

2. **Ciclos climatéricos:** Dentro desse ciclo logístico, assistiu-se, no pós-guerra, a uma fase de expansão e de crescente interdependência internacional, que está associada a um ciclo climatérico (de menor duração do que o ciclo logístico). Esse ciclo climatérico mostra, nesse período, e de maneira gradual e crescente, o grande eclipse das economias industriais provocado pela emergência de rivais de outras regiões (os NICs – *newly industrialized countries*);

3. **Ciclos de Kondratieff:** Interconectados com esses ciclos, existem os Ciclos de Kondratieff, de crescimento e estagnação. De acordo com esta metodologia, foram identificados os seguintes ciclos de Kondratieff:
   - 1780-90 – (A) crescimento -- 1810-17 – (B) estagnação -- 1844-51
   - 1844-51 – (A) crescimento -- 1870-75 - (B) estagnação -- 1890-96
   - 1890-96 – (A) crescimento -- 1914-20 - (B) estagnação -- 1940-45
   - 1940-45 – (A) crescimento -- 1967-73 – (B) estagnação -- ?

4. **Ciclos de Kuznets:** Nota-se que, superimpostos a esses ciclos, ocorrem os ciclos de Kuznets. Esses ciclos foram estudados pelo economista americano Simon Kuznets. São ciclos de 10 a 12 anos, que mostram mudanças regulares na taxa de crescimento econômico;

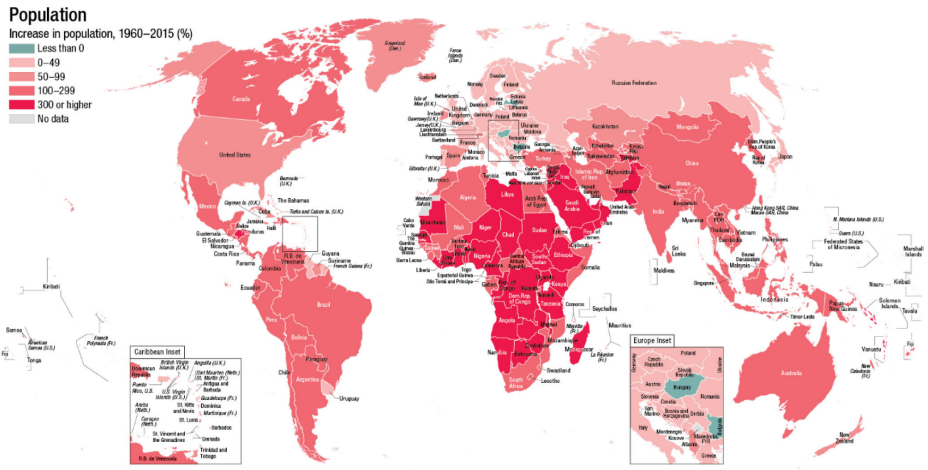
5. **Ciclos de Juglar:** O economista francês Clement Juglar estudou ciclos de investimento, com uma duração de 8 a 11 anos. Existe uma certa superposição com o tipo de ciclos estudado por Kuznets. Esse último economista, no entanto, acreditava que os ciclos de investimento, propriamente ditos, teriam maior duração, de 15 a 25 anos.

CAPÍTULO 28:

MODELOS E TEORIAS DA POPULAÇÃO

28.1 EVOLUÇÃO E DINÂMICA DA POPULAÇÃO

A variável mais importante e confiável para a construção de tendências e cenários de longo prazo é a população, como será visto nas duas primeiras seções desse Capítulo.



No entanto, o tamanho do mercado é dado pela população e seu respectivo poder de compra.

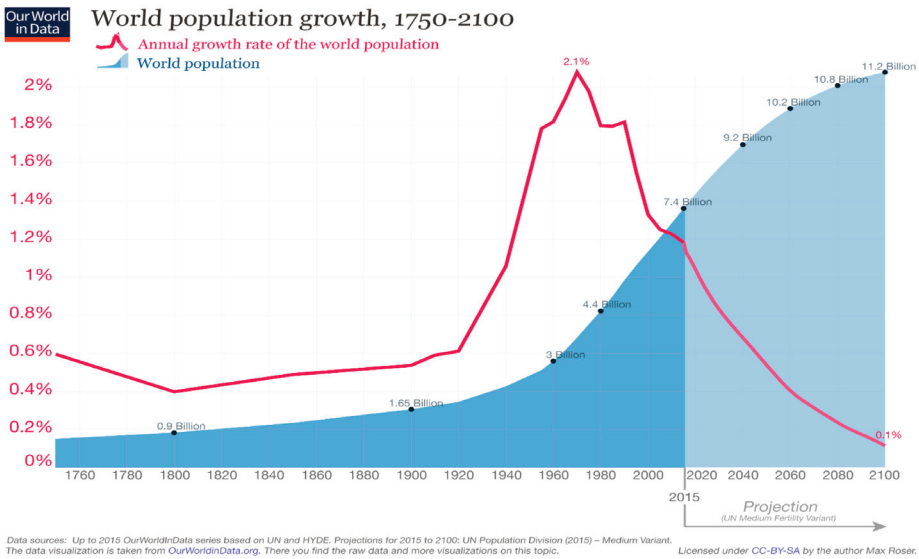
O melhor indicador do poder de compra segundo países e regiões é a renda per capita, que será examinado no capítulo seguinte.

Com relação às projeções de população, no entanto, já se pode arriscar a identificação de tendências consistentes, mesmo para períodos longos, como de 50 anos.

Uma vez que é necessário prever o número de potenciais consumidores para determinar o potencial de mercado, a população acaba se tornando o indicador mais importante no longo prazo.

28.2 TENDÊNCIAS E MUDANÇAS DEMOGRÁFICAS

O mundo em 2050 vai ser muito diferente do mundo de 2020.



Em 2018, a população mundial atingiu aproximadamente 7,3 bilhões de habitantes.

Em 2030, segundo a ONU, deverá ser de 8,5 bilhões.

E, em 2050, 9,7 bilhões.

Foi um crescimento notável, como pode ser visto no Quadro a seguir:

- 130.000 a.C. 0,1 a 0,3 milhão
- 5000 a.C 5 milhões
- 1000 a.C. 50 milhões
- Época de Cristo 50 a 100 milhões
- 1500 500 milhões
- 1800 900 milhões
- 1900 1,6 bilhões
- 1950 2,0 bilhões
- 2000 6,0 bilhões
- 2050 9,7 bilhões
- 2100? (ápice) 11,5 bilhões

Esse crescimento populacional vai ser acompanhado por uma redistribuição da população nos diversos continentes do planeta, e causar profundas transformações geoeconômicas e geopolíticas. A geografia econômica do mundo em 2050 deverá ser muito diferente do quadro atual.

A distribuição da população por regiões do mundo deverá assumir a feição representada a seguir:

REGIÕES	ANO 2000	ANO 2050
África	749	1.766
Ásia	3.585	5.268
Europa	729	628
América Latina	504	809
América do Norte	305	392
TOTAL	5.872	8.797

Quadro: Distribuição Regional da População Mundial (em milhões
Fontes: População em 2000, Relatório de População, ONU; População em 2050, estimativas de Jean-Pierre Lehmann, *OWP-IMD International.*

28.3 TENDÊNCIAS GEOGRÁFICAS E POLÍTICAS

O Quadro a seguir apresenta seis tendências geoeconômicas e geopolíticas relacionadas com esse crescimento da população, que consideramos importante nesse contexto:

Tendências da Economia Mundial
1 – Aumento da população Asiática e estagnação e/ou declínio da população na América do Norte e Europa
2 – Envelhecimento e aumento dos idosos no conjunto da população
3 – Consolidação de um processo global de urbanização
4 – Grande pressão sobre os recursos naturais renováveis e não renováveis
5 – Aumento da pobreza em termos absolutos da população
6 – Preponderância da região de influência do Oceano Pacífico sobre a do Oceano Atlântico
7 – Diminuição da taxa de crescimento populacional devido a menores taxas de fertilidade
8 – Aumento generalizado da expectativa de vida ao nascer

Quadro: Tendências Demográficas e Economia Mundial

Essas tendências, no seu conjunto, prenunciam significativos deslocamentos dos atuais mercados globais.

A Índia deverá se tornar o país com a maior população do mundo, ultrapassando a China em 2022. Em 2050, a população da Nigéria deverá ultrapassar a dos Estados Unidos.

Note que, em 2050, de cada 100 pessoas no mundo, cerca de 60 serão asiáticas, 20 africanas, nove latino-americanas, e apenas 11 europeias e norte-americanas.

Visto de outro modo, haverá uma crescente concentração da população nos LDCs (*Less Developed Countries*).

Essa população está envelhecendo – em 1975, a idade mediana era de 22 anos, em 2000, era de 27 anos, e, em 2025, estará próxima de 32 anos.

Prevendo-se queda no ritmo de crescimento da população, estima-se que a idade mediana em 2050 deverá estar acima de 35 anos.

Nesse período, deverá se consolidar um processo global de urbanização da humanidade.

Estima-se que, aproximadamente, 2/3 da população total do mundo deverá estar habitando em centros urbanos ao redor de 2050.

Para termos de comparação, em 2005, essa taxa de urbanização mundial estava entre 45% a 50%.

Ou seja, pela primeira vez na história, o número de moradores urbanos excederá o número de habitantes rurais.

Esse aumento expressivo da população mundial, associado ao aumento da urbanização e à melhoria da renda per capita, vai colocar grande pressão sobre os recursos naturais renováveis e não renováveis.

Do mesmo modo, deverá se agravar a situação do meio ambiente em várias partes do mundo.

Não se deve subestimar, no entanto, a capacidade humana de encontrar soluções tecnológicas e de mercado para mitigar estes problemas e reverter cenários mais pessimistas.

De qualquer modo, haverá pressões sobre esses recursos (principalmente água potável).

Estimativas da ONU preveem que, em 2025, dois terços da população mundial vão morar em áreas geográficas com "déficits de água" (*UN Habitat Annual Report*, 2003).

A pobreza, embora possa diminuir em termos relativos, deverá aumentar, quando vista em números absolutos.

Ou seja, o número (absoluto) de pobres no mundo deverá ser, em 2050, ainda maior do que em 2018.

Finalmente, dado que o grande crescimento populacional deverá ser nos países pobres da África, isso trará maior pressão sobre os investimentos sociais necessários. Por outro lado, haverá um impacto positivo sobre o "bônus demográfico".

28.4 DINÂMICA DA POPULAÇÃO

O crescimento populacional das grandes regiões do mundo é regido por um pequeno número de variáveis críticas, manifestadas no comportamento das taxas de natalidade e de mortalidade, e, com menor importância porém maior complexidade, nos movimentos de imigração e emigração.

Existe um relacionamento, quando se toma como base um prazo de tempo muito longo, entre população e crescimento econômico.

Quando examinamos a história econômica da Europa, podemos constatar que cada fase de crescimento populacional foi acompanhada pelo crescimento econômico (ciclos logísticos).

Entretanto, o contínuo crescimento populacional esbarra, com o tempo, nas limitações produtivas da sociedade.

Esta incapacidade de absorção da maior população cria um ambiente de estagnação ou mesmo declínio, e afloram diversos estímulos e restrições que freiam seu crescimento ou até mesmo causam seu declínio (expressos pelos condicionantes da natalidade, idade de casamento, número de filhos, guerras, epidemias, mortalidade e outros fatores).

A mudança tecnológica, como já foi visto, pode barrar essa queda de produtividade e de rendimentos decrescentes na economia, criando um ciclo de crescimento populacional.

O comportamento dos dois principais determinantes do crescimento populacional – as taxas de natalidade e de mortalidade – é em parte explicado por razões econômicas. Existem incentivos econômicos que afetam decisões de quantos filhos a família deseja criar, assim como a taxa de mortalidade é muito influenciada por investimentos sociais e gastos com cuidados médicos. Estas variáveis críticas se alteram no tempo, mas de maneira lenta e com baixa volatilidade.

A "transição demográfica" é um assunto demográfico de muita importância nessa visão de longo prazo. É um processo, movido por fatores econômicos e socais, em que, primeiro, caem as taxas de mortalidade (**m**). Durante um certo tempo, o menor **m** convive com uma ainda alta taxa de natalidade (**n**). Como **n** está muito maior que **m**, a população, em números absolutos, sofre uma verdadeira explosão. Isso aconteceu no Brasil entre 1930 e 1980. Com o tempo, porém, **n** também cai. Com **m** e **n** baixos, e com tendência à convergência, a população cresce pouco e eventualmente se estabiliza.

O Brasil, atualmente, vive um quadro demográfico de tendência ao equilíbrio da população. Prevê-se que a população atinja o auge ao redor de 2030, com 225 milhões, estabilizando e eventualmente declinando em seguida. O número médio de filhos por mulher está ao redor de 2,1, e a população está envelhecendo. A ex-

pectativa de vida do brasileiro (média de homens e mulheres) está ao redor de 73 anos. O número de idosos deverá crescer dos atuais 16 milhões para 64 milhões em 2050. A distribuição etária da população – que no passado era chamada de "pirâmide etária" – hoje em dia se parece mais com um barril.

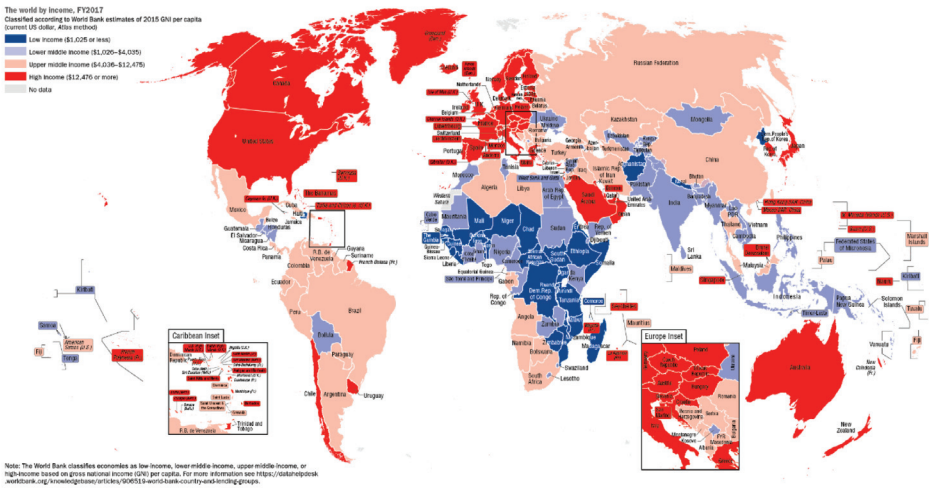
Os economistas e demógrafos acentuam que o Brasil, neste momento, está se beneficiando de um "bônus demográfico". Como está decrescendo o número relativo de crianças e jovens na população, isso diminui a pressão sobre investimentos sociais e de infraestrutura, bem como para a criação de novos empregos, diminui a criminalidade (muito associada à equação "jovens x desemprego") e amplia a população de trabalhadores no total da população (melhorando o PIB e a Previdência Social).

CAPÍTULO 29:

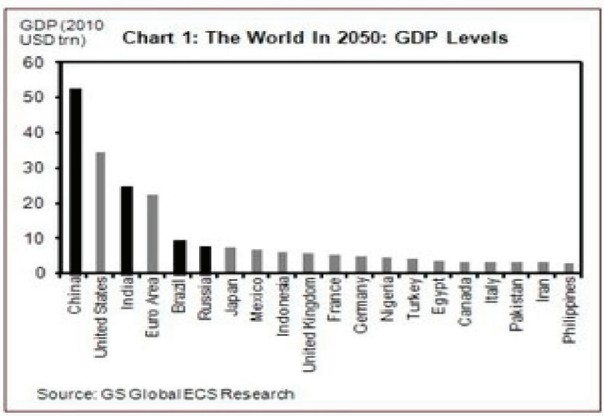
RENDA PER CAPITA E FONTES DO CRESCIMENTO ECONÔMICO

29.1 PANORAMA DAS ESTATÍSTICAS SOBRE PIB PER CAPITA

A melhor fonte para estas estatísticas é o Banco Mundial.



O Banco Goldman Sachs também estuda tendências do PIB. Segundo o BGS, a previsão para 2050 é a seguinte:



Source: GS

O Banco Mundial classifica os países em três grandes grupos: baixa renda (US$ 765 ou menos por ano), renda média (de US$ 766 a US$ 9,385 por ano) e alta renda (acima de US$ 9,386). Ademais, o grupo de renda média é dividido em dois

subgrupos: renda média superior (de US$ 3,036 a US$ 9,385 por ano) e renda média inferior (de US$ 766 a US$ 3,035 por ano). Nesta classificação, o Brasil faz parte do grupo de países de renda média superior.

29.2 TRAJETÓRIAS DE CRESCIMENTO ECONÔMICO

29.2.1 Disponibilidade de Fatores e Desenvolvimento de Estratégias

É muito importante fazer a análise de como a preponderância de certo fator de produção serve para lastrear uma estratégia de desenvolvimento econômico.

Na prática, evidentemente, os três fatores – capital, mão de obra e recursos naturais – devem ser utilizados.

A discussão recai sobre o peso de cada elemento na composição agregada da produção do país.

Este tema está ligado ao conceito de escassez ou abundância dos três fatores de produção em determinado país.

É, portanto, uma apreciação que envolve aspectos tanto técnicos quanto econômicos.

Paralelamente existe a visão de que, com base na existência do comércio, é possível a um país se especializar em determinadas atividades econômicas, graças à divisão do trabalho, e se beneficiar de vantagens comparativas.

A análise de trajetórias e estratégias de crescimento apoia-se em forte componente da história econômica e institucional dos países.

Devido à necessidade de estilizar fatos, costuma-se optar por modelagem reducionista, que crie pequeno número de categorias representativas de suas experiências.

O Quadro a seguir, com base em estudos do autor desse texto, mostra trajetórias distintas de crescimento, ressaltando suas estratégias e atributos.

Trajetórias	Estratégias	Atributos
Modelo ocidental	Relativamente intensivo em capital	Duas variantes: a européia menor dose de recursos naturais – a norte-americana – maior dose de recursos naturais.
Modelo asiático	Relativamente intensivo em mão de obra	Aplicado sucessivamente entre a transferência de processos de industrialização de um país para outro da Ásia, o chamado modelo do ganso voador.
Modelo subcontinental	Relativamente intensivo em recursos naturais	Aplicado principalmente nas economias do Brasil e da Rússia.

29.2.2 Modelo Ocidental: Estratégias de Desenvolvimento Econômico Intensivas em Capital

Os países desenvolvidos apresentam uma trajetória histórica de estágios de crescimento, que foi migrando gradualmente da agricultura para a indústria e desta, para serviços com alta tecnologia.

Nesta evolução, o fator capital recebeu destaque cada vez maior.

Os analistas discutem duas grandes questões teóricas centrais no modelo ocidental:

- o peso dos preços de mão de obra e capital na economia;
- o papel das instituições.

Com respeito a essa última, avalia-se o seu papel principalmente quanto:

- aos incentivos ao desenvolvimento tecnológico;
- aos novos investimentos;
- ao direito da propriedade;
- à liberdade de mercado.

Para alguns autores, o alto custo da mão de obra, vis-à-vis o preço do capital, incentiva o desenvolvimento institucional.

Outros autores, por sua vez, argumentam que as instituições se desenvolveram até mesmo em lugares – como China e Índia – que tinham relativa abundância de mão de obra.

Entretanto, o papel das instituições foi muito menor para o avanço do capitalismo do que no modelo ocidental.

Decorrente do baixo custo do fator trabalho e alto custo do fator capital, a difusão do avanço institucional ficou muito reduzida e restrita nas economias asiáticas.

Desse modo, os trabalhos – em geral, produzidos nos países da América do Norte e da Europa – dão ênfase à contribuição do elemento capital.

A preocupação costuma ser que, à medida que se acumula capital, cai sua produtividade marginal, o que pode impactar e comprometer a trajetória futura.

Neste contexto, esses trabalhos estudam o papel da tecnologia, do investimento em capital humano, do desenvolvimento das instituições e outros, como potencialmente capazes de aumentar a produtividade total dos fatores e prolongar o crescimento econômico.

Quando se observa a trajetória recente desses países de alta renda, observa-se que sua mola mestra de estratégia é o uso intenso de capital e tecnologia, combinado com recursos humanos qualificados e modernas redes comerciais, em quadro institucional propício para incentivar empreendedorismo, gestão e inovação.

No modelo ocidental, podemos identificar duas vertentes: a europeia e a norte-americana.

Ambas utilizam fortemente o capital, mostram escassez de mão de obra, mas diferem na intensidade e na amplitude do uso de recursos naturais.

Como mostrado na Figura abaixo, o modelo norte-americano usa com mais intensidade e amplitude os recursos naturais do que o modelo europeu – principalmente em sua região core, formada por Alemanha, França, Inglaterra, Itália e Países Baixos.

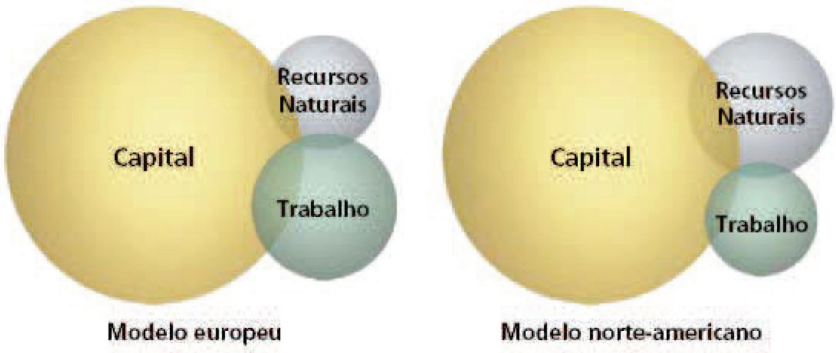


Figura 1: Trajetória ocidental

29.2.3 Modelo Asiático: "Voo do Ganso" e Estratégias Intensivas em Mão de Obra

As indústrias intensivas em mão de obra desempenham papel central para a difusão global da industrialização.

A despeito disso, a teoria econômica ocidental concentrou sua atenção no capital e não na mão de obra.

Também deu grande ênfase ao processo de criação de poupança e transformação em investimentos.

A mão de obra, nessa visão, seria escassa, recebendo fortes incentivos para investir em capital humano e assim poder aumentar a produtividade, simultaneamente ao crescimento do capital e da tecnologia.

Quando os economistas configuram o modelo baseado na estratégia intensiva de mão de obra, imaginam que exista oferta de trabalho homogênea – com baixa qualificação –, abundante e disponível.

Os países com mão de obra numerosa teriam dificuldade de criar empregos para todos.

A experiência histórica mostra que, de fato, isso foi característico mesmo no estágio inicial de industrialização de muitos países da Europa e América do Norte.

Com o tempo, no entanto, à medida que os trabalhadores se deslocavam da agricultura para a indústria moderna, começou a haver maior demanda pelo trabalho qualificado.

A mecanização substituiu capital por mão de obra e aumentou gradativamente a produtividade do trabalho.

Surgiram programas de treinamento e qualificação profissional, e crescente investimento em capital humano.

A demografia também ajudou, já que as taxas de crescimento populacional foram diminuindo nesse período.

Em outras regiões do mundo, em especial na Ásia, este fato não aconteceu. Porém, estão crescendo com ritmo acelerado. Por que isso acontece?

Mais recentemente, economistas asiáticos passaram a defender a tese de que ocorreu uma rota dinâmica, baseada na difusão intensiva de mão de obra. Esse modelo teve as seguintes características:

1. buscou utilizar totalmente a mão de obra existente, sem sobras ou surplus desempregado;
2. procurou retardar o processo de urbanização, retendo populações no campo;
3. manteve métodos tradicionais de tecnologia e adotou baixos níveis de mecanização;
4. mudou esses métodos somente quando se tornaram claramente não competitivos;
5. especializou-se em manufaturas intensivas;
6. manteve importação – 1880 a 1980 – de bens manufaturados intensivos em capital e exportação, além de produtos primários.

Atualmente, os 60% do emprego mundial na indústria estão localizados nos países asiáticos – 22% na China e 16% na Índia –; e 20% em outras economias de países em desenvolvimento – apenas 20% destes utilizam o modelo ocidental.

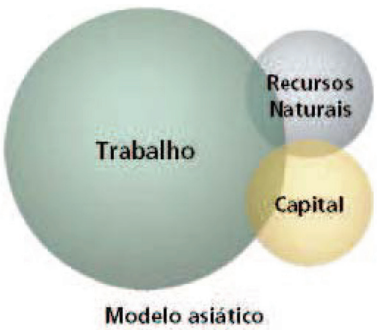


Figura 2: Trajetória asiática

Essa trajetória de industrialização enraizou-se inicialmente no Japão e depois se estendeu, no pós-guerra, para vários países asiáticos, em sucessão, no processo conhecido como ganso voador.

A fusão entre as tradicionais habilidades comerciais da diáspora chinesa e da tecnologia japonesa incentivou a difusão da industrialização para diversos países como, por exemplo, Taiwan, Hong Kong, Cingapura, Coreia do Sul e Malásia.

No padrão ganso voador, as indústrias operadas com tecnologias simples e intensidade de mão de obra são transferidas dos países mais ricos para os mais pobres no contexto asiático.

Nesse processo, os filhotes de tigre crescem e transformam-se nos tigres asiáticos.

As instituições governamentais, por meio da política industrial, em conjugação com a forte entrada nos mercados internacionais, são vitais nesse processo.

Assim, os mais avançados ficam sujeitos à pressão constante para reestruturar suas indústrias, devido à competição dos países com mão de obra barata.

Esse é o elemento dinâmico do modelo asiático.

Conforme mencionado, a industrialização intensiva em mão-de-obra é uma das duas rotas ou estratégias para a industrialização.

Dois comentários são pertinentes.

Primeiro, será sugerido, logo a seguir, a existência de uma possível terceira rota, baseada no uso intensivo de recursos naturais.

Segundo, dado que tanto a China como a Índia são países com populações acima de 1 bilhão de habitantes, com grande contingente trabalhando na agricultura e habitando zonas rurais...

Será que o modelo ganso voador seria efetivo para essas duas economias?

Será que poderiam gradualmente fazer crescer a produtividade da mão de obra e manter o pleno emprego, no contexto de crescente democracia?

As pressões sobre o meio ambiente seriam suportáveis?

A dúvida sobre a viabilidade de atender a essas questões, de certo modo, abre janelas de oportunidade para o modelo proposto e explicado a seguir.

29.2.4 Modelo Subcontinental: Brasil, Rússia e Estratégias Intensivas em Recursos Naturais

A proposição central mostrada aqui é que uma estratégia baseada no uso intensivo de recursos naturais pode se tornar a terceira trajetória para a difusão global de industrialização.

O Brasil e a Rússia – dois subcontinentes – podem seguir com êxito estratégias intensivas em recursos naturais, incluindo sua grande extensão geográfica acoplada ao significativo mercado interno – principalmente para os negócios de transportes e energia.

Figura 3: Trajetória subcontinental

As economias que procuram apoiar suas estratégias na utilização de recursos naturais geralmente recebem avaliação negativa pela maior parte da literatura econômica.

A visão preponderante é que a estratégia nobre deve se apoiar em industrialização, com base em capital e tecnologia, e nos setores secundário e terciário, pois isso cria vantagens competitivas.

Em primeiro lugar, tal processo evitaria que essas economias sofressem perdas na troca com os países industrializados, devido ao aviltamento dos preços das commodities, seguindo uma tendência secular.

Em segundo, permitiria diversificar a estrutura econômica e criar amplas oportunidades de renda e emprego.

Em terceiro, devido à sua associação com correntes de progresso tecnológico, poderia explorar economias de escala e de escopo, variar sua pauta de produtos e coibir a excessiva volatilidade de preços.

Como a economia com base em estratégia de industrialização não depende fortemente de sua base de recursos naturais domésticos, esta pode ser promovida para explorar vantagens competitivas, em vez de comparativas.

Desse modo, em contraponto aos benefícios apontados para a trajetória intensiva em capital, as estratégias intensivas em recursos naturais são vistas como válidas apenas nos estágios iniciais de desenvolvimento – o normal é que migrem para estratégias mais avançadas, fundamentadas em capital e industrialização.

O Japão e outros países que se desenvolveram sem contar com abundância de recursos naturais são apontados como exemplo dessa situação.

Essa visão está ultrapassada, por duas razões principais:

Primeiro, existe grande avanço tecnológico na produção do setor primário.

Inclusive, muitas das vantagens apontadas para os dois outros modelos também se aplicam para essa trajetória.

No Brasil, existem vários casos conhecidos: adaptação de produtos de clima temperado para regiões tropicais, como a soja; desenvolvimento de fontes energéticas com base na biomassa; e exploração do petróleo em grandes profundidades no mar.

Segundo, a associação de setores dentro das cadeias produtivas requer elevado nível de tecnologia para agregar mais valor e necessita de altas doses de capital e investimentos.

Como exemplos de países que utilizaram estratégias intensivas de recursos naturais e, por isso, tornaram-se desenvolvidos, pode-se apontar Austrália, Canadá, Noruega e Islândia, que têm capacitada infraestrutura, alto padrão de vida, modernização das atividades produtivas, sólidos mercados de capital, rápidas taxas de inovação e complexos arcabouços empresariais de larga escala com sofisticadas estruturas de governança corporativa.

Terceiro, a má fama das economias estabelecidas em recursos naturais deriva-se do medíocre e ineficiente desempenho de muitos países baseados em petróleo e sufocados pela *dutch disease* (sobre apreciação do câmbio, devido à entrada de dólares na economia, que desestimula as outras atividades econômicas do país)– como Venezuela, Irã e outros petrolíferos – ou então de países pequenos especializados em uma única commodity mineral ou agrícola, dependentes de altas ou baixas dos preços internacionais – a chamada "loteria das *commodities*".

Como mencionado, Brasil e Rússia fogem dessa sina, pois são dotados de grande diversidade de recursos naturais permitindo que sejam explorados diversos produtos.

CAPÍTULO 30:

BRICS, BRASIL E CRESCIMENTO DE LONGO PRAZO

30.1 BRICS

Os BRICS são os países-baleias emergentes: Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul.

As projeções da Goldman Sachs – veja no seu site sob o título BRICS - apontam que eles, em seu conjunto, vão ser a mais importante força da economia mundial nas próximas décadas.

Segundo as projeções desse banco, bastante respeitadas, em 2050, a China, Estados Unidos, Índia, Japão, Rússia e Brasil serão, nessa ordem, as maiores economias do mundo em termos de PIB.

O grande desafio é tornar verdadeiras tais projeções.

No caso do Brasil, deve-se levar em conta as vantagens comparativas do país e o potencial de criar negócios adicionais com base nestas.

O básico de uma estratégia de crescimento econômico é pensar no longo prazo.

Uma característica da globalização é que somente tem êxito quem encontra um nicho.

A China enfatiza a manufatura, a Índia, o setor de serviços.

O Brasil ainda procura seu espaço como o maior processador mundial de commodities, de minérios e de produtos agrícolas.

30.2 ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO BASEADA EM RECURSOS NATURAIS

Embora seja razoável concordar com a importância que se dá aos setores secundário e terciário − em especial à industrialização − para o processo de crescimento, deve-se ressalvar casos especiais.

No Brasil, graças às vantagens comparativas de que desfruta, acredita-se que os recursos naturais possam se constituir na base mais importante do desenvolvimento desses setores, por meio de cadeias produtivas que agreguem valor a esses recursos naturais.

Acredita-se, ademais, que a questão estratégica não se reduz a optar por apenas um dos setores.

O Brasil, com enfoque no incremento das cadeias de produção, na atuação pró-ativa nos mercados consumidores e na ênfase no valor do produto, e não no custo de produção para determinar os preços, pode adotar modelo de desenvolvimento intensivo em recursos naturais, baseado no setor primário.

Conforme assinalado, o Brasil, sendo um país-baleia, possui importante mercado interno.

Isso permite implantar um modelo completo de industrialização, em que o mercado interno seria abastecido por indústrias de caráter mais doméstico, e o mercado externo estimularia os produtos em que existam vantagens comparativas.

Em outras palavras, o mercado exportador se basearia em uma série de produtos de alto valor agregado, com base em recursos naturais, sem que se negligenciasse o mercado interno para o restante dos produtos e serviços.

Assim, a estratégia intensiva em recursos naturais está associada, por um lado, ao setor primário da economia; e por outro, aos setores secundário e terciário, uma vez que enfatiza o processo de agregação de valor, via cadeias de produção, aos recursos naturais.

30.3 ESTRATÉGIA DE INDUSTRIALIZAÇÃO E FORTALECIMENTO DE CADEIAS DE PRODUÇÃO BASEADA EM RECURSOS NATURAIS

Podemos apresentar a ideia de que o Brasil pode seguir uma trajetória de industrialização com base no uso intensivo de recursos naturais, distanciando-se dos modelos ocidental e asiático de desenvolvimento econômico, estes fundamentados em estratégias intensivas de capital e mão de obra, respectivamente.

Um dos assuntos mais discutidos é o potencial econômico do Brasil em um mundo de mercados globalizados em crescente competição.

A China, Índia e, em menor grau, Rússia são ressaltadas como potências emergentes.

O Brasil ainda faz parte desse grupo, mas está perdendo brilho nesta constelação de quatro estrelas.

Sua imagem está se esmaecendo e corre risco de rebaixamento.

Como evitar que os BRICS se transformem em RICS? Ou seja, como viabilizar a permanência do Brasil – B – no grupo dos principais países em desenvolvimento do mundo – Rússia – R –, Índia – I –, China – C, e África do Sul?

A adoção de um modelo de desenvolvimento com base em recursos naturais pode ser o caminho para assegurar essa permanência.

Para que este fim seja alcançado, a estratégia deve centrar-se não apenas na exploração dos recursos naturais com que o Brasil foi aquinhoado – suas vantagens comparativas – como também no desenvolvimento de cadeias produtivas, que agreguem valor a esses recursos – as vantagens competitivas.

Deve ficar bem claro que não está se propondo um modelo agrícola no lugar de um modelo industrial.

A sugestão é que haja desenvolvimento de indústria, comércio e serviços, porém explorando com mais intensidade as cadeias produtivas e os recursos naturais.

O Brasil deve evitar ser um simples fornecedor de matérias-primas brutas – em que tem vantagens comparativas – e, sim, usar tais recursos como base para agregação de valor em produtos mais elaborados – ou seja, criar, desenvolver e fortalecer vantagens competitivas.

Ademais, o Brasil é um país-baleia com grande mercado interno.

Explorar vantagens comparativas em recursos naturais é uma questão de ênfase, e não de abandono de seu papel de economia completa.

30.4 POSSÍVEIS ÁREAS DE NEGÓCIOS

Dado que o Brasil apresenta escassez relativa de capital, porém certa abundância de mão de obra, uma possível estratégia seria concentrar seu foco nos estágios iniciais das cadeias de negócios e competir em custos com países de produção com base no uso intensivo de trabalho qualificado e baixos salários.

Por exemplo, exportar minério de ferro em vez de aço.

O que não é recomendável, no entanto, pois colocaria o país no rol das economias de baixos salários, que apenas ganham competitividade à medida que possam deprimir ainda mais os salários.

Em vez disso, a sugestão de estratégia é acrescentar mais valor aos bens primários, buscar maior uso de tecnologia, visar qualidade e diferenciação de produtos – tal como está acontecendo com parte da produção do café brasileiro – ou procurar nichos de altíssimo capital humano.

Com efeito, economias baseadas em recursos naturais podem ser receptivas para economias de escala, podem diversificar seus produtos primários, espalhar o risco e serem contra cíclicos em termos da volatilidade de preços minerais, florestais e agrícolas.

O Quadro a seguir mostra as áreas de negócios que o Brasil teria vantagens em desenvolver, devido às suas vantagens comparativas em recursos naturais.

Dentre estas, disponibilidade de terras agriculturáveis para futura expansão, condições de clima, relevo, riqueza mineral do subsolo – em parte ainda desconhecida –, localização geográfica de suas indústrias e principais cidades – gerando fluxos de transporte de carga e de passageiros –, variedade de fontes de geração de energia para compor sua matriz energética, dentre outras.

ÁREA DE NEGÓCIOS	POSSÍVEIS ATIVIDADES (CADEIAS DE PRODUÇÃO)
AGRONEGÓCIOS	Produção de fertilizantes, inseticidas, produtos veterinários; Agricultura, Pecuária, Pesca, Extrativos, Projetos Florestais; Indústrias de processamento e beneficiamento desses produtos; Comércio, transporte e serviços de apoio.
MINERONEGÓCIOS	Exploração de minérios: ferro, bauxita, manganês, cassiterita, carvão mineral etc.; – transformação industrial: aço, cerâmica, alumínio, cimento, etc.; comércio, transporte e serviços de apoio.
PETRONEGÓCIOS	Extração de petróleo e gás natural; refino e produção de derivados; indústria petroquímica; construção de plataformas, navios e equipamentos de perfuração, armazenamento e distribuição; desenvolvimento de pesquisa e tecnologia.
ENERGONEGÓCIOS	Desenvolvimento de fontes de energia – hidra, eólica, gás e petróleo, álcool, madeira, biomassas, solar etc.; indústrias de geração e distribuição.
TRANSPONEGÓCIOS	Desenvolvimento de infraestrutura e serviços de transporte, de carga e de passageiros; modos de transporte ferroviário, metroviário, aeroviário, rodoviário; portos e dutovias; sistemas de armazenamento; sistemas de logística.
ECONEGÓCIOS	Geração de oportunidades de negócios com base na ecologia e proteção do meio ambiente; equipamentos e serviços de proteção ambiental; serviços de certificação; atividades de turismo e extração com base na biodiversidade.

Quadro 30– Áreas de Negócios e Atividades da Estratégia Intensiva em Recursos Naturais
Fonte: Estimativas do Autor

REFERÊNCIAS

Ayers, Ronald M. e Collinge, Robert A. **Macroeconomics. Explore and Apply**. Upper Saddle River, New Jersey: Prentice Hall, 2004.

Barro, Robert J. **Macroeconomics**. 4th ed. New York: John Wiley & Sons, Inc., 1993.

Bishop, Matthew. **Essential Economics. An A-Z Guide**. 2nd ed. New York: The Economist/Bloomberg Press, 2009.

Chang, Ha-Joon. **Economics**. New York: Bloomsbury Press, 2014.

Clark, Colin. **Population Growth and Land Use**. Pp. xi, 406. New York: St. Martin's Press, **1967**.

Cypher, James M. e Dietz, James L. **The Process of Economic Development**. 3rd ed. London and New York: Routledge, 2009.

Dasgupta, Partha. **Economics. A Brief Insight**. New York: Sterling, 2007.

Dasgupta, Partha. **Economics. A Very Short Introduction**. Oxford: Oxford University Press, 2007.

DeLong, J. Bradford. **Macroeconomics**. Updated Edition. Boston: McGraw Hill Higher Education, 2002.

Dornbusch, Rudiger e Fischer, Stanley. **Macroeconomics**. 2nd ed. New York: McGraw Hill Book Company, 1981.

Dwivedi, D. N. **Managerial Economics**. New Delhi: Vikas Publishing House PVT LTD, 1980.

Faro, Clovis de, org. **Administração Bancária. Uma Visão Aplicada**. Rio de Janeiro: FGV, 2014.

Friedman, Milton. **A Theory of the Consumption Function**. Princeton: Princeton University Press, 1957.

Galbraith, John K. **Uma Breve História da Euforia Financeira**. São Paulo: Pioneira, 1992.

Kindleberger, Charles P. **Manias, Pânicos e Crashes: um Histórico das Crises Financeiras**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1996.

Kuznets, Simon. **National Income and Its Composition, 1919 - 1938 (1941)**. Published in **1941** by NBER Program(s):PR, EFG.

Lewis, W. Arthur. **Teoria do Desenvolvimento Econômico**. Rio de Janeiro: Zahar, 1960.

List, Georg Friedrich. **Sistema Nacional de Economia Política**. São Paulo: Abril Cultural, 1986.

Heilbroner, Robert e Thurow, Lester. **Economics Explained**. Revised and Updated. New York: A TouchStone Book, 1994.

Kroon, George E. **Macroeconomics. The Easy Way**. New York: Barron's, 2007.

Lipsey, Richard G.; Ragan, Christopher T.S.; Storer, Paul A. **Economics**. 13th ed. Boston: Pearson/Addison Wesley, 2008.

Mankiw, N. Gregory. **Principles of Macroeconomics**. 4th ed. Sidney, Australia: Thomson-South western International Student Edition, 2007.

Mennis, Edmund A. **How the Economy Works. An Investor´s Guide to Tracking the Economy**. New York: New York Institute of Finance, 1991.

Olney, Martha. **Study Guide for use with Macroeconomics (J. Bradford Long)**. Boston: McGraw-Hill/Irwin, 2002.

Parkin, Michael. **Macroeconomics**. 3rd ed. New York: Addison-Wesley Publishing Company, Inc., 1966.

Sachs, Jeffrey D. e Larrain B., Felipe. **Macroeconomics in the Global Economy**. New York: Harvester Wheatsheaf, 1993.

Samuelson, Paul A. **Economics. An Introductory Analysis**. 6th ed. New York: McGraw Hill Book Company, International Student Edition, 1964.

Samuelson, Paul A. e Nordhaus, William D. **Macroeconomics**. 17th ed. Boston: McGraw–Hill/ Irwin, 2001.

Sowell, Thomas. **Basic Economics. A Common Sense Guide to the Economy**. 4th ed. New York: Basic Books, 2011.

Wessels, Walter J. **Economics. A Streamlined Course for Students & Business People**. New York: Barron's, 1993.

Wessels, Walter J. **Economics**. 5th ed. New York: Barron's, 2012.